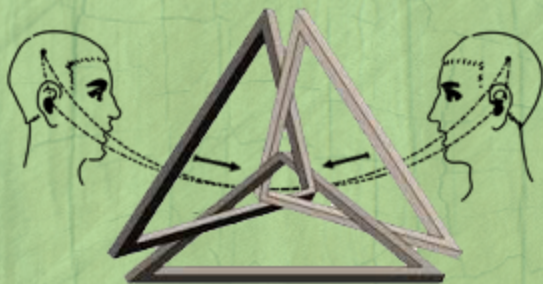


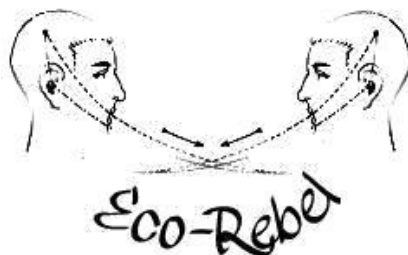
# **Ecolingüística**

**Revista Brasileira de Ecologia e Linguagem  
(ECO-REBEL)**

**Volume 5, número 2, 2019**



**Programa de Pós-Graduação em Linguística  
Departamento de Linguística  
Instituto de Letras  
Universidade de Brasília**



## **Editorial**

Os Organizadores

---

Prezadas leitoras, prezados leitores!

Abrimos este número de *ECO-REBEL* com o artigo de Peter Finke, “Linguistics at the end of the Baconian Age, or: Five essentials of ecolinguistics”. O assunto de que ele trata fazia parte do The 4<sup>th</sup> International Conference on Ecolinguistics (ICE-4), realizado na University of Southern Denmark, Odense, Dinamarca, de 12 a 15 de agosto de 2019. Embora o autor não tenha podido comparecer, o texto foi distribuído aos participantes no folheto *The Aalpiri papers* (Odense: SDU, 2019), juntamente com um texto de Peter Mühlhäusler (ele sairá no próximo número da revista), que tampouco pôde comparecer. É de se ressaltar que Peter Finke é a principal fonte de inspiração da linguística ecossistêmica. No próximo número de *ECO-REBEL* publicaremos uma entrevista com ele. Como se pode ver ao ler o texto de Finke, nós o mantivemos como o autor nos enviou por ser ele filósofo e não muito a fim de obedecer as formalidades acadêmicas. Decidimos respeitar sua vontade.

Em seguida vem o artigo de Alwin Fill, “A ecolinguística como ideia europeia”. Se Finke é a principal fonte inspiradora da linguística ecossistêmica, Alwin Fill é o responsável pela disseminação da própria disciplina ecolinguística em geral, como temos salientado em várias oportunidades. O texto em si, além de tratar do que enuncia, enfatiza a ideia de que a ecolinguística se preocupa com a questão da língua como fenômeno mental e social, usando a metáfora ecológica para a defesa da conservação de línguas pequenas e de qualquer minoria, defendendo uma espécie de comunhão entre os seres humanos.

A versão original do terceiro texto, “Direitos humanos linguísticos na educação para a manutenção da língua”, de Tove Skutnabb-Kangas, é do início dos anos 2000. Ele emergiu no contexto da ONG Terralingua (<https://terralingua.org/>), coordenada por Luisa Maffi. Essa ONG já publicou diversas obras coletivas, como *On biolcultural diversity: linking language, knowledge, and the environment* (Washington, D.C.: Smithsonian Institution Press, 2001), em que uma primeira versão deste texto fora publicada. O próprio título já diz de que trata esta incansável lutadora pela causa dos direitos linguísticos, minorias linguísticas, educação de minorias etc.

O quarto texto, “Uma leitura ecolinguística de ‘Se eu quiser falar com Deus’ de Gilberto Gil”, é assinado por Elza do Couto e Hildo do Couto. Ele tenta mostrar como se pode analisar um texto literário, no caso, musicalizado, da perspectiva da linguística ecossistêmica. Durante a produção do texto, o autor dialoga com seu alter-ego; depois de produzido, ele visa a atingir um leitor, no caso, uma audiência para a música cantada pelo autor, momento em que se atinge a finalidade última da linguagem, a interação comunicativa.

O quinto artigo, de Anderson Nowogrodzki da Silva, “Confluências entre a sociolinguística qualitativa e a ecolinguística: práticas religiosas virtualizadas”, compara as duas disciplinas a exemplo das práticas religiosas virtualizadas. Como diz o autor no resumo, “o afastamento espacial, a maleabilidade temporal e a ausência de um corpo físico permitem ao indivíduo modelar suas identidades e projetá-las num simulacro, dando forma a novos modos de interagir que não são previstos pela interação comunicativa face a face”. Com isso enriquece a discussão ecolinguística.

O sexto trabalho é de Samuel de Sousa Silva, intitulado “Perspectiva ecológico-discursiva de uma ética responsável da humanidade para com seu ecossistema”. Partindo dos pressupostos ecolinguísticos, o autor enfatiza que hoje deve-se dar mais valor a redes do que a um objeto, uma vez que a crise ecológica é “relacional”, por nossa cultura ter objetificado tudo, que passa a ser propriedade de alguém. Com uma releitura dos textos bíblicos, propõe uma ética do cuidado “cultivando”, “guardando”, em vez de explorando.

O sétimo texto, por fim, intitula-se “A linguística ecossistêmica e os estudos literários: algumas aproximações com base na literatura oral em Timor-Leste”, de Davi Borges de Albuquerque. Tendo a linguística ecossistêmica como pano de fundo, Albuquerque trata de um tema quase inexplorado, a literatura oral de Timor-Leste.

Este número da revista contém ainda três resenhas de livros. A primeira *Introduction to Cell Agriculture*, de Ahmed Khan, foi escrita por George Jacobs, da James Cook University de Cingapura. Por ser um assunto impactante, como a resenha de *Clean meat*, de Paul Shapiro, também assinada por Jacobs e publicada em ECO-REBEL, <http://periodicos.unb.br/index.php/erbel/article/view/22789/20545>. Apresentamos também a tradução portuguesa da resenha, a fim de tornar o assunto mais acessível ao público brasileiro. A segunda resenha é do livro da professora galega Teresa Moure, *Linguística eco- O estudo das línguas no antropoceno*, feita por Elza do Couto. A terceira é *Construyendo una sociolingüística del sur - Reflexiones sobre las culturas y lenguas indígenas de América Latina en los nuevos escenarios* (Cochabamba, Bolívia), organizado por Marina Arratia J. e Vicente Limachi P. (Universidad Mayor de San Simón), assinada por Zilda Dourado. Este livro mostra que a ecolinguística está nascendo com vigor na Bolívia.

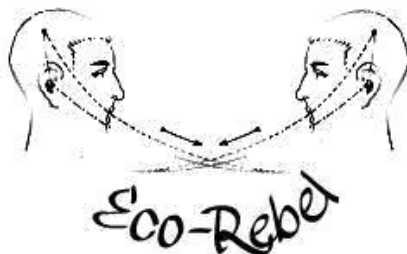
Por fim, vem uma entrevista com Adam Makkai, um húngaro-americano que trabalhou com a linguística estratificacional (agora ‘linguística neurocognitiva’) de Sydney M. Lamb. Makkai faz parte da história de ecolinguística por vários motivos: ele associa

## **ECO-REBEL**

língua e ecologia desde as décadas de 50 e 60; é autor do primeiro livro que traz na capa a palavra “ecolinguística”, em 1993, ano em que saiu também o livro inovador de Alwin Fill. A entrevista é de 2007, mas vale a pena ser publicada.

Boa leitura a todas e a todos!

ECOLINGUÍSTICA: REVISTA BRASILEIRA DE  
ECOLOGIA E LINGUAGEM (ECO-REBEL), v. 5, n. 2, 2019.



## LINGUISTICS AT THE END OF THE BACONIAN AGE, OR: FIVE ESSENTIALS OF ECOLINGUISTICS - A SKEPTICAL INTERIM ASSESSMENT

Peter L. W. Finke (Bielefeld University)

**Resumo:** A ecolinguística atual é polifônica, mas, apesar disso, há cinco pontos essenciais compartilhados por muitos pesquisadores que eu acho que estão errados. Minha opinião é a seguinte:

1. *o essencial na linguística:* O único objetivo razoável da ecolinguística é o progresso na linguística. Eu não consigo ver que isso esteja sendo decididamente a linha geral de investigação. Frequentemente esse não é o caso, em absoluto.
2. *o essencial na ecologia:* O estado real da teoria ecológica precisa ser tido como um padrão. Ele se ampliou a partir de suas bases biológicas, mas não na ecolinguística atual.
3. *o essencial na política:* O fato de a ecolinguística fazer uma transição do pensar para o agir como único problema acadêmico é uma posição demasiadamente estreita. O papel da sociedade civil é essencial.
4. *o essencial na ciência:* A situação da terra requer uma mudança científica fundamental; a maioria dos ecolinguistas não reflete o meta-nível suficientemente. Para mim, esse é o erro central.
5. *o essencial na linguagem:* Há um fosso imenso entre o cultivo da diversidade linguística e a prática do “Somente o inglês” vista na ecolinguística de nossos dias. Eu acho que essa prática está errada.

Na minha opinião, as posições predominantes da ecolinguística atual sobre todos esses níveis estão erradas. E elas interagem. Na minha conferência eu comentarei todos eles, enfatizando as interconexões. Para mim, trata-se de uma importante questão de racionalidade. Toda boa ciência deve refletir a interconectividade de objeto-níveis e meta-níveis. Não pode haver nenhuma avaliação racional de uma questão individual sem uma disposição constante para alternar entre esses níveis.

Para entender minha posição, aqui estão algumas informações autobiográficas prévias: estudo de filosofia da linguagem e da ciência em Göttingen, Heidelberg e Oxford; primeira tese ecolinguística em inglês (*Nonempirical Linguistics* 'Linguística não empírica', incompleta, 1967/1968, em Oxford); encontro com P. F. Strawson e N. Chomsky. Doença durante alguns anos, sendo as publicações seguintes em alemão. Nova tese em Göttingen em 1976 sobre a teoria da

## ECO-REBEL

ciência, incluindo o capítulo "Talking in the New Paradigm"). Livre-Docência (*Habilitation*) em 1979, em Bielefeld. Titular (*chair*) em teoria da ciência em Bielefeld, a partir de 1982. A Teoria Ecolinguística dos Sistemas-Língua-Mundo a partir de 1982 leva à fundação da Escola de Bielefeld. Desapontado com muitos desenvolvimentos ecolinguísticos, a prática do "Somente Inglês" da ciência institucionalizada e a piora da situação da terra, de 2000 em diante eu mudei o foco principal de meu trabalho para a crítica e a política da ciência. Aposentei-me voluntariamente em 2005 devido a uma séria crítica à política da ciência alemã.

**Palavras-chave:** Ecologia. Teoria da ciência. Ecolinguística. Erros científicos.

**Abstract:** Present day ecolinguistics is polyphonic, but nevertheless there are five major essentials more or less shared by many scholars which I think to be wrong. My opinion is the following:

1. *linguistics essential:* The only reasonable aim of ecolinguistics is a progress in linguistics. I don't see this being decidedly the overall guideline. Often it is definitely not the case.

2. *ecology essential:* The actual state of ecological theory has to be taken as a yardstick. It has definitely widened from its biological beginnings but not in current ecolinguistics.

3. *politics essential:* Ecolinguistics taking transition from thinking to acting as an academic problem only is much too narrow an approach. The role of civil society is essential.

4. *science essential:* The state of the earth enforces a fundamental scientific change, most ecolinguists do not reflect the meta-level sufficiently; for me this is the central error.

5. *language essential:* There is a marked gap between the praise of language diversity and the "English only"-practice in present-day ecolinguistics. I think this practice to be wrong.

In my view, the prevailing positions of present-day ecolinguists on all of these levels are errors. And they interact. In my lecture I shall comment on all of them emphasizing these interconnections. For me, this is an important question of rationality. All good science must reflect the interconnectiveness of object- and metalevels. There can be no rational account of a single scientific issue without a constant disposition and readiness to switch between these levels.

To understand my position, here is some autobiographical background information: Studying philosophy of language and science in Göttingen, Heidelberg and Oxford; first ecolinguistic thesis in English ("Nonempirical Linguistics", uncompleted, 1967/68 in Oxford), meeting P. F. Strawson and N. Chomsky. Illness for some years, the following publications in German. New thesis in Göttingen 1976 on the theory of science including chapter "Talking in the New Paradigm"). Habilitation 1979 Bielefeld. Chair on the theory of science Bielefeld, from 1982. Ecolinguistic Theory of Language-World-Systems 1982 ff leads to foundation of the Bielefeld school. Disappointed by many actual ecolinguistic developments, the "English only"-practice of institutionalized science and the worsening situation of the earth, from 2000 onwards I changed the main focus of my work to the critique and policy of science. Retired voluntarily 2005 because of serious critique of the German policy of science.

**Key words:** Ecology. Theory of Science. Ecolinguistics. Scientific errors.

### ***A short autobiographical background***

*Born in Göttingen 1942, my first ecolinguistic ideas that I discussed with my philosophical teacher Günther Patzig and my linguist-friend Siegfried Kanngießner go back to the early sixties but remained unpublished (1). When, invited by the philosopher of mind Gilbert Ryle, I went as a registered student of philosophy to Oxford in 1967 affiliated to St. Catherine's College, I started a thesis titled "Nonempirical Linguistics" supervised by P.F. Strawson (2). However, it was stopped by illness for a several years break, but my notes survived. In between I attended the famous Oxford-lectures on linguistics and politics by Noam Chomsky in 1972. Back in Germany I fully concentrated on the*

## ECO-REBEL

*philosophy of science and executed a first sketch of ecolinguistic theory as part of my 1976 Göttingen doctoral thesis published in 1979; see chapter "Talking in the New Paradigm" (3). The main first explicit step was 1982 (after having been appointed professor of the theory of science in Bielefeld) my explicitly ecologically based theory of language-world-systems (4) which was the starting point for what has come to known as the "Bielefeld school", followed by a series of books and articles, written by pupils, colleagues and myself (e.g. 7, 8, 10, 11 and others). My main next step was the development in the eighties and nineties of what has been called "Evolutionary Cultural Ecology", a new theory of culture placing the problems within the framework of evolution (6, 7, 8, 15, 20, 26). About the turn of the century my interest in linguistics declined because I was increasingly disappointed by the current emotionally driven ecolinguistic fashions. 2005 I retired from my chair of my own free will two years before the normal date because of my critique of the German policy of science. Facing the dramatic state of the earth my interests concentrated on the responsibility of modern science (especially economics) for such results (17, 19, 22, 23, 35). At the same time, the important change in the role of scientifically active laymen and amateurs became apparent to me, culminating in my book on Citizen Science 2014 (19). For some years I was heavily engaged in leading positions in nature conservancy and scientific reform, primarily economics. A faint hope remains up to the present that in future a fully rational mode of ecolinguistics could play a major part in saving our planet (24, 25).*

### **0. Some preliminary remarks**

I start with a definition of the subject as I like it: *Ecolinguistics is a scientific conception of linguistics that reveals the ecosystemic structure and function of the human languages within the framework of transdisciplinary science. And to continue: It explains languages as having evolutionarily developed from older natural ecosystems in the course of the emerging cognitive basics for the complex use of symbols within the new cultural purposes of man.*

My view on ecolinguistics is that of a critical researcher on science, working mainly in the neighbourhood of linguistics, cultural theory and economics but having learned many things from nature and the natural sciences. In the course of half a century, my convictions have changed on many details but they have proven stabile on most of the principles. With one exception (the paradigm-issue) the changes are neglected in this interim assessment. It concentrates on the principles.

Today's ecolinguistics is a polyphonic reservoir of different positions, but nevertheless there is a tendency to form a paradigm. In my view, this is not well-based, however. Many of these endeavours lack a rational discussion of essential aspects of its general framework. In this theoretical overview I shall reduce them to five levels: 1. the linguistic, 2. the ecological, 3. the scientific, 4. the political and 5. the language essentials. For these reasons, in the last years I have partially turned away from ecolinguistics and payed attention to the more urgent issues of the necessary changes in science for saving the earth (14, 23, 35).

My exposition in this text is decidedly theoretical. If there is anything missing which is of major importance to science it is mainly the empirical factor. But there is a reason to leave that out: The more people concentrate on empirical research, the more the lack of a proper theoretical base is concealed. The empirical work appears to confirm a theoretical base by focusing on concrete facts, but the theoretical framework could nevertheless be faulty or at least deficient (3). This does not at all mean that I do not respect empirical science in general or facts in particular. Empirical work is obviously of major importance in achieving knowledge of the details. But the details may not blur the principles; often they do however. Therefore I leave them out. This is an important point since a major part of contemporary ecolinguistics consists of empirical research or concentrates mainly on an empirical focus. This is nothing to be criticized, but often the theoretical base of this endeavours is.

In a certain way, each of my five categories of essentials express the same thought from five different perspectives: that there is a hidden level of common rationality in all natural languages, their ecosystemic structure. Hence all of the five essentials are of importance for me but obviously

## ECO-REBEL

not equally weighty to other ecolinguists. Some will probably pick out those which are and neglect those they take to be irrelevant for them. In my view that would be a mistake. So my presentation may appear dogmatic, but it is not meant that way. I encourage anybody to propose against it with good arguments. But notice, that picking out single points confirms my critique of present-day science: to follow the diverging paths of the specialists instead of pursuing the complex connectedness of the problems. This connectedness is hidden to the specialists who have been trained to more and more narrow in their awareness, at the expense of gaining a greater exactness of parts of the problems (22, 23).

Becoming aware of the many real connections is a central achievement of ecology, which explains why ecological thinking has advanced quite a few sciences considerably during the past decades (14). Accordingly it is comprehensible that this could apply to linguistics too. In today's state however, I miss the open exchange of arguments between the different scientific levels, with other linguistic schools, other sciences and the civil society as a whole. Present day ecolinguistics reminds me rather of a religious sect than of openminded partners in a comprehensive discussion (17). Similarly, I admit, this could be the case with many other specialists of all single sciences. But the problems will force all of us to look over the edges of our plates.

### 1. Linguistics

Starting with the perspective of linguistics, a typical science of the twentieth century (3), there are two major questions. One asks for the contribution of ecolinguistics to linguistics. Ecolinguistics could be a thematical field only which is more or less neglected by colleagues differently specialized, or it could be an alternative, a new conception of linguistics in general. For me, only the latter position is a reasonable one. Why? Because scientific innovations are never completely restricted to the discovery of thematic fields only; they are always more or less accompanied or followed by methodical or theoretical changes. Take linguistics: The observation applies to mathematical linguistics, communicative linguistics, cognitive linguistics, sociolinguistics, psycholinguistics, biolinguistics to name only the most prominent examples.

But then we must answer the second question: How does ecolinguistics relate to the language system and to grammar? This question is of outstanding importance since it is the ecological perspective that offers the most innovative paths for our understanding of just these aspects of language (4, 8, 9). There are three major figures whose thinking has advanced the subject during the past 200 years by three major ideas. First Humboldt, the nearest to ecolinguistics, and his idea was to understand languages as revealing possible but different views on our rationality and keys of our ways for perceiving the world. Second Saussure, one of the founders of systems thinking, the father of the idea to separate the use of language from what since then has been called its system. And third Chomsky with investigating into the creativity of language and distinguishing cognitive structures hidden behind those governing the languages in openly visible a way. Ecolinguistics could bind all these ideas together into one: that by the course of evolution the linguistic diversity was organized by a cognitive ecosystemic organization of the natural languages.

Therefore, the underlying systemic aspects of language today are more precisely categorized as being ecosystemic (4, 8). A grammar seen through ecolinguistic spectacles is something like a navigation system of rules with different binding forces through the individual selection of phonemes, morphemes, sentences and meanings made by a special language-world-system (9, 12). The cognitive ecosystemic structure hidden by rather different surfaces is itself a set of rules enabling us to express, to understand and to renew our linguistic comprehension of the world in many rational ways. They are not arbitrary, however, but governed by the necessity to allow



## ECO-REBEL

specific language solutions for the ecosystemics of a peculiar language-world-pair (12). A theory of language therefore is a theory of a language-world-pairing.

The evolutionary development of these pairs not only allows to include the level of the language system into ecolinguistics but also to integrate our knowledge of the formation of language into our knowledge of the course of evolution (6, 8, 10). Especially the evolutionary power of the ecological ideas is nearly completely overlooked by many scholars.

### 2. Ecology

In consequence, the second perspective has to be that of ecology and evolution. Ecolinguistics must adopt a position not only with respect to current linguistics, but to current ecology, too (14). Again, a rational scientific discussion is the only acceptable level for me. It is necessary to emphasize this because of the fact that presently the meaning of ecology is often blurred by emotions. In my view many ecolinguists gain access to their subject by emotional paths. Certainly, there is an emotional aspect involved; I have myself put that into notice from the very beginning (4). But it may not prevent us from perceiving the rational aspects of the problem. Concentrating on rationality, one has to notice that ecology started as a scientific discipline of systems thinking in biology with physics as an indispensable framework of reference for quantitative measuring (5). But these biological systems themselves are an intermediate result of evolution (6, 8). It would be mistaken to refer to them only; some ecolinguists do, however.

There was a remarkable further development of ecology, and this is widely (although not fully, fortunately) ignored by many ecolinguists (and misinterpreted by some conservative biologists, too). Today, even the older “ecology of matter“ has exceeded the borders of natural science towards the newer „ecology of mind“. Quantum physics opened even this central natural science for the immaterial world. And partly the evolutionarily growing powers of the immaterial have changed biology already by approaching it to psychology (5). The physical energy of the sun is transformed to physiological energy of all living beings, and into psychological energy of higher animals and man (37). With respect to language, this is the adequate ecological framework today. To ignore it will dwarf the ecolinguistic idea from the very beginning (6). The ecology of mind has been shaped by several outstanding scientists in the course of the twentieth century (14). An early proponent of this thinking was the German-Swedish biologist Jacob von Uexküll, a late companion in philosophy (among some others) Norwegian Arne Naess, but the central figure was without doubt the transdisciplinary American researcher Gregory Bateson. In my view he belongs to the central personalities of modern science. “Ecology of mind” is by no means a metaphor, as which it is erroneously often taken, but one of the outstanding discoveries made in the past century. It is essential for ecolinguistics (21).

The structure of a physical ecosystem is a rational circular economy of using the energy of the sun for producing, consuming and reducing matter by the interaction of specialized groups of organisms. In the ongoing evolution a psychological level emerged that in principle used the same economy for, at first, cognitive aims and, secondly, communicative aims. The result were many highly specialized groups of animals with highly specialized cognitive and communicative means (5). This development was tightly bound to the development of a nervous system and the brain. Man is a late outcome from this, as is language. But language is not only characterized by the new but also by the old structures formerly developed but still existing (18). This lasting conservatism especially secures the basic rationality of the ecosystemic economy.

Pursuing these ideas resulted for me in a new theory of culture, since younger culture is an evolutionary inheritor of the achievements of the older natural evolution (6, 7, 8, 21). This new theory has been called “Evolutionary Cultural Ecology” and is an advanced extension of Bateson’s

## ECO-REBEL

ecology of mind. A recent American anthology (Arnold 2014) on “major figures and contemporary developments” singled it out as one of the leading theories in the tradition of modern systems theory (26). It is doubtlessly bearing on ecolinguistic theory since it enables us to understand the evolution of language itself as a complex intermediate step on that way (15, 16). Evolution is always mainly conservative; structures that have stood the test in many thousands of years and proved to be useful are normally retained for very long periods. They are used again and again in new living beings and only slightly changed or being recycled for new use in other systems. Some of these systems were symbolic systems and this afforded some major changes (for instance from what we commonly call natural “laws” to cultural “rules”, but even this did not force evolution to abandon the approved ecosystemic pattern (16). Consequently, it is no wonder that the rationality of the ecosystemic economy is to be found in the languages too. It is a pity that this is not realized by some ecolinguists who consequently miss the deep evolutionary foundations of their visions.

### 3. Science

As a philosopher of science, this third level is the central one for me (14, 25, 37). If we consider our problems in the context of our contemporary situation, we have to start from the most advanced ideas on the essence and performance of science. For solving our problems with rational means, we have invented science. But the history of science tells us of many changes in its understanding and practise. In the past four centuries, many sciences have been heavily involved in shaping the alarming present states of the earth, with economical and technical sciences as forerunners but not excluding the social and cultural ones and surely including linguistics, too. A guiding figure with a lasting impact was the English philosopher Francis Bacon by his epochal work “*Novum Organum*” (1620). It was the beginning of a turn in the scientific culture that we follow up to the present day, often called “science of the modern times” (9, 23). As well-behaved pupils we still obey the advice of our teacher Bacon to divide everything into its smallest parts without thinking of what could be lost by that directive. So, science became “the sciences” and wholes were cut into parts. As a reward the teacher promised us “knowledge and happiness” and at least in the western world he seems to be confirmed. But in his focus was only mankind and not our fellow living beings. His awareness was confined to what we today call western civilization and excluding the rest of the world’s cultures. If we see the earth’s present state, Bacon’s program was not only a success. Indeed, presently Baconian science fails in front of our eyes (24, 25, 37). The scientific culture we have does not favour the well-being of our planet, as it prioritises ongoing specialization on details of knowledge and neglects many hidden connexions (23). Therefore, especially philosophy of science has to react. It must formulate ways to a rebirth of a culture of science that will be able to save our planet instead of furthering its problems. In other words: We all witness the failing of the present day science in witnessing the growing problems it has afflicted to the earth and her inhabitants, a considerable part of mankind and a still more considerable part of our fellow living beings. This is the first duty of today’s philosophy of science and a rational and rewarding ecolinguistics needs to pass this keyhole. But I am sceptic whether many calling themselves adherents to the sect see that consequence in its full meaning: changing the culture of science (29, 32).

There is another scientific problem which is often overlooked. Against a widespread prejudice, science is not necessarily bound to institutions, formal studies and a profession. In fact, there is quite a lot of diverse non-professional research activity spread over the whole of the civil society which is not paid for and mostly not as specialized and certainly not as well-equipped as the institutional forms. But a living rationality is a question of being ready to learn and adopt other perspectives freely if opening new paths. It is better performed outside of the strict organization

## ECO-REBEL

modes of the big institutions for it needs free space for searching new paths (22). It is not a question of good or bad quality; that is to be found in both realms, that of the layman and that of the professional. Mistakes of the latter are by far the more dangerous (23). Many variants of this amateur based research are more or less aware of the necessity for a holistic perspective and a critical position with respect to today's institutionalized sciences. The free research of amateurs contributes markedly to the opening of paths to a new transdisciplinary re-institutionalization of science.

Transdisciplinarity is not only a new wording for interdisciplinarity (24, 37). The latter joins separate but neighbouring disciplines, whereas transdisciplinary science tries to end the age of believing in never-ending specialization as the only way of gaining real progress of knowledge. Instead of hailing ongoing competition, non-Baconian science will put cooperation in front of the main values for scientific progress. This is not identical with finishing specialization in general or an end of the disciplines, but rather it is a realisation of the limits of our hitherto scientific institutions. For saving the earth and gaining the future, we are less in need of the specialist's *venia legendi* and more in need of new scientists with a lively *venia discendi*. For them, learning to see things from as many aspects as possible is a proof of their scientific ripeness in a transdisciplinary research group. In such a group every member tries to learn from the other members but at the same time offers his special competence to enrich the common consciousness of the factual complexity.

And Baconian science has a problem with reality. It is too complex for it (23). The first step in present-day professional research is to establish a model of the sector of reality the specialist is dealing with. Usual linguistics is a fine role model of Baconian science; ecolinguistics could end this. But will it? Quite early in studying a special subject we are told that there is no other way. Today, we are surrounded by a world of models instead of reality. A growing number of scientists sees the deficits of this scientific culture and subscribe to the necessity of a fundamental change to transdisciplinary research. But most of them underrate the meaning of the factual structures of the institutions they work in. It is nearly impossible to follow a transdisciplinary agenda within an institutional framework which at most is open for interdisciplinarity. Therefore, we need new institutions, especially the Transdisciplinary University (24, 25). There is no single one at present but there are many preliminary steps and serious attempts. To establish the new institutions is in my view the most urgent and most difficult intermediate aim in the course of replacing the Baconian culture of science by the new one we need. How much time do we have left for this? About a hundred years, maybe less, maybe some more, is a rough estimate. Quite a few scientists argue in that direction if the carrying capacity of the earth is taken as a measure. Seeing the growing gap between the poor and the rich and the extinction of our fellow living beings, one could say: The sooner, the better.

Linguistics must and will find its role in this new setting, and ecolinguistics should have a good front place in it. It even could perform as a pacemaker towards such new goals (24).

### 4. Politics

Every science is political. There is not only a scientific interest in knowledge but fundamentally in change, too. Questions, wishes and needs existing in a society play an important role for science. In this respect present day institutionalized science lacks a massive deficit of democratic awareness and self-organization. This is paralleled by the extent to which many serious scientific endeavours taking place in the middle of the civil society are belittled or even ignored by professional science at the universities. An example is the citizen science debate (19) which is marred by economic and bureaucratic preconceptions (23). If ecolinguistics wants to become much more efficient with

## ECO-REBEL

people, it has to work much more deliberately and purposeful in both directions: the professional scientists working in the closed rooms of their institutions and the open surrounding environment of the civil society. The potential is given, no doubt.

In the meantime we have been trained by sociologists to speak of different systems co-existent in a society (science, economy, politics, sport, media, etc.) but there are many overlapping areas. The distinction of these systems is not as neatly cut as it is in Luhmann's theory (23). Science for instance is to be found at many places outside of the professional institutions, for instance in the diverse interests of many people. However, from the perspective of the professionals, these people appear as laymen or amateurs with the deficient competencies. But civil society has a much more fundamental meaning to science than is commonly realized by the professionals. Even in democratic communities they often try to impede its influence on their own closed worlds although the citizens of civil society define the general goods and non-restricted problems by knowledge from the open experience in their own life. This again is a consequence of our Baconian culture of science which dissects the connexions instead of throwing a special light on them. Again, acknowledging these perspectives could take ecolinguistics to new frontiers.

Unfortunately, the understanding of amateur- and lay-science is limited and associated with a backward viewpoint compared to that of the institutionalized professional forms taken to represent "true" science. An example is the often ill-advised treatment of what has been called "citizen science" in the professional world and their administrative institutions. Biologists were the first scientists to realize a deficit of their subject in the nineteenth and especially twentieth century: to underrate the possibility of losing significant parts of the evolutionarily grown biodiversity and – as specialists – being in obligation to fight against the causes. Very lately they try today to engage in it and as Baconians commit a new mistake: taking themselves as the representatives of "true science" and the amateurs as cordially invited "citizens" (not: scientists!) helping them without charge and (fortunately!) no need of funding. Often, this form of citizen science light is the standard form which is propagated today: an ill-advised late outcome of the Baconian view on science (23). Professionals may normally be trained to avoid the mistakes of the laymen, but their mistakes are the much more serious and longer-lasting ones. However, they enjoy a sort of protection space erected by their professionalism. Science that isolates herself like this is fundamentally blind for realizing the present situation of the earth and her inhabitants, both human and non-human. This holds for each discipline and is an unerring measure for orientation between wishes and reality. If ecolinguists intend to being guided by this scale, it is indispensable for them to follow that compass of civil society for the future of science.

I do not see many indications that this awareness of the political grounding of their agenda is really developed in ecolinguistics. Most stay in the closed Baconian rooms of the language-part of the language-world-pairings, and do hardly widen the view to realize the world-part that is exemplified by the state of the earth. And if they do, the lament about the mistaken ways of talking about nature, plants, animals, or humans often remains the only step in that direction (30). But this is not the full contribution that a linguistics guided by ecological ideas should and could deliver. It is driven by emotional reasons more than rational, but there is nevertheless a tendency to draw guiding lines for the political correctness of our talking ("Greenspeak"). This is too weak a conception than striving at a visionary contribution of experts on language that we need for securing the present state of the earth not being the last of the richness of its living.

Nevertheless many ecolinguists strive at creating a paradigm (27, 28, 30, 34). One should mind, however, that there is no common understanding of truth but a common conviction that it cannot be decided upon by voting according to the principle of majority. At the contrary, a scientific paradigm comes into its role just this way, however; this is one of the many contradictions of the

Baconian present-day institutional science. If the majority of a professional scientific community believes in an opinion, it gains a paradigmatic function. There is no such thing in the non-institutional science of free research. We should take this as a guideline to abandon the concept of a paradigm altogether (14, 17, 25).

### 5. Language

Language is a biologically founded competence of the genus *Homo*. But there is not *the* language just as there is not *the* bird or *the* living being; there are only languages or birds or living beings in thousands of variants. The so-called natural languages are accompanied by a growing number of constructed languages that serve specialized aims. There is no language ideally suited to scientific purposes. All linguists believe in these insights, and yet many people in fact take some of the languages as being more important than others. In an ecolinguistic context, this mistake could become a severe fallacy.

The linguistic diversity is widespread and entails a broad variety of ways of thinking and looking at the world. The so-called natural languages are in fact to a major extent cultural and the linguists unanimously take them not to be fully translatable into one another. It is equally wrong to categorize them in those which allow rational discourse and those which do not or even to view this diversity as an obstacle for gaining knowledge. A better perspective evaluates this diversity as a rich source for exploring our rationality that obviously wears most different linguistic and cultural dresses which open different paths to different parts of our rationality. This is not the same as speaking of different rationalities; I am no relativist in the usual sense of the word (25). There is one rationality, but the different languages make different parts of it accessible. In this respect ecolinguistics could be the most modern and sustainable advocates for a global and democratic future by opening this treasure chest and drop any prejudices on language-limitation. Expressing a thought ranges first. An „English-only“-position is utterly incompatible with that. This applies not only to research and publications or teaching and learning but to international congresses, too. Praising theoretically linguistic diversity on the one hand, mourning manmade losses, but selecting English practically without any discussion of the consequences as the only language for science is incompatible with each other (24). This applies to all sciences, surely to linguistics and is contradictory for ecolinguistics. One of the consequences of this mistake is the fact that scientific work that has been carried out in other language will no longer be known and cited. Science will become faster this way but worse at the same time. A huge source of possible solutions for the earth's problems will disappear in a deep hole of the disallowed and neglected. But the earth cannot wait for this suicide of the Baconian age of science by exaggerating its false economy: We soon need solutions.

Viewing the problem as one of international communication is misleading; it is in the first run one of cognition (11). If any fields of activity are in need of taking the different world-views offered by the different languages serious, it's science in general and linguistics and economics in particular. Any post-Baconian science has to allow scientific work in every language that might support pieces of our rationality that otherwise would be lost. It is cognitive linguistics that by using new methods of empirical research in the relations of language and the brain has advanced linguistics during the last past decades more than any other school (5). It was able to display to us the processes and variants of thinking that make language-world-pairs diverse and constant learning important. The new science of the post-Baconian age learns from thinking in German and Russian as well as in Chinese or Japanese or in Xhosa or Suquamish. We cannot afford important parts of our rationality that we need for post-Baconian science being concealed by monolingualism; we need Mandela's humanity grown in Xhosa and Big Chief Seattle's economy

## ECO-REBEL

grown in Suquamish, to name only two examples intelligible to many people who have become prey of the internet driven run to efficiency, acceleration and the paltriness of monetary culture that dominates our globalization. We learn this from ecolinguistics!

And rationality can equally not be bound to the actual commercial modes of the internet. The web's rationality is infested by the values of speed, easiness of comprehension and money, too. The web is a guiding force of these putting communication first on the modern agenda. Doubtlessly, besides cognition we have problems of communication, too. I do not oppose against practical solutions by the help of widely used languages, especially for the oral language use. But we must remember that this is a sort of artificial limb, a prosthesis, restricting the access to the world to standards that are selected by political developments. Monolingualism is wrong if we want to learn of our mistakes. Invitations to scientific discourse must be free of linguistic obstacles. It is a joke that so-called "open access" forms of science erect just those ("your manuscript should be in English"). Full science is not the entrance gate to a monolingual world; it would be a world of limited rationality and that does no longer admit a free science. Future science must become less superficial by learning to deal with the hidden complex connexions. I tell this in English because I feel forced to do so and although I am sure of the superficiality of my expressions. The good amateurs everywhere always speak the language they know best – a further reason to open professional science towards the needs of the civil societies.

### **Final remarks**

I like to end this short sketch of my view on ecolinguistics by saying that in this short account I did not intend to look into the details of the different conceptions presently discussed. I wanted to give an overview about the main essentials that have to be taken into consideration as I see them. Generally, this view is neither restricted to ecolinguistics only nor to the theoretical level in general. Rationality and scientific progress always require frequent switching to neighbourhoods and metalevels. But both are proud words: rationality and scientific progress. Many people cannot stand the constant talk of scientific rationality and progress any longer while at the same time seeing the states of the earth and present day science. In consequence, if we pursue the rational path nevertheless, we have to widen our views, to recognize our mistakes, end our wrong ways and to learn wherever we can, on any subject involved. And they are all involved. We have no alternative to rationality and no rational alternative to a transdisciplinary setting. But getting science on the rational way does not mean to remain at the places we have reached so far, but to think everything anew that has a bearing on our conceptions. In the case of present day science it means that we have to change the direction, radically and as soon as possible.

There are ecolinguists partly near to single positions in my list of essentials – for instance Honorio do Couto with respect to systems thinking, Mufwene partially with respect to evolution, BastardasBoada with respect to some aspects of grammar, Mühlhäusler with respect to the meaning of empirical studies (which I left out here), Steffensen with respect to a philosophical grounding, Fill with respect to transdisciplinarity (to name some of them only) – but no one of them tells the whole story. Quite a few ecolinguists try to strengthen the systemic aspects of language in this context, for they differ markedly from the early approaches, now being recognized as ecosystemic. Some without doubt see the big linguistic prospects by an ecology that has opened the immaterial world for ecological thinking. Others at least feel the breakdown of the Baconian culture of science, which is mirrored by similar breakdown on ecosystems around the earth. Some even participate actively in the acceleration of these processes and the learning of researching complex hidden connexions by exploring paths of new institutionalizations (above all the transdisciplinary university). Additionally, there are ecolinguists aware of the needs and role of

## ECO-REBEL

the civil society seeking a stronger impact on professional science. A few will even part my critique on the political dominance of English not being the ideal language for science from quite similar reasons that have finished its Latin-dominated age. To all of them I pay my respect although I will concentrate my remaining powers to the more fundamental aspects.

A last remark: I welcome scientists drawing different consequences from the facts as they see it. But there are many misunderstandings, too. Some could happen because of changes in my own thinking. An example is my later rejection of Kuhn's concept of a paradigm that I formerly have approved myself. My present position has been criticized as inconsequential; I would myself try to establish a paradigm, the critics say. But that is not the case. I admit that I changed my position in this respect completely. Formerly I took a paradigm according to Kuhn's impressive popularity as a legitimate goal of science (see my "Talking in the new paradigm", 1979; (3). Nowadays, I look at it with other eyes: Science always argues for sets of hypotheses seeking truth and may never claim to possess it. If you claim possession of truth (for instance by following the opinions of a majority) you confuse science with politics. There is an "amphibic" area of transition between science and politics (just as the riparian edges of a natural lake or river) but that does not mean that the two are the same (water and land). Truth is an important concept of science, but it marks a goal, not a possession. The opinions of others are sometimes relevant but they are no indication of truth. Even a majority of fellow-scientists of the same subject do not decide about truth, they merely decide on influence and power. Kuhn's acceptance of these parameters as governing the directions of factual scientific research is one of the fundamental mistakes of the late Baconian age of science that we have to stop as soon as possible.

The leading spirit of the five essentials I have proposed here was nothing else than intense arguing for rational opinions on language by trying to abolish the limitation in our apprehension of present reality. It is time to realize that Baconian science has caused heavily to the dangers for our planet to remain a good place for living. We have produced enough oversimplified models, now it's time for a better approach to reality. At the end of the Baconian Age each subject has to draw the consequences. Ecolinguistics could accelerate the pace in the direction of a new culture of science and a better future of the earth by adopting these essentials. We need this acceleration of the change since tomorrow's science will have to be slower than past and present.

### Literature

#### I. Selected works of the author with relevance to ecolinguistics

1. (1963-1966), Several articles on new science (unpublished)
2. (1967), Nonempirical Linguistics (unfinished Oxford doctoral thesis, unpublished)
3. (1979), Grundlagen einer linguistischen Theorie. Empirie und Begründung in der Sprachwissenschaft. Braunschweig/Wiesbaden: Vieweg (Göttingen doctoral thesis of 1976, containing „Talking in the New Paradigm“, 193-197)
4. (1982), Konstruktive Ökologische Linguistik (part II of Peter Finke, "Politizität". (This article started the "Bielefeld school"). In: Finke, P. (ed.), Sprache im politischen Kontext. Ergebnisse aus Bielefelder Forschungsprojekten zur Anwendung linguistischer Theorien. Tübingen: Niemeyer, 15-75
5. (1987), Biologie und Linguistik kommen einander näher. Wissenschaftstheoretische Bemerkungen zur Interdisziplinarität. Nachwort zu: Müller, H. M. (1987), Evolution, Kognition und Sprache. Die Evolution des Menschen und die kognitiven Grundlagen der Sprachfähigkeit. Berlin/Hamburg: Parey, 133-141
6. (1988-1994), Grundzüge der Evolutionären Kulturökologie. Bielefeld (455 pages, hitherto unpublished)

## ECO-REBEL

7. (1993), Kultur als Ökosystem. Eine kurze Beschreibung, Erklärung und Anwendung. *Living* 3, 56-59
  8. (1996), Sprache als *missing link* zwischen natürlichen und kulturellen Ökosystemen. Überlegungen zur Weiterentwicklung der Sprachökologie. In: Fill (ed, 1996), 27-48
  9. (2000), Zukunftsfähigkeit, heilige Kühe und Grammatik. Metalinguistische Überlegungen am Ende des Baconischen Zeitalters. Alwin Fill zum 60. Geburtstag gewidmet. In: Kettemann, B./H. Penz (eds., 2000), 63-84
  10. (2001a), Identity and Manifoldness. New Perspectives in Science, Language and Politics. Shortened version of a paper read at the ISSEI-conference in Utrecht (The Netherlands) 1996. In: Fill, A./Mühlhäusler eds.. 2001), 84-90
  11. (2001b, with Strohner, H.), Bewegung ist überall. Perspektiven der ökologischen Linguistik. In: Sichelschmidt, L./H. Strohner, eds.), Sprache, Sinn und Situation. Festschrift für Gert Rickheit zum 60. Geburtstag. Wiesbaden: Deutscher Universitätsverlag, 269-285
  12. (2002), Die Nachhaltigkeit der Sprache. Fünf ineinander verschachtelte Puppen der linguistischen Ökonomie. In: Fill, A./H. Penz/W. Trampe (eds.2002), 34-55
  13. (2003), Die Wechselwirkung der Vielfalt. Eine Erwiderung auf alle Beiträge. In: Yüce, N./P. Plöger (eds.), 237-323.
  14. (2005), Die Ökologie des Wissens. Exkursion in eine gefährdete Landschaft. Freiburg: Alber (404 pages, my central book on today's professional Science)
  15. (2006a), Die Evolutionäre Kulturökologie. Hintergründe, Prinzipien und Perspektiven einer neuen Theorie der Kultur. *Anglia* 124, 173-217
  - 16.(2006b), Wendezeit auch für die Semiotik? Ökosemiosen im Lichte der neuesten Entwicklung in der Kulturökologie. In Hess-Lüttich (ed., 2006), 29-56
  17. (2007), Paradigmaschwächung. Der politisch-ökonomisch-bürokratische Machtkomplex. In: Fill/Penz (eds. 2007), 279-297
  18. (2008), The Memory of Language. New Research in the Beginnings of Cultural Evolution. In: Döring, M. et al. (eds. 2008), 73-88.
  19. (2014a), Citizen Science. Das unterschätzte Wissen der Laien. München: oekom (the only book of a philosopher of science on the subject)
  20. (2014b), A Brief Outline of Evolutionary Cultural Ecology. In: Arnold (2014), 293-308
  21. (2014c), The Ecology of Science and its Consequences for the Ecology of Language. In: Steffensen, S. V./Fill, A. (eds., 2014), 71-82
  22. (2015, ed.), Freie Bürger – freie Forschung. Die Wissenschaft verlässt den Elfenbeinturm. München: oekom (224 pages; collection of 36 short articles of amateurs and professionals on the situation of science)
  23. (2018a), Lob der Laien. Eine Ermunterung zum Selberforschen. München: oekom (240 pages, a collection of recent popular lectures)
  24. (2018b), Transdisciplinary Linguistics: Ecolinguistics as a Pacemaker into a New scientific Age. In: Fill/Penz, eds., 2018, 406-419
  25. (2018c), Das Scheitern des Disziplinären Zeitalters. Ein Denkanstoß zum Wissenschaftsverständnis. In: Schaffer et al. 2018, 255-260
- II. Collections containing ecolinguistic articles of PF edited by other persons**
26. Arnold, D. P. (ed., 2014), Traditions of Systems Theory. Major Figures and Contemporary Developments. New York/Abingdon: Routledge (373 pages)
  27. Döring, M./H. Penz/W. Trampe (eds. 2008), Language, Signs and Nature. Essays in Honour of Alwin Fill. Tübingen: Stauffenburg (235 pages)



## ECO-REBEL

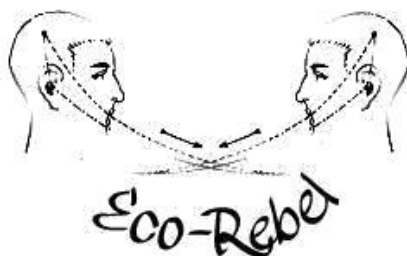
28. Fill, A. (ed., 1996), Sprachökologie und Ökoluistik. Referate des Symposiums „Sprachökologie und Ökoluistik“ an der Universität Klagenfurt, 27./28.10.1995. Tübingen: Stauffenburg (300 pages)
29. Fill, A./P. Mühlhäusler (eds., 2001), The Ecolinguistics Reader. Language, Ecology and Environment. London/New York: Continuum (296 pages)
30. Fill, A./H. Penz/W. Trampe (eds.2002), Colourful Green Ideas. Bern: Peter Lang
31. Fill, A./H. Penz (eds. 2007), Sustaining Language. Essay in Applied Ecolinguistics. Wien/Berlin: Lit (301 pages)
32. Fill, A./H. Penz (eds. 2018), The Routledge Handbook of Ecolinguistics. New York/Abingdon: Routledge (457 pages)
33. Hess-Lüttich, E.W.B. (ed., 2006), Eco-Semiotics. Umwelt- und Entwicklungskommunikation. Tübingen und Basel: A. Francke
34. Kettemann, B./H. Penz (eds.. 2000), Econstructing Language, Nature and Society. The Ecolinguistics Project Revisited. Tübingen: Stauffenburg
35. Schaffer, A./E. Lang/ S. Hartard (eds., 2018), Im Scheitern lernen – Zur Zukunftsfähigkeit von Systemen. Marburg: Metropolis (276 pages)
36. Steffensen, S. V./Fill, A. (eds., 2014), Ecolinguistics. The state of the art and future horizons. *Language Sciences Special Issue 41*, Amsterdam: Elsevier
37. Yüce.N./P. Plöger (eds. 2003), Die Vielfalt der Wechselwirkung. Eine transdisziplinäre Exkursion im Umfeld der Evolutionären Kulturökologie. Freiburg/München: Alber 2003 (Peter Finke to his 60<sup>th</sup> birthday, with original contributions by E. Laszlo, H.P. Dürr, F. Capra, Chr. Busch-Lüty, A. Fill, A. Makkai, S. Kanngießler and others, including a comprehensive commentary of PF to all contributions (13.))

The Author:

Univ.-Prof. em. Dr. Dr. h.c. Peter L.W. Finke, Telgenbrink 79, D33739 Bielefeld (Germany)  
[peter.finke@t-online.de](mailto:peter.finke@t-online.de)

Aceito em 13/10/2019.

ECOLINGUÍSTICA: REVISTA BRASILEIRA DE  
ECOLOGIA E LINGUAGEM (ECO-REBEL), V. 5, N. 2, 2019.



## A ECOLINGUÍSTICA COMO IDEIA EUROPEIA

---

Alwin Fill (Universität Graz, Austria)

**Resumo:** "A ecologia da linguagem", paradigma criado pelo sociolinguista americano Einar Haugen, investiga a interação entre línguas na mente humana e em sociedades multilíngues. No caso, "ecologia" funciona como uma metáfora que é usada por alguns autores para falar da ideia de "conservação" de pequenas línguas e da preservação da diversidade linguística neste planeta. Por outro lado, a "ecolinguística" europeia toma o conceito de ecologia literalmente a fim de explorar o papel das línguas na crise ambiental atual. Mediante o paradigma ecolinguístico, a linguística assume uma nova tarefa: provocar uma consciência sobre os problemas ecológicos e, ao mesmo tempo, recuperar o sentimento de comunhão com todos os seres vivos. Em vez de olhar para a língua como "símbolo dos humanos como seres especiais" (usando-a nesse sentido), os ecolinguistas acentuam "nossa continuidade com o resto da criação" (HALLIDAY, 1992, p. 89), revelando o antropocentrismo e o crescimentismo imbutidos na língua e em seu uso. Com essa consciência, a linguagem humana se torna um recurso na empreitada de manter o princípio de "viver e deixar viver" contra o da sobrevivência do mais forte e mais apto.

**Palavras-Chave:** Ecologia da linguagem. Preservação de línguas. Crise ambiental; antropocentrismo. Crescimentismo.

**Abstract:** "The ecology of language", a paradigm created by the American sociolinguist Einar Haugen, investigates the interaction between languages in the human mind and in a multilingual society. Ecology here serves as a metaphor which is used by some authors to introduce the idea of the "conservation" of small languages and of preserving linguistic diversity on this planet. As opposed to this, European "ecolinguistics" takes ecology literally, as it were, and explores the role of language in the current ecological and environmental crisis.

With the ecolinguistic paradigm, linguistics takes on a new task: to create an awareness of ecological problems and, at the same time, to bring back the feeling of togetherness with all living beings. Instead of seeing the possession of language as a sign of "the uniqueness of humankind" (and using it accordingly), ecolinguists stress "our continuity with the rest of creation" (Halliday 1992:89) by revealing the anthropocentrism and growthism contained in language and language use. With this

awareness, human language becomes a force in the endeavour to uphold the principle of "live and let live" against that of the survival of only the strongest and fittest.

**Key words:** Ecology of language. Language Preservation. Environmental crisis. Anthropocentrism. Gowthism.

### 1. Introdução

Este ensaio fala de Ecolinguística como uma ideia europeia que, no entanto, foi fortemente influenciada e complementada por pensadores europeus. Embora criada por um alemão (o biólogo Ernst Haeckel), o termo "ecologia" se tornou muito importante nos Estados Unidos, onde conservacionistas como John Muir e Aldo Leopold chegaram a incluir a natureza inanimada em sua "ética da terra" (LEOPOLD, 1949). Assim, *ecologia* se tornou uma palavra chave na primeira metade do século XX e até mesmo uma palavra *cult*, o que foi lamentado pelo primeiro linguista a ligar o conceito de ecologia ao estudo da linguagem. Esse pioneiro da ecologia linguística é Einar Haugen, que proferiu uma palestra sobre "a ecologia da linguagem" em 1970 e a publicou em 1972 em um livro com o mesmo título.

Na abordagem de Haugen, ecologia é usada como uma metáfora que compara línguas e espécies de animais e plantas. A ecologia da linguagem, para Haugen, é "o estudo de interações entre uma língua dada e seu meio ambiente" que, no caso da língua é "a sociedade que a usa como um de seus códigos" (HAUGEN, 1972, p. 325).

Assim como há um equilíbrio ou uma luta pela existência entre as diferentes espécies de plantas e animais em seu meio ambiente, há também um equilíbrio e uma rivalidade entre diferentes línguas, tanto na mente de um falante multilíngue quanto em uma sociedade multilíngue, ou seja, o meio ambiente linguístico. Possíveis tópicos nessa ecologia da linguagem são temas como contato de línguas e conflito de línguas, morte de línguas e crescimento de língua, assim como planejamento linguístico e interferência entre línguas.

Entre os estudiosos que seguiram a abordagem de Haugen em seu uso metafórico de "ecologia" estão Harald Haarmann (1980), Enninger & Haynes (1984) e Norman Denison que, no que se refere à pergunta de Haugen (1972: 329) "Qual será, ou deverá ser, por exemplo, o papel de 'pequenas' línguas?", assume a causa da proteção de línguas ameaçadas e afirma que "Se o cachalote (ou cacharú) merece proteção especial como espécie única e ameaçada da evolução biológica, então merece-o também o gaélico como uma um espécime único e ameaçado da evolução e tradição linguística humana" (DENISON, 1982, p. 8).

A metáfora ecológica tem sido usada também, entre outros, por Mario Wandruszka (1979), que vê o multilinguismo como um processo dinâmico comparável ao crescimento e decréscimo nas populações animais; por Dwight Bolinger, no último capítulo de *Language, the loaded weapon* (1980); por Adam Makkai (1993), que apresenta um interesse abrangente pela linguagem que inclui o estudo das relações entre língua e música bem como outros tópicos que transcendem de muito o mero estudo da estrutura das sentenças.

### 2. "A ecologia da linguagem" e a "ecolinguística"

Se os pesquisadores da tradição haugeniana têm usado a metáfora ecológica a fim de se posicionarem na defesa e resgate da diversidade linguística, tanto no nível mundial quanto em países específicos (ver também DENISON, Tragut 1990 e TRAMPE 1990: 209), muitos linguistas europeus têm criado nos últimos tempos um novo paradigma em que "ecologia" é entendida no sentido biológico original que lhe atribuiu Haeckel e no sentido "ambientalista" que ele passou a ter na América. Para essa

abordagem, o termo "ecolinguística" é sugerido. Ele poderia ser definido como o estudo do papel que a linguagem exerce nos problemas ecológicos e ambientais de nosso tempo.

Ao que tudo indica, o primeiro estudioso a tematizar esse papel (no entanto, sem usar o termo ecolinguística) foi Michael Halliday que, em 1990, proferiu uma conferência sobre "New ways of meaning: the challenge to applied linguistics" no Congresso da AILA em Tessalônica, em 1990. Desde então esse ensaio tem inspirado muitos estudiosos a aceitar o desafio e provocado muitos simpósios sobre o tópico Ecolinguística (ver, por exemplo, Alexander, Bang, Døør 1993). Nesse ensaio (publicado em 1990 e 1992), Halliday diz que "classismo, crescimentismo, destruição de espécies, poluição e assemelhados não são simplesmente problemas para os biólogos e os físicos. Eles são problemas para a comunidade da linguística aplicada também"(1992, p. 91). Halliday aduz inúmeros exemplos a fim de mostrar que o sistema linguístico favorece crescimento contra estabilidade e diminuição (ver também Fill 1987: 122ss) e que objetos inanimados, animais e plantas são tratados de modo diferente do modo de se tratarem os humanos (ver "distanciamento" abaixo). Em nossas línguas, podemos observar

quão profundamente as ideias de crescimento versus diminuição estão gramaticalizadas, de que nossos recursos naturais seriam ilimitados, de que o mundo inanimado é passivo e de quão especial é a espécie humana em vez de estar em uma continuidade com o resto da criação. Essas e outras características do sistema linguístico enformam nossa experiência de modo a levar-nos a pensar que podemos expandir para sempre no que tange ao número de pessoas, nosso próprio poder de dominação sobre as demais espécies, nosso consumo e o assim chamado 'modo de vida padrão' (HALLIDAY, 1992, p. 89ss).

No mesmo ano em que Halliday proferiu sua palestra seminal, o estudioso alemão Wilhelm Trampe publicou um livro chamado *Ökologische Linguistik* (1990) -- *Linguística Ecológica* --, no qual parte da ideia de sistema língua-mundo, de acordo com a qual língua e mundo interagem idealmente de modo a manter a diversidade de todos os seres vivos. Independentemente de Halliday, Trampe mostra que alguns indícios da crise ecológica se encontram na língua e como, por uma reversão do processo, o uso de linguagem antiecológica pode contribuir para piorar a crise (ver também FILL 1993, p. 103-131).

O paradigma europeu de Ecolinguística é, assim, a manifestação de uma preocupação genuína dos linguistas com a investigação das causas dos problemas ecológicos atuais e com uma tentativa contribuir com sua solução. Contrariamente à "Ecologia da linguagem" de Haugen, com sua ênfase na interação entre línguas em seu "meio ambiente" metafórico, a "Ecolinguística" pressupõe interação entre a língua e o mundo em geral, de tal modo a mostrar que a sobrevivência de diferentes espécies e a manutenção da "biodiversidade" podem ser investigadas do ponto de vista linguístico.

### 3. O antropocentrismo da língua

Um conceito chave no estudo do papel da língua sobre as questões ambientais é o de "o antropocentrismo da língua". Esse termo se refere ao fato de que a língua é um elemento na evolução humana a serviço da supremacia e crescimento de tudo que tenha a ver com o humano, opondo-se aos "direitos" de outros seres animados e da natureza inanimada. Entre os modos de manifestação do antropocentrismo na língua, os seguintes têm sido identificados e descritos(cf. FILL 1993, p. 104ss.; TRAMPE, 1990, P. 208ss.): (1) nomeação pela utilidade, (2) distanciamento, (3) objetivização e (4) eufemismo. Essas atitudes serão discutidas brevemente a seguir, com exemplificação tirada do inglês e do alemão.

## ECO-REBEL

(1) "**Nomeação pela utilidade**" se refere à tendência da língua a nomear fenômenos do mundo do ponto de vista de sua utilidade para os humanos. É claro que essa tendência é inteiramente natural em um sistema de comunicação criado por nossa espécie. A questão interessante é na verdade o fato de ser possível notar essa qualidade da linguagem humana com o auxílio da própria linguagem humana, além de descrever o fato e, eventualmente, superá-lo.

Os exemplos mais óbvios de nomeação pela utilidade são as palavras *Nützlinge* (os úteis) e *Schädlinge* (os prejudiciais), *Kraut* (planta) e *Unkraut* (praga), que, em alemão, dividem sem subterfúgio todos os animais e todas as plantas em úteis e perniciosas, claro, para os humanos. No alemão existem dezenas de compostos com *Nutz-* (útil), como *Nutztiere* ("animal útil"), *Nutzholz* ("madeira útil"), *Nutzwald* ("floresta útil") etc., e *Schad-* ("prejudica") como em *Schadstoffe* ("matéria prejudicial"), *Schadholz* ("madeira prejudicial") que expressam a utilidade ou ofensividade de algum ser vivo ou material para os humanos. Outros compostos, como *Pelz-tiere* ("animal para pele"), *Speise-pilze* ("fungo comestível"), *Zier-fische* ("peixes ornamentais"), *Reit-tiere* ("animal para cavalgar"), *Zug-tiere* ("animal para tração"), *Schlacht-tiere* ("animal para abate") especificam, no elemento determinante, o tipo de uso que os humanos fazem de animais e plantas. Exemplos ingleses de nomeação pela utilidade são palavras como *timber wood* ("madeira"), *firewood* ("lenha"), *beneficial animals* (*animais benéficos/úteis*), *pests* ("animal/inseto nocivo, praga"), *waste land* ("terra inculta, terreno baldio") e muitos outros.

(2) O termo "distanciamento" diz que animais e plantas devem ser mantidos à distância dos humanos mediante o uso de diferentes palavras para fenômenos análogos. Vejamos as palavras para morrer em alemão: *sterben* é a palavra usada para humanos; para os animais são usados *eingehen* ("extinguir-se, deixar de existir"), *verenden* ("chegar ao fim"), *krepieren* ("arrebentar, explodir"); para plantas até *kaputt gehen* (literalmente "ser quebrado", como uma máquina). Esse exemplo mostra que o distanciamento está intimamente relacionado com "objetificação": o animal e a planta são tratados linguisticamente como um objeto, a fim de tornar mais fácil para os humanos usá-los.

Exemplos ingleses são as palavras para diferentes tipos de "carne" (*veal, beef, pork, mutton, venison*) que não mostram sua relação com a "carne" humana nem sua origem em animais "abatidos, assassinados". O composto eufemístico *meat production* (produção de carne) desvia a atenção do que efetivamente acontece (isto é, o assassinado de animais) e valoriza o lado industrial do processo. Em seu artigo, Halliday chama a palavra "production" "uma grande jogada semântica (trick): como Goldsmith assinalou, nós não produzimos absolutamente nada -- nós [ou melhor, os animais, nossos servos, A.F.] meramente transformamos o que já está lá em algo diferente, geralmente com efeitos colaterais indesejáveis" (GOLDSMITH, 1992). Animais ou plantas individuais são *espécimes* que se encontram ou são abundantes na região que têm como seus *habitats*. Nós *limpamos* (não matamos) árvores que são também *preparadas* para *produzir madeira*. *Livestock*(gado), *carcass* (carcaça) e *litter* (lixo, dejetos) são outros exemplos deste fenômeno que mostram que a língua é capaz proporcionar palavras específicas para animais a fim de deixar claro a supremacia dos humanos.

(3) O processo relacionado de "objetivização" é muito frequente na linguagem da caça (*Weidmannssprache*); ele visa a preencher a função de transformar os animais em objetos insensíveis à dor e que os humanos podem usar para seu "esporte" com a consciência tranquila. As partes do corpo do animal recebem nomes de objetos e os processos que levam ao assassinato e dissecação dos animais recebem nomes técnicos especiais que transferem toda a atividade para um setor separado da vida e do sofrimento. *Brush* ("pelo de animais"), *pad* ("pata"), *slot* ("pegada") e *mass* ("massa") são nomes de partes do corpo de animais; os animais caçados são chamados *quarry* ("presa, caça"); partes extraídas dos animais são orgulhosamente apresentadas como troféus etc. Na linguagem de caça

## ECO-REBEL

alemã sangue é suor animal ("Schweiss"), o animal morto é "die Strecke" (literalmente "o que é estendido"); os olhos são chamados *luzes* ("Lichter"), as orelhas *colheres* ("Löffel") e assim por diante. Uma investigação da linguagem da caça de uma perspectiva ecolinguística certamente seria uma tarefa que vale a pena! Outras áreas em que a objetivização é bem aparente são as *meat production*, o *fur trade* "comércio de peles" e o "experimento com animais". Todos têm nomes que no caso podem ser vistos como exemplos de uma quarta estratégia do antropocentrismo, o eufemismo.

(4) "**Eufemismo**" pode ser definido como o uso de palavras com acepções agradáveis para fatos tidos como desagradáveis em nossa sociedade. O simples fato de que elas têm sido usadas para o tratamento cruel que infligimos aos animais revela que pelo menos em alguns setores de nossa sociedade tem se desenvolvido uma sensação de culpa (*bad conscience*). Palavras como *pest control* ("controle de pestes"), *LD-50-test* ("elemento tóxico para matar animais em massa"), *animal health service* ("serviço de saúde dos animais") e outras escondem o fato de que se referem ao assassinato de organismos não humanos para propósitos humanos. Um *LD-50-test*, por exemplo, é um experimento com animais em que 50% dos animais não sobrevivem, com LD em doses letais. Serviços de saúde dos animais também têm a ver, perversamente, com o assassinato de animais. Trata-se do nome para um serviço prestado por veterinários que garante carne saudável, isto é, carne saudável para os humanos que a comem.

Essas quatro manifestações do antropocentrismo linguístico não são as únicas que existem. Todo tipo de "crescimentismo" (ver acima) pode ser considerado como antropocentrismo indireto, uma vez que o que se entende por crescimento normalmente é "crescimento de algo humano" que, de um certo ponto em diante, só é possível em detrimento do resto da criação. É tarefa da Ecolinguística fazer o usuário da língua consciente dos mecanismos frequentemente sutis, frequentemente bastante óbvios da linguagem antropocêntrica.

Nos últimos tempos tem se observado um contramovimento ao antropocentrismo segundo o qual animais e plantas se aproximam mais dos humanos. Um exemplo desse tipo é o frequente uso na atualidade de termos de parentesco humano para animais (*brother, sister, aunt* etc.), na verdade praticamente o uso de palavras "humanas" para animais e plantas (*Waldsterben* ["morte de floresta"], *Baumchirurg* ["cirurgia de árvore"], *animal language* ["língua animal"] etc.), uso que por outro lado pode ser criticado por seu antropocentrismo inerente, uma vez que impõe categorias humanas em todos os seres vivos.

Nesse ponto a Ecolinguística se encontra no meio de uma grande quantidade de questões filosóficas que só poderão ser respondidas após uma discussão mais detalhada sobre a ética da ecologia.

Como todo mundo sabe, o movimento do politicamente correto (PC) também apresenta uma ramificação em que uma grande quantidade de palavras supostamente não antropocêntricas foram criadas (como *botanical friends* para *flowers* ou *carcaças de árvore* para *papel*; ver o *PC Dictionary*, de Beard & Cerf 1992). Não obstante, grande parte dos antropocentrismos escondidos de nossas línguas tem permanecido velada.

### 4. Terminologia ecológica

Uma abordagem diferente à ligação entre língua e problemas ecológicos é praticada por alguns estudiosos alemães que investigam o papel que a terminologia ecológica exerce na discussão pública de assuntos ecológicos. Matthias Jung, de Düsseldorf, mostra em diversos artigos (JUNG, 1989) e em sua tese (JUNG, 1994) como o desenvolvimento e aumento de termos técnicos relativos ao meio ambiente e sua poluição, nos anos sessenta e setenta, deram lugar a uma consciência pública dos problemas e como surgiram neologismos, e continuam a surgir, nos dois lados em questão (o da indústria e o dos ambientalistas), para manipular a opinião pública. Jung nos adverte, no entanto, a

## ECO-REBEL

não sobrestimar o “poder das palavras” nesse contexto, palavras cuja intenção “manipuladora” se encontra apenas no lado presumivelmente a ser manipulado!

Nos anos sessenta, os ambientalistas alemães usaram palavras como *Giftkrieg* (“guerra com venenos”) e *Giftgas* (“gás venenoso”) para o uso de pesticidas na agricultura, palavras com associações terríveis ao nazismo e à Segunda Guerra Mundial, ao passo que a indústria evitava a palavra *Gift* (“veneno”) a todo custo, usando ao contrário eufemismos eruditos como *toxicidade*, *inseticida* e outros. Do mesmo modo, *chemische Hacke* (“machado químico”) e *biologische Kriegsführung* (“guerra biológica”) correspondiam a *herbicida* e a frase eufemística *Begünstigung der natürlichen Feinde der Schädlinge* (“favorecimento dos inimigos naturais das pragas”), eram usadas com ou sem intenção manipuladora (JUNG, 1989).

O uso de linguagem manipuladora no que se refere a tópicos ambientais foi investigado de modo especialmente detalhado na área da energia nuclear, em que linguistas ambientalmente orientados como Hartmut Gründler (1982) criticaram a ineficácia da criação de palavras de aparência inofensiva como “friedliche Nutzung der Kernenergie” (“uso pacífico da energia nuclear”), “Atommüll” (“lixo atômico”) “Wiederaufbereitung”, (“reprocessamento”), “Entsorgung” (“ato de descartar”) etc. (ver também JUNG, 1994). A certa altura houve também controvérsia sobre a natureza manipuladora de palavras como *Atomkraft* (energia atômica), que lembra *Atombombe* (bomba atômica) e *Kernenergie* (energia nuclear), associáveis a *kerngesund* („atomicamente saudável“)!

### Referências

Alexander, Richard, J., J. Chr. Bang, and J. Døør (eds.), *Papers for the Symposium Ecolinguistics. Problems, Theories and Methods* (Odense: Research Group for Ecology, Language and Ideology, 1993)

Beard, Henry and Christopher Cerf, *The Official Politically Correct Dictionary and Handbook* (New York: Villard, 1992).

Bolinger, Dwight, *Language, the Loaded Weapon. The Use and Abuse of Language Today* (London: Longman, 1980).

Denison, Norman, "A Linguistic Ecology for Europe?", *Folia Linguistica* 16/1-4 (1982): 5-16.

Denison, Norman and J. Tragut, "Language Death and Language Maintenance," *Sociolinguistica* 4 (Minderheiten und Sprachkontakt) (1990): 150-156.

Enninger, Werner and Lilith M. Haynes (eds.), *Studies in Language Ecology* (Wiesbaden: Steiner, 1984).

Fill, Alwin, *Ökologikum. Eine Einführung* (Tübingen: Narr, 1993).

Gründler, Hartmut, "Kernenergiewerbung. Die sprachliche Verpackung der Atomenergie," *Holzfeuer im hölzernen Ofen. Aufsätze zur politischen Sprachkritik*, ed. Hans Jürgen Heringer (Tübingen: Narr, 1977? 1982) 203-215.

Haarmann, Harald, *Multilingualismus 2. Elemente einer Sprachökologie* (Tübingen: Narr, 1980).

## ECO-REBEL

Halliday, Michael, "New ways of Meaning. The challenge to applied linguistics," *Journal of Applied Linguistics* 6 (1990): 7-36. Also in: *Thirty years of linguistic evolution. Studies in honour of René Dirven*, ed. Martin Pütz (Philadelphia, Amsterdam: John Benjamins, 1992): 59-95.

Haugen, Einar, *The Ecology of Language*, ed. Anwar S. Dil (Stanford: Stanford University Press, 1972).

Haugen, Einar, *The Ecology of Language*, ed. Anwar S. Dil (Stanford: Stanford University Press, 1972).

Jung, Matthias, "Der öffentliche Sprachgebrauch und die Umweltdebatte in der BRD. Versuch der Kommunikationsgeschichte eines Themas," *Sprache und Literatur in Wissenschaft und Unterricht* 63 (1989): 76-98.

Jung, Matthias, *Gesellschaftliches Bewußtsein und sprachlicher Wandel. Eine Diskursgeschichte der Atomenergie* (Opladen: Westdeutscher Verlag, 1994).

Leopold, Aldo, *A Sand County Almanach, and Sketches Here and There* (Oxford, New York: Oxford University Press, 1949).

Makkai, Adam, *Ecolinguistics. Towards a New "Paradigm" for the Science of Language?* (London, New York: Pinter, 1993).

Trampe, Wilhelm, *Ökologische Linguistik. Grundlagen einer ökologischen Wissenschafts- und Sprachtheorie* (Opladen: Westdeutscher Verlag, 1990).

Wandruszka, Mario, *Die Mehrsprachigkeit des Menschen* (München, Zürich: Piper, 1979).

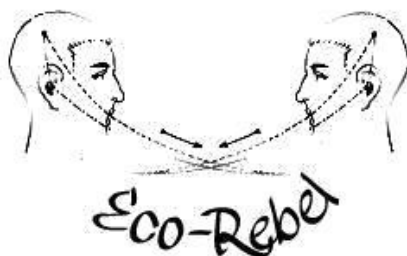
[*The European Legacy*, vol. 2, 1997, 450-455.]

Traduzido do inglês por João Nunes Avelar Filho (UEG-Formosa).

Aceito em 24/04/2019.

ECOLINGUÍSTICA: REVISTA BRASILEIRA DE  
ECOLOGIA E LINGUAGEM (ECO-REBEL), V. 5, N. 2, 2019.





## **DIREITOS HUMANOS LINGUÍSTICOS NA EDUCAÇÃO PARA A MANUTENÇÃO DA LÍNGUA**

Tove Skutnabb-Kangas (Åbo Akademi University Vasa, Finlândia)

**Resumo:** O objetivo básico deste artigo é discutir os direitos linguísticos das minorias linguísticas. Isso implica não só a defesa e manutenção de suas línguas e culturas, mas também o seu uso na educação, mesmo que aditivamente bilíngue. Se não, caímos no linguicismo (o preconceito contra as línguas das minorias) e no etnicismo (a ideia de que há “raças” superiores a outras). Do ponto de vista estritamente linguístico, essas ideologias podem levar a um genocídio linguístico, devido à divisão de poder baseada na língua e cultura monolíngue adotada pelos estados-nação. Para se contrapor a isso, é preciso observarem-se os direitos linguísticos. O artigo inclui algumas sugestões de como se implementar uma política favorável aos direitos dessas minorias.

**Palavras-chave:** Direitos Linguísticos. Educação. Minorias Étnico-Linguísticas. Manutenção de Língua.

### **Abstract:**

The main objective of this article is to discuss linguistic rights of minorities. This implies a defense and preservation of the languages and cultures of these minorities as well as the use of their languages in education, even if additively bilingual. If not, we have linguicism (prejudice against minorities' languages) and ethnicism (the idea that some “races” are superior). From a strictly linguistic point of view, these ideologies may end up in a linguistic genocide due to an unequal division of power based on a monolingual culture adopted by state-nations. It is important to respect linguistic rights in order to cope with this situation. The article includes some suggestions on how to implement a policy that is favorable to the rights of minorities.

**Key words:** Linguistic Rights. Education. Ethno-Linguistic Minorities. Language Maintenance and Preservation.

## ECO-REBEL

*Eles parecem ... o cacarejar das galinhas ou o glu glu dos perus*

*Quando eles falam peidam com suas línguas em suas bocas*

*Eles parecem assemelhar-se sempre com a natureza, com o caráter poético das terras em que foram usados. As cadências da selva, da água e da terra, rocha e capim saem onomatopaicamente de sua língua. As palavras dos khoikhoi ... estouram, farfalham suavemente e estalam. A areia, o calor seco e as distâncias vazias das terras semi-áridas em que os khokhoi se originaram estão impregnadas nelas. Mas também a suavidade, o verdor. Eles andam juntos como a própria passagem de seus velhos tempos.*

(Citado em Koch & Maslamoney 1997: 28).

Essas descrições dos "cliques" das línguas khoikhoi (khoisan) da África do Sul e da Namíbia, todas por estrangeiros -- as duas primeiras por alguns dos primeiros colonizadores das terras dos khiekhoi, a terceira pelo historiador Noel Mostert -- refletem uma possível mudança de atitudes que poderia, na melhor das hipóteses, ter algumas consequências positivas para a manutenção das línguas khoikhoi, já tidas como mortas na África do Sul. Os khoikhoi têm sido chamados hotentotes pelos forâneos, e "até hoje o *Shorter Oxford English Dictionary* nota que a palavra hotentote é usada para descrever 'uma pessoa de cultura e intelecto inferiores'" (KOCH; MALSLAMONEY, 1997: 28). É mais fácil roubar as terras e as línguas de povos se forem representados como "inferiores". É exatamente isso que aconteceu e ainda acontece no mundo, agora apenas com métodos mais sofisticados do que alguns séculos atrás. Um dos resultados é o genocídio físico, linguístico e cultural, bem como o desaparecimento de diversidades. Perda de biodiversidade, erosão de culturas tradicionais e aprendizado subtrativo de línguas dominantes levando a perda de diversidade de línguas humanas, tudo isso está acontecendo a passos cada vez mais rápidos (KRAUSS, 1992; HARMON, 1995; MAFFI, SKUTNABB-KANGAS, ANDRIANARIVO, 1999).

Como inúmeras resoluções e ações nas últimas décadas demonstram, os povos indígenas veem suas línguas e tradições culturais -- e a luta para proteger ou restaurar seus direitos linguísticos -- como elementos essenciais de seu esforço em prol da própria sobrevivência e autodeterminação. Língua e terra são consideradas pela maioria deles como igualmente constitutivas de sua identidade. Do mesmo modo, o Alto Comissariado sobre Minorias Nacionais da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), Max van der Stoel, diz que as minorias que encontrou em suas pesquisas (que é uma diplomática "prevenção de conflito em situações de tensão étnica -- ROTHENBERBER 1997: 3) têm duas demandas principais: autodeterminação e direito à educação por meio de sua própria língua. Direitos à terra são parte da autodeterminação, mas são apenas parte da solução de modo que uma abordagem ou-ou não é suficiente. Terra e língua

## ECO-REBEL

precisam andar juntas. Ambas precisam de manutenção, desenvolvimento e -- em muitos casos -- revitalização.

Hendrik Stuurman, um nama khoikhoi, voltou da Namíbia à África do Sul em meados de 1990, para onde algumas pessoas de seu povo foram após a remoção forçada de suas terras ancestrais durante o regime do apartheid (citado em KOCH & MASLAMONEY 1997):

Agora temos nossa terra de volta. Estamos indo bem com nossas casas, escolas e clínicas. Pensávamos que com nossa terra seríamos capazes de curar nossa cultura que é a alma de nosso povo. Mas, notamos, ao contrário, que nossa língua está morrendo. Enquanto estávamos no exílio éramos capazes de pelo menos ler e falar nossa língua (nama é reconhecida na Namíbia). Agora constatamos que ao retomar nossa terra podemos ter destruído nossa cultura.

O próprio Stuurman já pertence à geração em que a transmissão intergeracional era incompleta; sua língua principal é afrikaans. Eis como ele se sente a esse respeito:

um sentimento no fundo do meu ser de que alguma coisa está errada .... de que bebi o leite de uma mulher estranha, de que cresci junto a uma outra pessoa. Eu sinto isso porque eu não falo a língua de minha mãe.

A centralidade da língua para Stuurman e outros reflete o papel-chave que a língua exerce em todos os aspectos da vida humana em qualquer lugar. A língua é central em nossa conceptualização do mundo e para interpretar, entender e transformá-lo. A língua nos apoia no ordenamento de nosso mundo e libera energia para outras tarefas. Palavras para conceitos são como varais sobre os quais penduramos os significados que depositamos no armazém de nossa mente. Elas são o arcabouço que junta os detalhes em uma totalidade, um todo significativo. A verbalização nos ajuda a lembrar e reproduzir significado e, assim, dar sentido à realidade. Através do processo de socialização verbal aprendemos muito da ética de nossa cultura. Juntamente com as palavras para as coisas e fenômenos aprendemos as conotações, as associações, as emoções e os julgamentos de valor de nossa cultura. A definição e a construção de nosso mundo ecossocial, incluindo-se identidade de grupo e visão de mundo, estão refletidas na língua e a refletem. Tudo isso por meio da língua.

As circunstâncias sociais e ecológicas particulares segundo as quais os grupos humanos se desenvolvem ao longo do tempo -- as relações específicas que cada grupo estabelece entre seus membros e outras pessoas ao redor, bem como com o lugar em que vivem -- levam a modos diferentes e historicamente evolutivos de transformar, entender e interpretar o mundo por meio da língua. A diversidade de línguas (e de culturas) do mundo surgiu por meio desses processos complexos e dinâmicos.

Os direitos humanos linguísticos dos povos indígenas e das minorias linguísticas, sobretudo os direitos de educação linguística, exercem um papel decisivo na manutenção e revitalização das línguas no apoio à diversidade linguística e cultural e, através delas, também da diversidade biológica sobre a terra (ver SKUTNABB-KANGAS 1998a, b; 2000 e SKUTNABB-KANGAS in MAFFI, SKUTNABB-KANGAS, ANDRIANARIVO 1999 para um tratamento mais

pormenorizado desse tópico). Antes de introduzir os principais instrumentos dos direitos linguísticos internacionais, discuto algumas atitudes ideológicas e medidas políticas mais seriamente ameaçam o respeito e a proteção da diversidade linguística.

### **Linguicismo e etnicismo: a divisão de poder baseada na língua e na cultura**

O destino das línguas é de grande e crescente importância. A luta pelo poder e pelos recursos do mundo se dá cada vez mais por meios ideológicos, e as ideias são veiculadas sobretudo pela língua. Isso explica também pelo menos em parte a expansão de línguas numericamente grandes (inglês, espanhol, russo, mandarim chinês etc.) em detrimento das menores. As ideias dos detentores de poder não se divulgam, nacional e internacionalmente, a não ser que os que têm menos poder compreendem a língua dos detentores do poder (p. ex., “inglês internacional” no mundo inteiro, ou italiano padrão na Itália). Os meios de comunicação de massa e a educação formal são usadas nesse processo de aprendizagem da língua, que se dá de modo sobretudo de modo subtrativo (a língua “maior” é aprendida em detrimento da própria língua da pessoa, não em adição a ela). Meios de comunicação de massa, educação formal e as religiões também são parte da indústria de conscientização mediante a qual se propaga o conteúdo de ideias hegemônicas dos detentores do poder.

Língua e cultura estão em processo de substituir “raça” como base para a discriminação. O acesso a recursos e estruturas de poder materiais está sendo crescentemente determinado não com base na cor da pele, ou “raça” (como o se diz no racismo com base na biologia), mas com base na etnicidade e nas línguas (língua materna e competência, ou falta delas, em línguas oficiais e/ou “internacionais”). O racismo de base linguística, *linguicismo*, e racismo de base cultural, *eticismo* e *culturismo*, pode ser considerado como “ideologias, estruturas e práticas que são usadas para legitimar, efetuar e reproduzir uma divisão desigual de poder e recursos (materiais e imateriais) entre grupos que são definidos com base na língua (linguicismo) e na cultura ou etnicidade (eticismo/culturismo)” (SKUTNABB-KANGAS, 1988, p. 13).

### **Genocídio linguístico reflete o reducionismo monolíngue de “estados-nação”**

Dada a crescente importância da língua no nível mundial, é de se esperar que haja resistência dos estados contra línguas menores. Cobarrubias (1983) apresenta a seguinte taxonomia de possíveis políticas de estado em relação a línguas indígenas ou minoritárias: (1) tentativa de matar uma língua; (2) deixar que uma língua morra; (3) coexistência sem apoio; (4) apoio parcial de funções específicas da língua; (5) adoção como uma língua oficial. A divisão de poder e de recursos no mundo segue parcialmente uma orientação linguística que dão mais vantagens a falantes de “grandes” línguas, porque podem usar suas línguas para a maioria dos objetivos oficiais (situação 5 ou, pelo menos, a 4 acima). Falantes de línguas menores frequentemente são forçados a aprender as línguas subtrativamente (em detrimento das próprias línguas) em vez de aditivamente (como adição a suas línguas), uma vez que as últimas não são usadas em situações oficiais, inclusive na educação. Vale dizer, o estado adota uma ou outra das políticas de 1 a 3 acima.

Para entender reducionismo linguístico *versus* diversidade linguística, é útil comparar o conceito de *linguicídio* (genocídio linguístico) com o de *morte de língua*. O conceito de “morte de língua” não implica necessariamente um agente causador, mas é visto como resultado natural, inevitável de mudança social e “modernização”, o que leva ao surgimento de um mundo unificado com uma

## ECO-REBEL

língua mundial, possivelmente coexistindo com línguas nacionais com um papel restrito. No contexto deste paradigma, a morte de língua é interpretada como o resultado de mudança voluntária de língua por cada falante.

Linguicídio, ao contrário, implica *agente envolvido na causa da morte de língua*. Os agentes podem ser *ativos* ("tentando matar uma língua") ou *passivos* ("deixando uma língua morrer" ou "coexistência sem apoio"). As *causas* do linguicídio e do linguicismo devem ser analisadas tanto do ângulo estrutural quanto do ideológico, compreendendo a luta pelo poder estrutural e os recursos materiais, por um lado, e, por outro, a legitimização, instanciação e reprodução da divisão desigual de poder e recursos entre grupos de base linguística. Os *agentes* do linguicídio/linguicismo podem ser também estruturais (um estado, uma instituição, leis e legislações, orçamentos etc.) ou ideológicos (normas e valores atribuídos a diferentes línguas e seus falantes). Assim, não há nada de "natural" na morte de língua. Ela tem causas que podem ser identificadas e analisadas.

Na preparação da Conferência Internacional das Nações Unidas em 1948 para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio (E793, 1948), o genocídio linguístico e cultural foram discutidos, juntamente com o genocídio físico, como graves crimes contra a humanidade (CAPOTORTI 1979). Na Assembleia Geral da ONU, no entanto, o artigo 3 sobre genocídio linguístico e o cultural não foram aprovados, portanto, não formam parte da convenção final. O que ficou é uma definição de genocídio linguístico aceitável pela maioria dos estados então pertencentes à ONU:

Proibir o uso da língua do grupo na interação diária ou na escola ou a impressão e circulação de publicações na língua do grupo (Artigo 3.1.).

Linguicídio desse tipo é praticado em todo o mundo. O uso de uma língua indígena ou minoritária pode ser proibido aberta e diretamente mediante leis, detenção, tortura, assassinatos e ameaças (como, por exemplo, a Turquia faz com os curdos; ver SKUTNABB-KANGAS & BUCAK 1994). A proibição pode ser também camuflada, mais indiretamente, com meios ideológicos e estruturais, como no sistema educacional. Sempre que houver crianças indígenas ou de minorias em centro de cuidados diários e em escolas sem professores bilíngues autorizados a usar as línguas das crianças como o principal meio instrução e cuidado com as crianças, na prática teremos uma proibição do uso das línguas minoritárias "na interação diária ou na escola". Essa é a situação de grande parte das crianças de minorias de imigrantes ou refugiados.

Linguicismo é um grande fator na determinação de se falantes de línguas específicas gozam do direito de usufruir de seus direitos humanos linguísticos. A ausência desses direitos, por exemplo, a ausência dessas línguas nas grades curriculares das escolas, torna as línguas indígenas e minoritárias invisíveis. Além disso, línguas maternas minoritárias são apresentadas e vistas como não-recursos, como desvantagens que alegadamente impedem as crianças a adquirir a língua majoritária -- apresentada como o único recurso linguístico válido -- de modo que as crianças das minorias devem se livrar delas para seu próprio bem. Ao mesmo tempo, muitas minorias, especialmente as crianças, são impedidas de adquirir plenamente os recursos majoritários, especialmente as línguas majoritárias. Isso se dá mediante o desuso de estruturas educacionais nas quais a instrução é organizada na língua majoritária de modo que contradiz grandemente a

## ECO-REBEL

evidência científica sobre como a educação bilíngue deveria ser estruturada (ver CUMMINS, 1996, 1998 e SKUTNABB-KANGAS, 1984, 1990, 2000).

Os processos de diminuição da diversidade linguística e cultural do mundo são sintomáticos de uma ideologia de reducionismo monolíngue, que consiste de diversos mitos. Os quatro primeiros envolvem crenças de que o monolinguismo, individual e social, é *normal*; de que ele é *inevitável* ("é uma pena, mas não se pode obrigar as pessoas a se aterem a línguas pequenas que não são úteis; elas querem mudar de língua"); é *suficiente* conhecer a língua "grande", sobretudo o inglês ("tudo que é importante está em inglês, ou, se é suficientemente importante e está escrito em outra língua, será traduzido para o inglês"); "as mesmas coisas estão sendo ditas em todas as línguas, logo, por que se importar?"; *desejável* ("você aprende mais se pode aplicar todas as suas energias a apenas uma língua, em vez de a muitas"); "países monolíngues são mais ricos e mais desenvolvidos"; "é mais barato e mais eficiente ter apenas uma língua". Na verdade, todos esses mitos podem ser facilmente refutados. Com efeito, eles são falácias (SKUTNABB-KANGAS, 1996a, b).

O quinto mito é o de que garantir direitos humanos linguísticos e culturais leva inevitavelmente à desintegração dos estados atuais. Assim, o reducionismo monolíngue pode ser caracterizado como uma ideologia usada para justificar o genocídio linguístico (principalmente na educação) por estados que se intitulam "estados-nação". Estes tratam a existência de minorias (não assimiladas) como uma ameaça que pode levar à potencial desintegração do estado. O princípio da integridade territorial e soberania política dos estados contemporâneos frequentemente é apresentado como estando em conflito com outro princípio fundamental de direitos humanos, o da autodeterminação. Minorias que gozam de direitos humanos linguísticos são apresentadas como demandando antes de tudo autodeterminação interna, por exemplo, autonomia cultural e outras e, depois, status de independentes, isto é, autodeterminação externa. Negando-lhes direitos linguísticos e promovendo homogeneização mediante genocídio linguístico e cultural na educação e alhures, os estados asseveram que estão procurando eliminar a ameaça de grupos que eventualmente podem querer sua autodeterminação. Negar às minorias esses direitos humanos importantes para a própria reprodução como grupos distintos -- quer dizer, direitos humanos linguísticos e culturais e, principalmente, direitos educacionais linguísticos -- mantendo (ou aparentando manter) vários dos direitos humanos básicos para todos os cidadãos, inclusive os das minorias, é um modo camuflado de que os estados lançam mão para fazer com que línguas desapareçam, ao mesmo tempo que mantêm a própria legitimidade aos olhos dos (ou a maioria dos) cidadãos e da comunidade internacional. Linguicídio camuflado desse tipo parece ser bastante eficaz. Frequentemente é muito mais difícil lutar contra violência camuflada, contra a colonização da mente em que "benefícios" de curto prazo podem esconder perdas de longo prazo, do que lutar contra violência física e opressão.

Malgrado esses mitos, há fortes razões para os estados apoiarem, em vez de tentar eliminar, a diversidade linguística e cultural e assegurar os direitos humanos linguísticos. Na verdade, alguns estados poderiam esfacelar-se no processo, mas isso deveria ser aceitável se o direito humano à autodeterminação é preservado (CLARK, WILLIAMSON, 1996). Em grande medida, assegurar os direitos humanos linguísticos e culturais às minorias reduz o potencial para conflitos "étnicos", em vez de criá-los, previne a desintegração de estados e pode evitar uma anarquia na qual até os direitos das elites serão severamente prejudicados mediante condições que lembram em muito

guerra civil, principalmente nas cidades. A identidade linguística e a cultural pertencem ao imo das culturas da maior parte dos grupos étnicos (SMOLICZ, 1979).

Quando ameaçadas, essas identidades têm um grande potencial para mobilizar os grupos: "tentativas de suprimir artificialmente línguas minoritárias mediante políticas de assimilação, desvalorização, redução a um estado de iletramento, expulsão ou genocídio são não só degradantes para a dignidade humana e moralmente inaceitáveis, mas também um *convite* ao separatismo e um *incitamento* à fragmentação em miniestados" (SMOLICZ 1986, p. 96) (itálicos acrescentados). Assim, fomentar a diversidade assegurando direitos humanos linguísticos pode, na verdade, promover o próprio interesse do estado.

Como Asbjørn Eide (1959, p. 29-30), da Comissão para os Direitos Humanos da ONU, mostra, direitos culturais têm recebido pouca atenção tanto da teoria dos direitos humanos quanto na prática, a despeito de atualmente "conflito étnico" e "tensão étnica" virem sendo vistos como as causas mais importantes de sublevação, conflito e violência no mundo. Ausência ou sonegação de direitos linguísticos e culturais são hoje meios eficientes de promover, não de refrear, esse conflito e violência "étnicas". Linguicídio é um meio ineficaz como estratégia para prevenir a desintegração dos estados hodiernos. "Preservação da herança linguística e cultural da espécie humana" (um dos objetivos declarados da UNESCO) pressupõe evitar o linguicídio. Diversidade linguística em níveis locais é não apenas um contrapeso à hegemonia de umas poucas línguas "internacionais", mas também representa o reconhecimento do fato de que todos os indivíduos e grupos têm direitos humanos linguísticos básicos e é uma necessidade para a sobrevivência do planeta. A perpetuação da diversidade linguística é um componente necessário de qualquer discurso sobre e estratégia para a manutenção da diversidade biológica e cultural no planeta.

### **Instrumentos dos direitos humanos e direitos linguísticos na educação**

Em muitos instrumentos de direitos humanos internacionais, regionais e multilaterais a língua é mencionada no preâmbulo e cláusulas gerais (por exemplo, Carta das Nações Unidas, Artigo 13; Declaração Universal dos Direitos Humanos [ICCPR; 1996, válido desde 1972], Artigo 2.1) como algumas das características em nome das quais a discriminação é proibida, juntamente com "raça, cor, sexo, religião, opinião política ou outra, origem nacional ou social, propriedade, nascimento ou qualquer *status*" (ICCPR Artigo 2.1). Isso sugere que a língua tem sido uma das características mais importantes dos humanos em termos de direitos humanos, nos documentos que têm predominado nos esforços da ONU a partir de 1945. No entanto, os direitos linguísticos mais importantes, especialmente na educação, ainda estão ausentes dos instrumentos de direitos humanos. A língua tem um tratamento muito menor na lei sobre direitos humanos do que outros importantes atributos, como gênero, "raça" ou religião.

Para a manutenção e desenvolvimento da diversidade linguística e cultural de nosso planeta, direitos educacionais linguísticos são não apenas vitais, mas também os direitos humanos linguísticos mais importantes. A transmissão intergeracional das línguas é o mais importante fator para sua manutenção. Se as crianças não têm oportunidade de aprender a língua de seus pais plena e adequadamente de molde a tornarem-se tão proficientes quanto eles, a língua não poderá sobreviver. Quanto mais crianças tenham acesso à educação formal, tanto mais a aprendizagem linguística que se dava na comunidade deve acontecer nas escolas. No entanto, além dos preâmbulos informais, nas cláusulas educacionais dos instrumentos de direitos linguísticos

## ECO-REBEL

observam-se dois fenômenos. Um deles é que a língua desaparece completamente como, por exemplo, na Declaração Universal dos Direitos Humanos, cujo parágrafo sobre educação (26) sequer se refere à língua. Do mesmo modo, no Artigo 2.1, tendo mencionado a língua em pé de igualdade com raça, cor, sexo, religião e assemelhados, o ICCPR refere-se a "raça, grupos étnicos ou religiosos", mas não faz nenhuma referência a língua ou a grupos linguísticos no Artigo 13, sobre educação. Segundo, *se* direitos relacionados à língua são mencionados, os artigos que tratam desses direitos são tão fracos que *de facto* não têm nenhum significado. Por exemplo, na Declaração da ONU sobre Direitos de Pessoas Pertencentes a Minorias Nacionais ou Étnicas, Religiosas e Minorias Linguísticas (adotada em 1992), a maior parte dos artigos usa a formulação compulsória "deve" e introduz poucas cláusulas opcionais (*opt-out*) ou alternativas -- exceto no que tange aos direitos linguísticos em educação:

- 1.1. Os estados *devem proteger* a existência e a identidade nacional ou étnica, cultural e linguística das minorias, no interior de seus respectivos territórios, e *devem prover* as condições para a *promoção* dessa identidade.
- 1.2. Os estados *devem* adotar as medidas legislativas *apropriadas* e *outras* para se *atingir esses objetivos*.
- 4.3. Os estados *devem* adotar medidas *apropriadas* de modo que, *sempre que possível*, as pessoas pertencentes a minorias tenham oportunidades *adequadas* para aprender suas línguas maternas ou ter instrução nelas (ênfases acrescentadas).

De maneira similar, na Carta Europeia para Línguas Regionais ou Minoritárias (1992), as formulações dos artigos sobre educação incluem muitas modificações, tais como "até onde for possível", "relevante", "apropriado", "quando necessário", "alunos em número suficiente que assim o desejarem", "se o número de usuários da língua regional ou minoritária o justificar", ao lado de uma série de alternativas, a exemplo de "permitir, encorajar *ou* prover ensino *na* ou da língua regional ou minoritária em todos os estágios apropriados da educação" (ênfases acrescentadas). Apresentar formulações compulsórias que sejam sensíveis às condições locais indubitavelmente implica reais problemas. Mas, cláusulas opcionais (*opt-out*) e alternativas permitem aos estados relutantes aparentar um atendimento mínimo mediante o argumento de que a provisão não foi "possível" ou "apropriada", ou que o número não eram "suficientes" ou não "justificavam" uma provisão, ou que ele (o estado) "permitiu" à minoria organizar à sua própria custa o ensino de sua língua como objeto de estudo.

O novo Conselho da Convenção de Âmbito Europeu para a Proteção de Minorias Nacionais foi adotado pelo Comitê de Ministros do Conselho Europeu em 1994. De novo, o artigo que trata do meio de instrução está muito mais fortemente qualificado do qualquer outro:

Em áreas habitadas por pessoas pertencentes a minorias, tradicionalmente ou em número substancial, *se houver demanda suficiente*, as partes *devem fazer tudo* para garantir, *na medida do possível*, e *no contexto de seu sistema de educação*, que as pessoas pertencentes a essas minorias tenham oportunidades *adequadas* de serem instruídas na língua minoritária *ou* de receber instrução nessa língua (Artigo 14.2; ênfases acrescentadas).

Como se vê, a situação não tem melhorado a despeito dos novos instrumentos em que os direitos linguísticos são mencionados e até mesmo discutidos em detalhe. Mesmo quando linguistas



tenham participado no delineamento de instrumentos novos e planejados, como no caso da Declaração Preliminar de Direitos Linguísticos, os resultados estão longe do desejado.

### **Declaração Preliminar de Direitos Linguísticos**

A Declaração Preliminar de Direitos Linguísticos, apresentada pela UNESCO em junho de 1996, é a primeira tentativa de formular um documento geral sobre direitos exclusivamente linguísticos. Ela garante direitos a três entidades diferentes: *indivíduos* (isto é, "todo mundo"), *grupos linguísticos* e *comunidades linguísticas*. Em nenhum lugar se especifica quem deve cumprir o dever.

*As comunidades linguísticas* têm mais direitos na declaração do que as outras duas categorias, aí inclusa a educação (Artigo 23), mas os direitos que lhes são garantidos estão formulados de tal modo que toda a declaração corre o risco de ser vista como desejos piegas e irrealísticos, que não podem ser levados a sério.

Para *grupos linguísticos*, direitos coletivos à própria língua não são vistos como inalienáveis. Para aqueles *indivíduos* que falam uma língua diferente da língua do território, educação na própria língua não é um direito real. Além disso, a declaração garante aos membros das comunidades linguísticas amplos direitos a qualquer língua *estrangeira* do mundo, sendo que os direitos garantidos a "todo mundo" incluem apenas o (negativo "não exclui") direito ao "conhecimento oral e escrito" da *própria* língua.

Todas as comunidades linguísticas merecem uma instrução que possibilitará a seus membros adquirir um domínio completo de sua própria língua, inclusive as diferentes habilidades relacionadas a todas as esferas usuais de uso, bem como o *maior domínio possível de qualquer outra língua* que possam desejar conhecer (Artigo 26 sobre de comunidades linguísticas; ênfases acrescentadas).

1. Todo mundo merece receber instrução *na língua específica do território em que mora*.
2. Esse direito não exclui o direito de adquirir *conhecimento oral e escrito de qualquer língua* que possa lhe ser útil como instrumento de comunicação com outras *comunidades linguísticas* (Artigo 29 sobre direitos de "todo mundo"; ênfases acrescentadas).

A declaração forçaria todos aqueles que não sejam definidos como membros de uma comunidade linguística a se assimilarem. Isso faz com que a declaração seja vulnerável sob vários aspectos, principalmente em relação a estados que alegam que não têm comunidades linguísticas minoritárias. Além do mais, mesmo os direitos linguísticos para as comunidades linguísticas são formulados de modo que se tornam irrealísticos para todos, exceto, talvez, umas poucas centenas das comunidades linguísticas do mundo, a maior parte delas maiorias linguísticas dominantes. Para a maioria dos países africanos, asiáticos e latino-americanos, os direitos previstos na declaração no momento são impossíveis de ser realizados prática, econômica e até mesmo politicamente, como foi claramente expresso no primeiro encontro da UNESCO em que a declaração foi discutida. Portanto, é bastante improvável que a declaração será aceita em sua forma atual.

A Declaração Preliminar da ONU sobre Direitos de Povos Indígenas inclui incisivamente os direitos linguísticos, principalmente na educação. Se esses direitos fossem garantidos na sua forma atual, cerca de 60 a 80 por cento das línguas orais do mundo receberiam apoio legal decente. Mas, de acordo com a presidente do Grupo de Trabalho da Declaração Preliminar, Erica-Irene Daes

## ECO-REBEL

(1995), há poucas chances de a declaração ser aceita na presente forma e, mesmo que o fosse, a implementação por estados membros da ONU é, é claro, assunto totalmente diferente.

A Declaração Preliminar sobre Direitos Linguísticos, apesar de estar longe de ser o ideal como está formulada, representa a primeira tentativa de formular direitos linguísticos em nível mundial a atingir um estágio que permite iniciar-se uma séria discussão em nível internacional. Do ponto de vista da manutenção da diversidade linguística do planeta, o destino imediato da Declaração Preliminar sobre os Direitos de Povos Indígenas é provavelmente mais importante, apesar de tudo, porque ela tem pelo menos alguma chance de ser aceita, assinada e ratificada, mesmo que em uma forma que reduz os direitos garantidos no presente formato preliminar.

### **Pontos de partida para desenvolvimentos positivos**

Alguns instrumentos recentes podem ser pontos de partida para desenvolvimentos mais positivos. Um deles é a reinterpretação do Convênio Internacional da ONU sobre Direitos Cíveis e Políticos, Artigo 27:

Nos estados em que existam minorias étnicas, religiosas ou linguísticas, não se pode negar às pessoas pertencentes a essas minorias o direito de, juntamente com os demais membros do grupo, usufruir de sua própria cultura, de professar e praticar sua própria religião e de usar sua própria língua.

De acordo com a interpretação usual do Artigo 27, direitos são garantidos apenas a indivíduos, não a coletividades. Ademais, "pessoas pertencentes ... minorias" só tinham direitos nos estados que aceitavam sua existência. Isso não tem sido de grande valia para as minorias imigrantes porque elas não têm sido vistas como minorias no sentido legal nos estados em que vivem. Mais recentemente (6 de abril de 1994), a Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas adotou um Comentário Geral sobre o Artigo 27 que o interpreta de modo substancialmente mais amplo e mais positivo do que o era antes.

De acordo com a interpretação usual, o artigo era interpretado como

- excluindo imigrantes e migrantes que não têm sido vistos como minorias;
- excluindo grupos, mesmo que sejam cidadãos, que não sejam reconhecidos pelo estado (assim como o faz a Carta Europeia) como minorias ou como "indígenas", formulação que foi acrescida ao Artigo 30 em Convenção das Nações Unidas de 1989 sobre Direitos das Crianças, que, aliás, é idêntico ao Artigo 27 do ICCPR;
- dando apenas alguma proteção contra discriminação, isto é, "direitos negativos", mas não um direito positivo de manter ou até mesmo usar a própria língua; e
- não impondo nenhuma obrigação aos estados.

A Comissão das Nações Unidas para Direitos Humanos vê o artigo como

- protegendo os indivíduos no território do estado ou sob sua jurisdição, isto é, tanto imigrantes como refugiados, independentemente de se pertencem às minorias especificadas no artigo ou não;
- estabelecendo que a existência de uma minoria não depende de uma decisão do estado mas deve ser estabelecida por critérios objetivos;
- reconhecendo a existência de um "direito" em vez de uma prescrição de não discriminação; e
- impondo obrigações positivas aos estados.

## ECO-REBEL

Resta ver até que ponto esse Comentário Geral influenciará os partidos do estado em relação aos direitos humanos linguísticos dos falantes de línguas menores. Isso depende de até que ponto a interpretação do comitê ("soft-law") se tornará a norma geral seguida pelos países em que povos indígenas e minorias migrantes e refugiados vivem.

O segundo desenvolvimento positivo nas novas diretrizes educacionais emitidas pela Fundação sobre Relações Inter-Étnicas para o Alto Comissariado da OSCE sobre Minorias Nacionais, Max van der Stoel (Recomendações e Nota Explanatória de Haia a Respeito dos Direitos à Educação de Minorias Nacionais, outubro de 1996). Essas diretrizes foram elaboradas por um pequeno grupo de especialistas em direitos humanos e educação, do qual eu era membro. Eles "tentam esclarecer em uma linguagem relativamente simples o conteúdo de direitos à educação de minorias"; padrões internacionais de direitos humanos "têm sido interpretados de modo a assegurar coerência em sua aplicação" (p. 3). Na seção "O Espírito de Instrumentos Internacionais", o bilinguismo é posto como um direito e responsabilidade para as pessoas pertencentes a minorias nacionais" (Artigo 1), e os estados são instados a não interpretar suas obrigações de modo restritivo (Artigo 3):

1) O direito de pessoas pertencentes a minorias nacionais de manter sua identidade só pode ser implementado plenamente se adquirem um conhecimento apropriado de sua língua materna durante o processo educacional. Ao mesmo tempo, pessoas pertencentes a minorias nacionais têm a responsabilidade de se integrarem na sociedade nacional maior mediante a aquisição de um conhecimento apropriado da língua do estado .....

3) Deve ser lembrado que as obrigações e dedicação internacionais relevantes constituem padrões internacionais mínimos. Seria contra ao seu espírito e intenção interpretá-las de modo restritivo.

Na seção "Educação de Minoria nos Níveis Primário e Secundário", a educação por meio da língua materna é recomendada em todos os níveis, incluindo-se o ensino da língua dominante como segunda língua por professores bilíngues (Artigos 11-13). O treinamento dos professores é um dever do estado (Artigo 14):

11) Os primeiros anos de escolarização são cruciais no desenvolvimento da criança. A pesquisa em educação mostra que o meio ideal para ensinar às crianças no nível da pré-escola e do jardim de infância é a própria língua da criança. Sempre que possível, os estados devem prover as condições que permitam aos pais adotarem essa opção.

12) A pesquisa tem ainda revelado que o currículo da escola primária deve ser ofertado na língua da minoria. Ela deve ser ensinada como objeto de estudo de maneira regular. A própria língua do estado deve ser ensinada como objeto de estudo de modo regular, mas por professores bilíngues que tenham um bom conhecimento do contexto cultural e linguístico das crianças. Lá para o final desse período, alguns assuntos práticos ou não teóricos devem ser ensinados na língua do estado. Sempre que possível, os estados devem prover as condições que permitam aos pais adotarem essa opção.

13) Na escola secundária, uma parte considerável do currículo deve ser oferecida por intermédio da língua da minoria, que deve ser ensinada como matéria de estudo de modo regular. A própria língua do estado deve ser ensinada como objeto de estudo de modo regular, mas por professores bilíngues que tenham um bom conhecimento do contexto cultural e linguístico das crianças. Durante esse período, o número de matérias ensinadas na língua do estado deve ser aumentado gradualmente. A pesquisa tem mostrado que quanto mais gradual o aumento, melhor para a criança.

14) A manutenção de educação na língua da minoria nos níveis primário e secundário depende em grande medida da disponibilidade de professores conhecedores da língua materna dessa minoria. Portanto, levando em consideração a obrigação de oferecer oportunidades adequadas para a educação

## ECO-REBEL

na língua minoritária, os estados devem oferecer meios para o treinamento adequado de professores e devem facilitar o acesso a esse treinamento.

Finalmente, a Nota Explicativa estabelece que

procedimentos como submersão (imersão), mediante a qual o currículo é ensinado exclusivamente por meio da língua do estado e as crianças das minorias são totalmente integradas nas classes com crianças da maioria não estão de acordo com os padrões internacionais (p. 5).

Isso significa que o acesso aos direitos humanos linguísticos educacionais devem ser garantidos às crianças às quais essas recomendações se aplicam. A questão agora é até que ponto os países da OSCE 55 aplicarão as recomendações e como interpretarão sua abrangência. As recomendações devem ser aplicadas em princípio a todas as minorias, até mesmo o "todo mundo" com muito poucos direitos na Declaração Preliminar de Direitos Linguísticos. Além disso, uma vez que os povos indígenas devem ter pelo menos todos os direitos que as minorias têm, essas recomendações devem também lhes garantir um instrumento, enquanto a Declaração Preliminar das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas ainda está em discussão.

Finalmente, eu gostaria de sugerir o que uma convenção geral sobre direitos humanos linguísticos deve garantir no nível individual, principalmente em relação aos importantes direitos linguísticos educacionais (ver SKUTNABB-KANGAS, 1998a) e que a diversidade linguística seja mantida. Em estados civilizados, não deveria haver nenhuma necessidade de debater o direito de povos indígenas e minorias existirem e se reproduzirem como grupos distintos, com suas próprias línguas e culturas. Isso inclui o direito à propriedade e supervisão de suas próprias terras se recursos materiais (naturais ou não) como pré-requisitos para a manutenção dos recursos não materiais. Trata-se de um direito humano coletivo autoevidente e fundamental. Não deve haver nenhuma discussão sobre o direito de se identificar com e manter em sua plenitude a própria língua materna (a língua que uma pessoa aprendeu primeiro e/ou com a qual se identifica). É um direito humano linguístico autoevidente e fundamental do indivíduo.

Direitos linguísticos individuais necessários têm a ver com a língua materna e com uma língua oficial em situação de bilinguismo estável e com acesso à educação primária formal. No *nível individual*, uma convenção universal sobre direitos humanos linguísticos deve garantir, antes de tudo em relação à língua materna, que todo mundo pode

- identificar-se com sua língua materna e que essa identificação seja aceita e respeitada pelos outros;
- aprender a língua materna plenamente, oral (quando fisiologicamente possível) e escrita (o que pressupõe que as minorias sejam instruídas em suas línguas maternas, no sistema educacional financiado pelo estado); e
- usar a língua materna na maioria das situações oficiais, inclusive creches, escolas, tribunais de justiça, situações de emergência de qualquer tipo, assistência à saúde, hospitais bem como muitas outras instituições governamentais.

Segundo, em relação a outras línguas:

- que toda pessoa cuja língua materna não seja uma língua oficial no país em que reside possa tornar-se bilíngue (ou trlíngue, se a pessoa tem duas línguas maternas) nas línguas maternas e (uma das) línguas oficiais de acordo com a própria escolha;

## ECO-REBEL

- que professores bilíngues devidamente treinados sejam disponibilizados; e
- que os pais tenham conhecimento suficiente dos resultados do ensino de imersão na língua dominante ao fazerem suas escolhas educacionais. Por exemplo, pais pertencentes a minorias devem saber que bom ensino na língua materna leva a uma maior proficiência, tanto na própria língua materna quanto na língua dominante, do que ensino inclusivo na língua dominante.

Terceiro, considerando as relações entre as línguas:

- que qualquer mudança de língua materna não seja imposta, mas voluntária, vale dizer, que implique conhecimento de alternativas e consequências de escolhas de longo prazo.

Quarto, vantagens da educação:

- que todo mundo possa se beneficiar da educação, independentemente de qual seja sua língua materna ("benefício" definido em termos de resultados educacionais iguais, não apenas de oportunidades iguais).

Uma convenção universal sobre direitos humanos linguísticos deve fazer com que os estados tenham deveres, de modo firme e pormenorizado, isto é, eles devem prover direitos compulsórios. Se esses direitos não são garantidos e implementados, parece possível que os prognósticos de que 90% das línguas orais do mundo não desaparecerão por volta de 2100 (KRAUSS, 1992) se mostrem, na verdade, bastante otimistas. Línguas que não são usadas como meio de instrução deixarão de ser transmitidas às crianças o mais tardar quando chegarmos à quarta geração de grupos de que todo mundo vá à escola -- e muitas línguas podem ser assassinadas muito mais cedo. Ainda há muita coisa a ser feita para que educação na língua materna seja reconhecida como um direito humano. No entanto, é justamente isso que se deve fazer com urgência a fim de garantir que povos indígenas e minoritários possam manter e desenvolver suas línguas e perpetuar a diversidade linguística na face da terra.

### Referências

- CAPOTORTI, F. *Study of the Rights of Persons Belonging to Ethnic, Religious, and Linguistic Minorities*. New York: United Nations, 1979.
- CLARK, D.; WILLIAMSON, R. (orgs). *Self-Determination: International Perspectives*. Londres: Macmillan, 1996.
- COBARRUBIAS, J. 1983. Ethical issues in status planning. In: J. COBARRUBIAS, J.: FISHMAN, J.A. (orgs.). *Progress in Language Planning: International Perspectives*. Berlin: Mouton, 1983, p. 41-85.
- CUMMINS, J. *Negotiating Identities: Education for Empowerment in a Diverse Society*. Ontario, Calif.: California Association for Bilingual Education, 1996.
- CUMMINS, J. (org). 1998. *Bilingual Education: The Encyclopedia of Language and Education*. Dordrecht: Kluwer Academic, 1998.
- DAES, E.-I. 1995. Redressing the balance: The struggle to be heard. Comunicação lida no Global Cultural Diversity Conference. Sydney, 26-28 de abril de 1995.

## ECO-REBEL

- EIDE, A. Economic, social, and cultural rights as human rights. In: EIDE, A.; KRAUSE, C.; ROSAS, A. (orgs.). *Economic, Social, and Cultural Rights: A Textbook*. Dordrecht/Boston/Londres: Martinus Nijhoff Publishers, 1995, p. 21-40.
- HARMON, D. The status of the world's languages as reported in Ethnologue. *Southwest Journal of Linguistics* 14, 1995, p. 1-33.
- KOCH, E., and S. MASLAMONEY. 1997. Words that click and rustle softly like the wind. *Mail and Guardian*, September 12-18, 1997:28-29.
- KRAUSS, M. 1992. The world's languages in crisis. *Language* 68:4-10.
- MAFFI, L., T. SKUMABB-KANGAS, and J. ANDRIANARIVO. Linguistic diversity. In: POSEY, D. A. (org.). *Cultural and Spiritual Values of Biodiversity*. London and Nairobi: Intermediate Technology Publications and UNEP, 1999, p. 21-57.
- ROTHENBERGER, A., comp. Bibliography on the OSCE High Commissioner on National Minorities: *Documents, Speeches and Related Publications*. The Hague: Foundation on Inter-Ethnic Relations, 1997.
- SKUMABB-KANGAS, T. *Bilingualism or Not: The Education of Minorities*. Clevedon: Multilingual Matters, 1984.
- SKUTNABB-KANGAS, T. Multilingualism and the education of minority children. In: ed. T. SKUTNABB-KANGAS and J. CUMMINS (orgs.). *Minority Education: From Shame to Struggle*, Pp. 9-44. Clevedon: Multilingual Matters, 1988.
- SKUTNABB-KANGAS, T. 1990. Language, Literacy, and Minorities. London: Minority Rights GROUP.
- SKUTNABB-KANGAS, T. Educational language choice – Multilingual diversity or monolingual reductionism? In: Hellinger, M.; Ammon, U. (orgs.). *Contrastive Sociolinguistics*, Part III, Language Planning and Language Politics. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1996a, p. 175-204.
- SKUTNABB-KANGAS, T. Promotion of linguistic tolerance and development. In: LÉGER, S. (org.). *Vers un agenda linguistique: Regard futuriste sur les Nations Unies /Towards a Language Agenda: Futurist Outlook on the United Nations*. Ottawa: Canadian Centre for Linguistic Rights, University of Ottawa, 1996b, p. 579-629.
- SKUTNABB-KANGAS, T. Human rights and language wrongs – A future for diversity. In: ed. BENSON, P.; GRUNDY, P.; SKUTNABB-KANGAS, T. (orgs.). *Language Rights*, Special issue, *Language Sciences* 1998a, 20(1):5-27.
- SKUTNABB-KANGAS, T. Human rights and language policy in education. In: WODAK, R.; CORSON, D. (orgs.). *The Encyclopedia of Language and Education*, vol. 1: Language Policy and Political Issues in Education. Dordrecht: Kluwer Academic, 1998b, p. 55-65.
- SKUTNABB-KANGAS, T. Linguistic Genocide in Education – or Worldwide Diversity and Human Rights? Mahwah, NJ.: Lawrence Erlbaum, 2000.
- SKUMABB-KANGAS, T., BUCAK, S. Killing a mother tongue – How the Kurds are deprived of linguistic human rights. In: SKUTNABB-KANGAS, T.; PHILLIPSON, R. in collaboration with M. RANNUT. *Linguistic Human Rights: Inequality or Justice in Language Policy*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1994, p. 347-370.

## **ECO-REBEL**

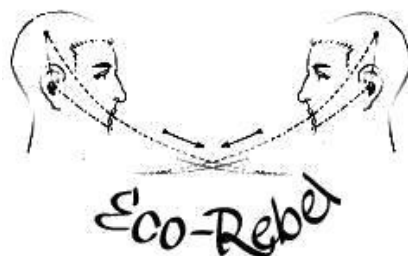
SMOLICZ, J.J. *Culture and Education in a Plural Society*. Canberra: Curriculum Development Centre, 1979.

SMOLICZ, J. J. National language policy in the Philippines. In: SPOLSKY, B. (org.). *Language and Education in Multilingual Settings*. Clevedon and Philadelphia: Multilingual Matters, 1986, p. 96-116.

Traduzido do inglês por Márcio M. G. Silva.

Aceito em 10/10/2019.

ECOLINGUÍSTICA: REVISTA BRASILEIRA DE  
ECOLOGIA E LINGUAGEM (ECO-REBEL), V. 5, N. 2, 2019.



## UMA LEITURA ECOLINGUÍSTICA DE "SE EU QUISER FALAR COM DEUS" DE GILBERTO GIL

Elza Kioko Nakayama Nenoki do Couto (UFG/NELIM/CNPq)

Hildo Honório do Couto (UnB/GEPL)

**Abstract:** The objective of this article is to show what the version of ecolinguistics known as ecosystemic linguistics has all the categories necessary for the analysis of literary texts-discourses, even if the prototypical manifestation of language in its view is the dialogue. With the help of concepts taken from Benveniste and Bakhtin we argue that even apparently “monological” texts-discourses may be looked at from a dialogical perspective. Taking Gilberto Gil’s “Se eu quiser falar com Deus”, including ecosystemic linguistics’ graphic representation we try to show how this can be done. During the production of the text-discourse, there is a dialogue between the author and his alter-ego. After completion of the text, a dialogue with the other becomes possible as, for instance, with a common reader or a critic. In the case of Gil’s text, the author presents it to an audience together with a melody attached to it. In this moment, there is the reaction of the audience, and this means that a dialogue with the other took place, no more a dialogue of the author with himself.

**Key words:** Ecosystemic Linguistics. Analysis of Literary Texts-Discourses. Apparent Monologue. Dialogue.

**Resumo:** O objetivo deste artigo é mostrar que a versão da ecolinguística conhecida como linguística ecossistêmica contém todas as categorias necessárias para se analisarem textos-discursos literários, mesmo diante do fato de que a manifestação prototípica da linguagem para ela seja o diálogo. Com a ajuda de conceitos de Benveniste e Bakhtin, argumentamos que até o texto “monológico” pode ser visto da perspectiva dialógica. Tomando como exemplo o texto “Se eu quiser falar com Deus” de Gilberto Gil, tentamos mostrar, mediante o uso de gráficos típicos da linguística ecossistêmica, como isso pode ser representado. Durante a produção do texto, temos um diálogo do autor com um alter-ego seu. Terminado o texto, poderá haver um diálogo com o outro, quer seja ele um leitor comum ou um crítico. No caso específico do texto sob análise, o autor o apresenta cantando juntamente com a melodia que juntou a ele. Nesse momento, há a reação do público, com o que temos um diálogo com o outro, não mais do autor consigo mesmo, seu alter-ego.

**Palavras-chave:** Linguística Ecossistêmica. Análise de Textos-Discursos Literários. Monólogo Aparente. Diálogo.



### 1. Introdução

O principal objetivo deste artigo é mostrar que a versão da Ecolinguística que praticamos no Brasil, a Linguística Ecosystemática, tem o instrumental necessário para se analisarem textos aparentemente tidos como monológicos, como "Se eu quiser falar com Deus", de Gilberto Gil, reproduzido no Apêndice, a despeito do fato de ela ver o núcleo da língua nas **regras interacionais**, não nas **regras sistêmicas** ("gramática"). Aliás, estas fazem parte daquelas. Para a Linguística Ecosystemática, a língua não é instrumento de comunicação; ela é comunicação, interação comunicativa. Como aplicar uma teoria dialógica a uma manifestação linguística "monológica"? Veremos que textos-discursos "monológicos" como o de Gilberto Gil são, na realidade, resultado de um diálogo do autor com uma espécie de alter-ego. Além disso, depois de pronto, o texto pode atingir um ou mais leitores, que poderão dar algum tipo de retorno ao autor, por exemplo, resenhando-o criticamente, falando com ele pessoalmente, face a face ou por outro meio. Nesse momento, tem-se algo mais próximo do diálogo prototípico, face a face. No caso de "Se eu quiser falar com Deus", por se tratar da letra de uma música, o momento dialógico surge quando Gil canta a canção para um público que, normalmente, dá algum tipo de retorno.

É bem verdade que a Linguística Ecosystemática contém em seu interior pelos menos duas subteorias dedicadas especificamente ao estudo de textos-discursos. A primeira é intitulada Análise do Discurso Ecosystemático/Ecológico (ADE) (COUTO, COUTO, 2015). Ela visa a estudar textos-discursos enfatizando não questões políticas, relações de poder, conflitos etc. Ela reconhece tudo isso, mas prefere aproximar-se dos textos-discursos (como o que fala dos maus-tratos do homem à mulher no ambiente doméstico) da perspectiva da conciliação, da comunhão, das relações harmônicas, ao modo de Mahatma Gandhi. A segunda subdisciplina linguístico-ecosystemática é a Linguística Ambiental, proposta especificamente para analisar textos-discursos que tenham a ver com o ambientalismo (COUTO, 2019). Mas, como "Se eu quiser falar com Deus" não se enquadra em nenhum dos dois casos, vamos utilizar a disciplina abrangente Linguística Ecosystemática. A ADE também poderia se debruçar sobre esse texto-discurso, mas ela é um nicho no interior da primeira que visa a analisar preferencialmente, mas não só, textos-discursos que envolvam questões que tenham a ver diretamente com a vida, incluindo-se a morte, o sofrimento, a autorrealização (busca do próprio bem-estar, da felicidade) etc.

### 2. Ecolinguística e Linguística Ecosystemática

Para a Linguística Ecosystemática, o texto escrito é um construto, não a manifestação linguística prototípica. Ele representa um afastamento da manifestação preferencial da língua, a interação comunicativa (COUTO, 2017a). Porém, como essa vertente da Ecolinguística vê seu objeto holisticamente, não pode ignorar os textos e os discursos, os textos-discursos, cujo estudo talvez seja mais adequado chamar de Discursística (paralelamente a Linguística), em vez da expressão "Análise do Discurso". De qualquer forma, o que mais se aproxima da prototipicidade é o texto oral e dialógico, sendo o texto escrito um passo a mais no afastamento em relação à interação comunicativa prototípica.

Acabamos de ver que, para a Linguística Ecosystemática o núcleo da linguagem é a interlocução, o diálogo, a interação comunicativa. Interlocução pressupõe duas pessoas. Como no texto de Gil só aparece o próprio autor, a pergunta que se faz é se esse modelo teórico seria adequado para analisá-lo. Durante a produção do texto, realmente parece tratar-se de um monólogo, no caso, de Gil consigo mesmo. No entanto, como Mikhail Bakhtin e Émile Benveniste têm demonstrado, na verdade trata-se de um diálogo interiorizado, do autor com seu alter-ego. O que é mais, após terminado o texto, o autor deseja que ele seja lido pelas pessoas. Nesse caso, teremos o início de um diálogo normal ou, pelo menos, que se aproxima um pouco mais dele.

## ECO-REBEL

No caso do texto de Gil, ele foi (e tem sido) apresentado, juntamente com a melodia que o acompanha, a vários públicos.

A Ecolinguística foi definida inicialmente como sendo o estudo das relações entre língua e meio ambiente. No entanto, para sua versão chamada Linguística Eossistêmica ela é o estudo da língua como interações que se dão no interior do ecossistema linguístico. Como o ecossistema biológico, o ecossistema linguístico consta de uma população/povo (P) convivendo em seu meio ou território (T) e seus membros interagindo entre si pelo modo tradicional de interagir, sua linguagem (L). Uma vez que a língua é interação, se quisermos continuar falando em seu meio ambiente, ele só pode ser o *locus* dessas interações. Esse *locus* é a população, diretamente, e o território, indiretamente, via população. Portanto, o meio ambiente da língua é formado por PT, abrangendo as três dimensões do ecossistema linguístico, ou seja, a natural, a mental e a social. Primeiramente, temos o **ecossistema integral da língua**, representado na figura 1a, no interior do qual há os outros três, 1b, 1c, 1d.

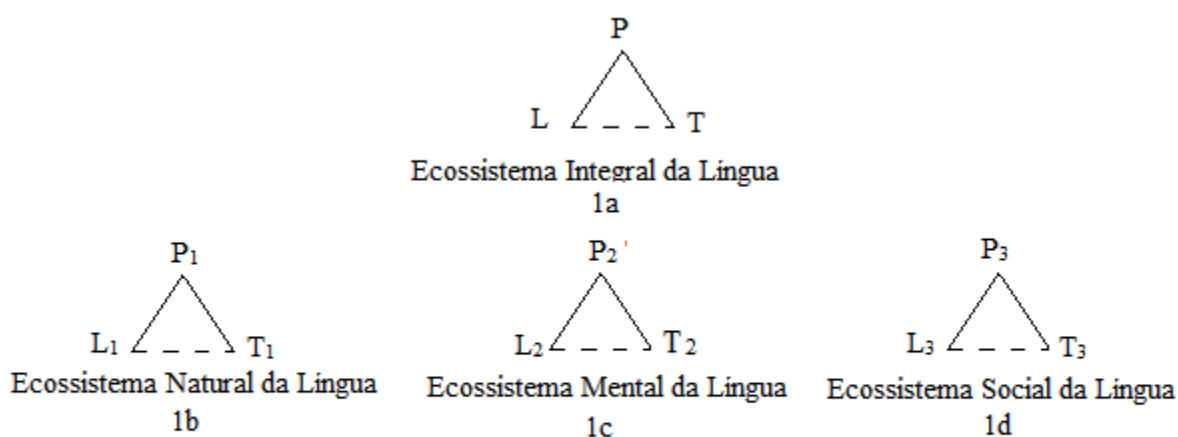


Fig 1

Os índices visam a distinguir um ecossistema do outro, ou seja, <sub>1</sub> indica o que é natural, <sub>2</sub> refere-se ao mental e <sub>3</sub> ao social. A figura 1 mostra que, adentrado o ecossistema integral da língua (1a), primeiramente encontramos o **ecossistema natural da língua** (1b), constituído de um povo concreto (P<sub>1</sub>), em seu território concreto (T<sub>1</sub>), juntamente com os aspectos fisiológicos, proxêmicos, cinésicos, gestuais etc. de suas interações, que são o lado natural da língua (L<sub>1</sub>). Aproximando o foco (GARNER, 2004: 202), notamos que cada indivíduo da população tem um cérebro e uma mente. Cada cérebro/mente (que se assemelham uns aos outros) constitui um **ecossistema mental da língua** (1c). O cérebro (encéfalo) e a mente constituem o *locus*, o "território (T<sub>2</sub>) das interações neurais, o lugar em que se encontram os neurônios. Os neurônios (dendritos, axônios) são os agentes das interações, os interagentes (P<sub>2</sub>). As próprias interações são a língua como fenômeno mental (L<sub>2</sub>). Aproximando o foco ainda mais, no caso, juntando os cérebros/mentes, notamos que a totalidade dos indivíduos da coletividade não é um todo heteróclito e desestruturado. Pelo contrário, eles são pessoas, seres sociais (P<sub>3</sub>), com vários papéis sociais. As interações verbais que se dão entre essas pessoas constituem a língua como fenômeno social (L<sub>3</sub>). O cenário, o lugar em que se dão as interações sociais, é a sociedade (T<sub>3</sub>). O todo constitui o **ecossistema social da língua** (1d).

Essa apresentação está demasiadamente sucinta, mas ela visa apenas a salientar que, na verdade, há três meios ambientes da língua, ou seja, três lugares em que as interações linguísticas podem ser observadas: o natural, o mental e o social, além do ecossistema integral, que contém os três e os integra e inter-relaciona. Para uma discussão pormenorizada desse assunto, pode-se consultar Couto (2015). Na seção seguinte,

discutiremos especificamente alguns dos principais conceitos linguístico-ecossistêmicos que serão utilizados na análise de "Se eu quiser falar com Deus".

A Ecocrítica, muito bem representada em Glotfelty & Fromm (1996), é uma disciplina dedicada especificamente à relação entre textos-discursos literários e o mundo físico. Portanto, aparentemente não seria um modelo teórico para se analisar o texto-discurso em tela. No âmbito da Ecolinguística, uma das primeiras tentativas de interpretação de texto literário é Fill (2007). No entanto, ele não parte do fato de a manifestação prototípica da língua ser o diálogo. Pelo contrário, ele tenta aplicar critérios ecolinguísticos tradicionais à interpretação de um poema de D. H. Lawrence. Fill salienta que o poeta pode usar um estilo antropocêntrico ou um estilo antropomórfico. Ecolinguisticamente, segundo esse autor, seria preferível uma escrita fisio-cêntrica, que levaria a um respeito pelos animais, pelas plantas e até mesmo pela natureza inanimada. Para Fill, "Ecolinguística é o ramo das ciências da linguagem que se preocupa com o aspecto das interações, sejam elas entre duas línguas individuais, entre falantes e grupos de falantes, ou entre língua e mundo, e que intervém a favor de uma diversidade das manifestações e relações para a manutenção do pequeno" (FILL, 1993, p. 4). Quer dizer, ele enfatiza as interações, mas não necessariamente no sentido da Linguística Ecossistêmica, cuja ênfase são as interações comunicativas entre membros da comunidade de fala, das perspectivas natural, mental e social. Sua posição não está errada, é ecolinguística, mas é mais limitada do que a da Linguística Ecossistêmica, que olha para seu objeto de forma holística. De modo que a proposta de Fill seria apenas uma parte dentro do amplo escopo da Linguística Ecossistêmica, que dispõe inclusive do ramo chamado de Linguística Ambiental (COUTO, 2017b).

### 3. Algumas categorias da Linguística Ecossistêmica

Gostaríamos de começar ressaltando que um nome alternativo para Linguística Ecossistêmica é **Ecologia Linguística**, cujo conceito central é o de **ecossistema linguístico**, assim como o conceito central da Ecologia Biológica é o de ecossistema biológico. Se o conceito central deste último são as interações que se dão em seu interior (organismo-mundo, organismo-organismo), o conceito central do primeiro é o de **interações linguísticas**, que podem ser de três tipos. O primeiro é a **interação pessoa-pessoa**, a interação comunicativa, equivalente à interação organismo-organismo da Ecologia Biológica. Essa interação se dá, prototipicamente, entre duas pessoas ( $p_1$ ,  $p_2$ ) do ecossistema linguístico, que, no caso, é uma comunidade de fala (ver abaixo!). Tradicionalmente essa interação tem sido chamada comunicação.

O segundo tipo de interação reconhecido pela Linguística Ecossistêmica é a **interação pessoa-mundo**, utilizando a linguagem. Ela corresponde à interação organismo-mundo da Ecologia Biológica. Linguístico-ecossistemicamente ela é chamada de significação, mas, na tradição tem recebido outros nomes, tais como denominação, denotação, nomeação etc., dependendo da situação. É assim que nos referimos ao que está fora da linguagem, àquilo que constitui o assunto do qual falamos. Nas tradições da filosofia da linguagem e de algumas teorias semióticas, sobretudo as de filiação a Charles Sanders Peirce (cf. PEIRCE, 1972), esse processo é chamado de **referência** e, a coisa ou assunto em si, referente, embora esse termo não pareça o mais adequado: aparentemente, "referido" seria melhor. É importante ressaltar que comunicação e significação são as duas faces da moeda da linguagem: nós comunicamos uns com os outros referindo-nos ao mundo (ou a algo fora da linguagem) e normalmente nos referimos ao mundo comunicando-nos uns com os outros. Uma não existe sem a outra; elas se pressupõem mutuamente, pelo menos nas situações prototípicas, normais, o que não é o caso de "Se eu quiser falar com Deus", em que não há um interlocutor. Trata-se de um "monólogo" ou, na melhor das hipóteses, de um diálogo interior.

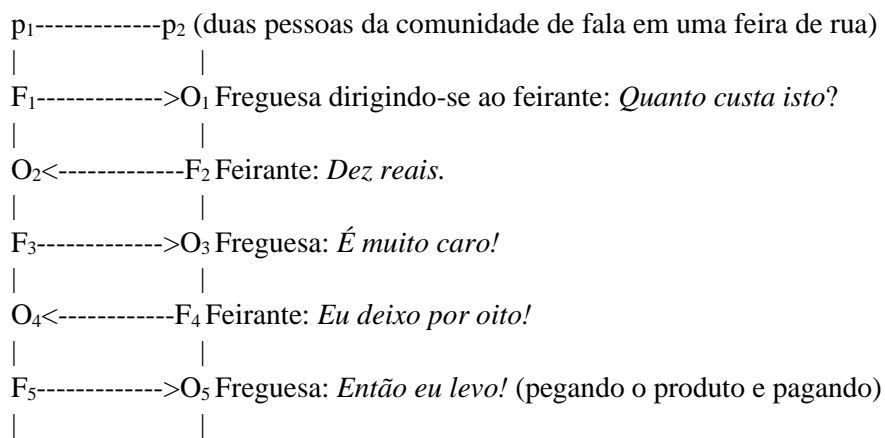
O terceiro tipo de interação é a que se dá entre os componentes do enunciado produzido pelo eu falante e dirigido a seu ouvinte. São, portanto, as interações entre fonemas na sílaba, entre morfemas na palavra, entre palavras na locução (sintagma), entre sintagmas na oração, entre orações no período e assim por diante. Trata-se, portanto, das **interações sistêmicas**, que lembram a função textual de Halliday (2014). Em suma, a língua é comunicação, interação, de qualquer ângulo que a olhemos. No caso do texto de Gil, nota-

## ECO-REBEL

se que há uma ligação (estruturação) entre os versos, com destaque para a passagem da fala do autor e a reação de seu alter-ego.

A interação comunicativa se dá em um contexto específico, que recebe o nome de **ecologia da interação comunicativa**. Ela é constituída, básica e inicialmente, de pelo menos uma pessoa ( $p_1$ ) que se dirige a uma outra pessoa ( $p_2$ ), sendo que a situação prototípica é  $p_1$  e  $p_2$  serem membros do grupo de pessoas (P) que formam a coletividade do ecossistema linguístico ou **comunidade de fala** a que pertencem. Em situações não prototípicas, pode haver diálogo, ou tentativa de diálogo, entre pessoas de comunidades e línguas diferentes, mas, nesse caso, mediante algum tipo de língua franca. O nome mais adequado para essas situações é o de **tentativas de interação comunicativa**.

A interação comunicativa prototípica é a que se dá sob a forma de um **fluxo interlocucional** (diálogo), em que  $p_1$  e  $p_2$  se alternam nos turnos de fala, obedecendo as regras interacionais (COUTO, 2015). Esse fluxo está exemplificado na figura 2. As reticências indicam que a interação poderia ter continuidade, e provavelmente teve, com o pagamento por parte da freguesa, o agradecimento do feirante, a despedida etc. Enfim, temos ideia de como um diálogo começa, mas não sabemos que rumo ele tomará nem quando nem como terminará. Tudo depende dos objetivos de  $p_1$  e  $p_2$  e, de modo mais amplo, da respectiva ecologia da interação comunicativa.



.....

### Fluxo Interlocucional (Diálogo)

Fig. 2

Para que a interação seja eficaz, é necessário que  $p_1$  e  $p_2$  entrem em **comunhão** (uma espécie de predisposição para o diálogo), vale dizer, as interações devem ser harmônicas. Sem comunhão, não haverá comunicação eficaz, prototípica. Pode até haver interação comunicativa sem comunhão, como nas altercações, nas discussões, nas brigas verbais, em que pode se dar muita agressão de uma ou de ambas partes. Se pertencerem à mesma **comunidade de língua** (domínio do sistema), se dominarem o mesmo sistema de determinada língua e, sobretudo, se pertencerem à mesma **comunidade de fala** (pequenas comunidades em que há interação diuturna entre as pessoas), entenderão muito bem as ofensas que fazem uma à outra. Tanto que, em alguns casos, isso chega às vias de fato, podendo culminar em agressão física. Felizmente, esse tipo de “interação comunicativa” é a exceção, não a regra nas interações que se dão entre as pessoas que constituem uma comunidade. A comunicação prototípica é aquela que é precedida de um estado mental de comunhão, que cria uma atmosfera de solidariedade, de predisposição para uma interação amigável. Pode haver comunhão até mesmo em silêncio total, como a sugerida por Gil em "Se eu quiser falar com Deus".

4. "Se eu quiser falar com Deus"

É bom repetir que em "Se eu quiser falar com Deus", de Gilberto Gil, só há o próprio Gil, logo, não se trataria de interlocução, de diálogo prototípico, como exemplificado na figura 2: o prefixo latino "inter" indica a posição que medeia duas outras; o elemento grego "diá" significa "através de", de um para outro. Os diálogos entre pessoas comuns da comunidade de fala se dão sempre em uma linguagem, cujas regras interacionais e regras sistêmicas elas conhecem. No caso, a linguagem seria basicamente a língua portuguesa, na variedade dominada pelo autor do texto ora analisado.

Para Benveniste, a enunciação se compõe basicamente de diálogo. Depois de falar das "duas figuras na posição de parceiros [...] alternativamente protagonistas da enunciação" que entram na "estrutura do diálogo", ele diz que também o "monólogo" "deve ser classificado [...] como uma variedade do diálogo, estrutura fundamental. O monólogo é um diálogo interiorizado, formulado em linguagem interior, entre um eu locutor e um eu ouvinte" (BENVENISTE, 1989, p. 87). O autor acrescenta que "o eu locutor é o único a falar; o eu ouvinte permanece, entretanto, presente. Sua presença é necessária e suficiente para tornar significante a enunciação do eu locutor" (p. 88).

Quando tentamos interpretar "Se eu quiser falar com Deus" nos termos do fluxo interlocucional representado na figura 2, devemos considerá-lo como um "diálogo interiorizado" (1989, p. 87), segundo a proposta de Benveniste e, até certo ponto, do "diálogo viciado" de Bakhtin (1981: 141), como está representado na figura 3.

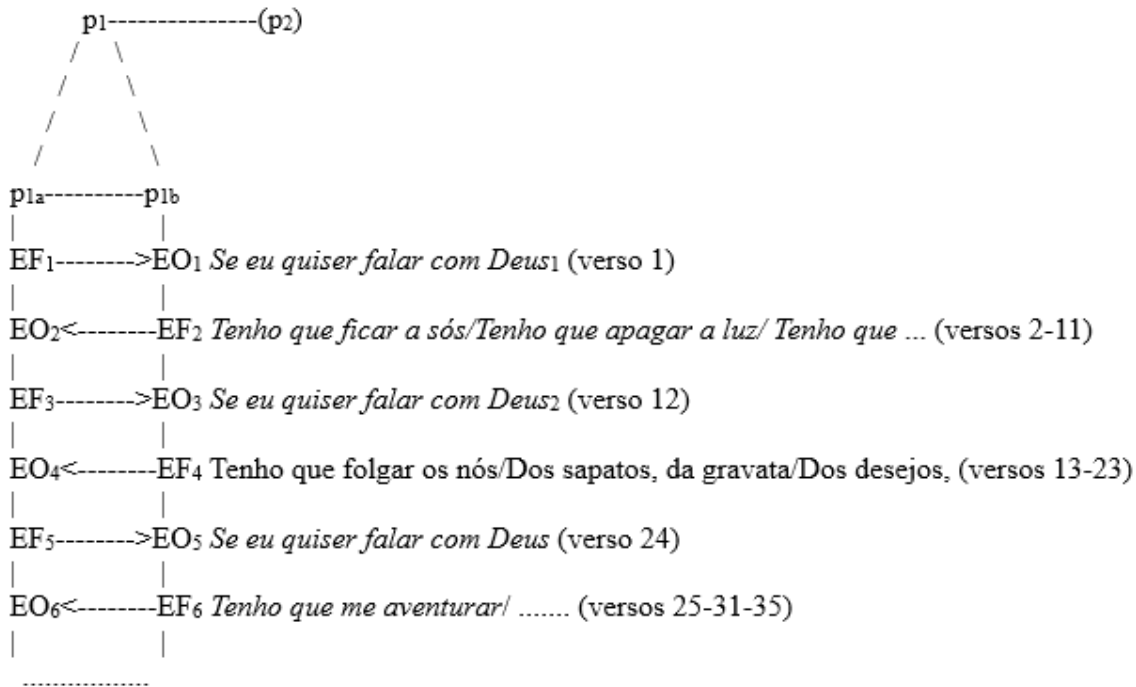


Fig. 3

(EF= eu falante; EO = eu ouvinte, alter-ego de p1, de "eu falante").

O autor do texto é um p1 que gostaria de encetar um diálogo com Deus, que seria o p2. Mas, como esse p2 não se presentifica, motivo pelo qual está entre parênteses, p1 se cinde em dois: p1a, que fará o papel de "eu falante" (EF1), e p1b, no papel de "eu ouvinte" (EO1), ainda na terminologia de Émile Benveniste. Nesse caso, p1b exerce o papel de alter-ego de p1a. De acordo com as categorias da Linguística Ecosistêmica, o primeiro enunciado de p1a, "Se eu quiser falar com Deus" (verso 1), pode ser considerado uma **solicitação**,

pois é uma manifestação de desejo por parte do autor. Ora, se é manifestação de desejo é solicitação, mesmo que apresentada sob a forma de condicional e mesmo sendo diferente de todas as solicitações já discutidas na literatura linguístico-ecossistêmica (ordem, pergunta, vocativo, exclamação etc.). Toda solicitação espera por uma satisfação ou **atendimento**. No caso, esse atendimento se deu por parte do alter-ego do falante, ou seja,  $p_{1b}$ . Ele começa por "Tenho que ..." (verso 2) e vai até o verso 11. Esses onze versos constituem a fala de  $p_{1b}$  (o almejado  $p_2$ ) com  $p_{1a}$ . No papel de  $p_{1a}$ , em seguida o autor do texto repete a solicitação (verso 12), no nível 3 da interlocução, isto é, como  $EF_3$ . O atendimento a essa segunda solicitação, ou repetição da solicitação inicial, vai do verso 13 ao 23, mais 11 versos. No verso 24, vem outra repetição da solicitação "Se eu quiser falar com Deus", já no nível 5 ( $EF_5$ ), de novo seguida de uma satisfação que ocupa os 11 versos finais.

A representação da figura 3 deixa implícito que se essa sequência de falas algum dia chegar a outra pessoa que não o alter-ego de  $p_1$ , ou seja, se ela for recebida por ou  $p_2$ , ou  $p_3$ ,  $p_4$  etc. este receberá o fluxo interacional completo, filtrado pelo falante, uma vez que não teve acesso aos diversos níveis do "diálogo degenerado", no primeiro sentido dado pelo *Aurélio*, isto, é aquilo que perdeu "as qualidades ou características primitivas". Esse diálogo se deu inteiramente em  $p_1$ . Praticamente todo texto, literário ou não, está nesse caso, motivo pelo qual os linguistas ecossistêmicos reconhecem que o texto não é a manifestação mais prototípica da língua. Ele é algo derivado, filtrado pelo diálogo, pressupõe-no, como está discutido em Couto (2017a).

No caso de "Se eu quiser falar com Deus", as coisas são mais complicadas: 1) Não sabemos de que natureza é esse interlocutor que Gil gostaria de ter como  $p_2$ ; 2) Não sabemos se ele fala nossa língua; possivelmente sim, pois é considerado onisciente. Mas, e a questão do espaço? Onde ele se encontra? Como tê-lo em uma ecologia da interação comunicativa específica? Será que é realmente necessário saber em que língua essa desejada comunicação poderia se dar? Pelo que Gil diz, não se trataria de uma interação verbal. Talvez nem mesmo de uma glossolalia, caso em que não seria necessário proferir palavras, mas apenas "falar línguas". Seria uma comunicação mental, como está sugerido na fala de  $EF_2$  (*Tenho que ficar a sós/Tenho que apagar a luz/Tenho que calar a voz/ ...*). Teria que ficar em silêncio para se comunicar (com Deus).

É provável que por "falar com Deus" Gil tenha querido dizer entrar em comunhão com ele. Como já sugerido acima, comunhão é um tipo de comunicação, ou interação comunicativa, que pode se dar apenas mentalmente. É compartilhar um estado de espírito positivo, de generosidade, de solidariedade, de contrição, juntamente com uma satisfação com esse simples compartilhamento. Seria uma **interação comunal**. Pelo menos a criação do estado de comunhão que facultaria essa comunicação não requer palavras. Talvez toda comunicação com Deus seja desse tipo: um estado mental de comunhão. É um tipo de comunicação que transcende a comunicação linguística cotidiana.

Voltando a "Se eu quiser falar com Deus", notamos que, já no primeiro verso, Gil sugere um interlocutor, mas, indiretamente, pois pensa consigo mesmo que se quiser entrar em interação comunicativa com ele, haverá todo um conjunto de pré-condições. Uma delas é "ficar a sós", "apagar a luz", ficar na tranquilidade, dialogando consigo mesmo. Tem inclusive que ficar calado, "calar a voz". Isso reforça a tese de que a comunicação seria apenas um ato de comunhão, em silêncio, uma forma de comunicação apenas mental. Com efeito, Gil não se dirige a ninguém. Ele fala consigo mesmo, monologa, fazendo conjeturas sobre como terá que se comportar se "quiser falar com Deus".

Há toda uma série de condições a ser atendidas para que haja uma "conversa", uma ecologia da interação comunicativa, em que Gil seria  $F_1$  e Deus seria  $F_2$ . Mas, Gil pertence ao mundo terreno, é um ser físico, que existe num aqui e agora bastante específico. Deus pertence a outra dimensão ou até mesmo a uma indimensão, adimensão, dimensão nenhuma, como a concebemos no mundo humano e no mundo vivo em geral. Como entrar em diálogo com alguém assim? Todo o texto é uma tentativa (solicitação), mesmo que tácita, de fazer isso, pois, linguístico-ecossistemicamente, toda afirmação é resposta (atendimento) a alguma

## ECO-REBEL

pergunta, mesmo que não formulada. A indagação (solicitação) "Se eu quiser falar com Deus" é repetida duas vezes, cada uma delas seguida de uma série de tentativas de atendimento.

Entre essas condições iniciais, estão "ficar a sós", "pagar a luz" e "calar a voz". É necessário "folgar os nós" tanto "dos sapatos" quanto "da gravata" a fim de "encontrar a paz". Mas, é preciso também deixar a correria, a pressa de lado, "esquecer a data". Enfim, é necessário se desvencilhar das bugigangas do consumismo capitalista, mesmo que seja necessário "perder a conta" e ficar sem nada, com as "mãos vazias" e, talvez, até sem preocupação com vestimentas da moda, ou seja, "ter a alma e o corpo nus".

Depois, vem uma primeira repetição da solicitação (verso 12), seguida de mais onze condições (versos 13 a 23) que devem ser atendidas. Deve "aceitar a dor", dar duro na vida (*comer o pão / que o diabo amassou*). Mais, precisa ser humilde (*lamber o chão*), não sonhar com pompa e riqueza (*dos palácios, dos castelos*) e, mesmo diante de motivos para tristeza "alegrar meu coração". Como discutido na ADE, a dor e o sofrimento em geral são parte da vida. Existem para que cuidemos da integridade de nosso corpo físico. Mas, no caso, é ignorá-los em nome de uma causa maior, uma comunicação comunal com Deus.

O verso 24 é a terceira e última solicitação com o objetivo de indagar por condições a ser preenchidas para se obter a desejada satisfação ou atendimento (resposta) de p<sub>2</sub>, seguida de mais onze respostas, ou seja, outras condições (versos 25 a 30) que devem ser atendidas antes que possa haver alguma possibilidade de interação comunicativa com Deus. É necessário ter coragem (*me aventurar, subir aos céus/sem cordas pra segurar*) e ir em frente sem olhar para trás.

O grande problema é que, mesmo atendendo a todas as condições que apresentou para um desejado diálogo com Deus, no final, o autor do texto constata que esse diálogo é impossível, pois conclui que, mesmo "se caminhar / Decidido pela estrada", "[...] ao findar vai dar em nada/.../ Do que eu pensava encontrar". Vale dizer, é impossível encontrar Deus, logo, é impossível encetar um diálogo normal (com falas e réplicas) com ele. Reiteremos que o diálogo prototípico na linguística ecossistêmica é aquele em que p<sub>1</sub> e p<sub>2</sub> estão copresentes, e um frente ao outro, a uma distância de aproximadamente um metro a um metro e meio de distância, como previsto nas primeiras regras interacionais, expostas e comentadas em Couto (2015).

O que o autor encontrou após apresentar todas as exigências que deviam ser preenchidas para "falar com Deus" foi "nada". Ele deixa implícito que parece ter encontrado outras coisas, talvez muitas, menos a que desejava, o almejado interlocutor p<sub>2</sub>, Deus.

O tamanho da decepção por não ter encontrado "nada/Do que pensava encontrar" pode ser vislumbrado no fato de a palavra "nada" constituir, só ela, os três versos anteriores ao último, além de ser a última palavra do verso anterior a esses três, o de número 31. Ao todo, a palavra "nada" aparece nove vezes. Não vamos entrar na numerologia, mas o nove é um número importante em várias culturas. No poema 42 do *Tao te ching*, de Lao Tzu, está dito que *O nada gera o um/O um gera o dois/O dois gera o três/O três gera os dez mil seres*. Vale dizer, o nove como resultado de três multiplicado por si mesmo é a origem de tudo, logo, da vida e da morte. O nada que Gil encontrou após no final da estrada leva a isso. O próprio tao tem como básico "caminho".

Nunca é demais repetir, o texto monológico não é o objeto preferencial da Linguística Ecossistêmica. Em consonância com suas bases epistemológicas, seu objeto imediato e natural é a interação comunicativa. Mas, como ela olha para seu objeto de forma holística, tampouco os textos aparentemente monológicos (BAKHTIN, 1981; BENVENISTE, 1989) são ignorados. Afinal, eles são uma das manifestações da linguagem e, como sabemos, aqueles que se intitulam ecolinguistas não podem ignorar nenhuma das multifacetadas formas pelas quais a linguagem se manifesta, ou seja, *Ecolinguista sum: linguistici nihil a me alienum puto* (eu sou ecolinguista e nada do que tem a ver com a linguagem me é estranho).

No fundo, no fundo, o que o autor procura é um sentido para a vida. Usando a metáfora da estrada da vida, sobre a qual há até mesmo uma música de Milionário & Zé Rico, o próprio Gil diz explicitamente que depois de "Dar as costas, caminhar / Decidido, pela estrada" não encontrou nada do "que pensava encontrar". Na verdade, a "estrada da vida" não tem o final que as pessoas desejariam que tivesse. O final

## ECO-REBEL

da estrada da vida é a morte. No entanto, ecologicamente, a morte de um ser dá lugar ao nascimento de diversos outros seres que darão continuidade ao ciclo vida-morte-vida, como se pode ver no taoísmo (LAO TZU, 2006) e como está discutido por Morin (2001: 438-441).

É o que acontece com qualquer pessoa que for procurar pelo sentido da vida. No final, não vai encontrar nada. Carlos Drummond de Andrade diz no poema "O lutador" que

*Lutar com palavras  
é a luta mais vã  
entanto lutamos,  
mal rompe a manhã.*

No caso, o texto "Se eu quiser falar com Deus" mostra que a procura pelo sentido da vida, chegando ao final com uma resposta clara, convincente e definitiva à pergunta "Por que estou aqui?" é uma procura inglória, vã. Viver é a própria procura, é o percorrer a estrada, mesmo que isso pareça um chavão, e o texto de Gil deixa isso implícito de ponta a ponta. Chegar ao final da estrada é chegar ao nada, que pode ser o recomeço de tudo. Se a estrada é a vida, seu final é a morte, que pode levar ao recomeço da vida. Tudo isso é parte da visão ecológica de mundo, que inclui a sucessão ecológica, basicamente de natureza cíclica.

Uma conclusão geral inevitável é a de que a língua é interação, seja lá como for que a olhemos. Até mesmo o produto da interação (texto) traz a marca da interação, além de ser ele próprio interação, no caso, sob a forma de diálogo interiorizado. Mas, mesmo os componentes do texto estão em interação uns com os outros, como vimos como se pode ver em Bakhtin. Pensar a língua como sistema foi um problema inevitável ao longo da história. Foi essa postura que fez nascerem os estudos linguísticos. Agora, porém, sobretudo após o advento da Teoria da Relatividade, da Mecânica Quântica, dos sistemas complexos, da Teoria do Caos e da Ecologia, não podemos continuar encarando-a dessa perspectiva. Ela é interação, e o "sistema" é parte dessa interação.

No caso, "Se eu quiser falar com Deus" é letra de uma música cantada por Gilberto Gil. Na verdade, cada vez que ele a apresenta perante uma plateia sai do "monólogo" do momento de produção do texto e entra em diálogo com ela. Nesse caso a plateia é um  $p_3$ , pois, o  $p_2$  seria o interlocutor inicial desejado, mas fisicamente inatingível (Deus). Para entender isso, vamos retomar na figura 4 a parte da figura 3 em que o "eu falante" (EF) e o "eu ouvinte" (EO) de Gil se recompõem no próprio Gil.

### 5. Discussão

Vimos que nos termos de Bakhtin e Benveniste apresentados acima, todo texto-discurso consiste em um diálogo entre o autor ( $p_{1a}$ ) e seu alter-ego ( $p_{1b}$ ). Ora, como a interação comunicativa prototípica pressupõe duas pessoas ( $p_1$ ,  $p_2$ ), o diálogo interiorizado infringe esse modelo. No entanto, é importante observar que só se pode falar em diálogo interiorizado, viciado, degenerado durante o processo de produção. Afinal, em situações quotidianas da vida ninguém pratica solilóquios por si mesmos. Como o  $p_2$  (Deus) não se presentifica, e como se trata de uma obra de arte que visa atingir vários públicos, depois de terminado o diálogo interior, ou seja, a etapa de produção do texto, o autor visa atingi-los, no caso, como  $p_3$ ,  $p_4$  assim sucessivamente. Vale dizer, o autor pretende atingir o máximo possível de públicos ( $p_3$ ,  $p_4$ , ...,  $p_n$ ), não apenas um. Esse fim último do autor está representado na figura 4, em que G é Gil, ou autor, e A é a audiência, o público-plateia em uma apresentação do texto-discurso, agora acompanhado de melodia.



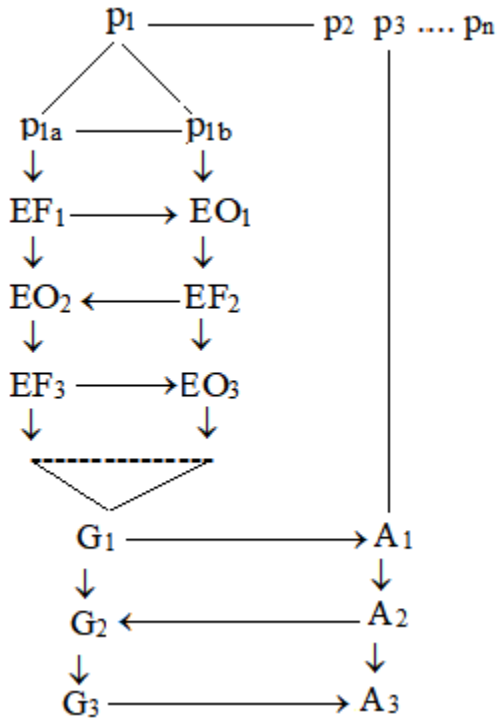


Fig. 4

A figura 4 mostra três níveis do diálogo interiorizado do autor, diálogo que certamente pode ter tido mais turnos. A certa altura, após pôr fim a esse "diálogo", ou seja, à produção de seu texto como EF<sub>3</sub>, o autor se recompõe com seu alter-ego e passa a falar em nome de suas duas partes, agora como o autor-cantor Gilberto (G) e seu "interlocutor", composto pela totalidade das pessoas do auditório (A). O diálogo se inicia com o autor (G<sub>1</sub>) cantando a "música" para esse público, ou audiência (A<sub>1</sub>). Não se trata mais de diálogo interiorizado, mas de interação entre Gil (G) e sua audiência (A), com os níveis de "fala", os turnos constando de pelo menos três níveis.

A plateia (A) funciona como p<sub>3</sub>, como se vê no nível G<sub>1</sub> → A<sub>1</sub>. Aliás, houve mais de uma apresentação. Na que nós ouvimos, houve uma reação entusiástica do auditório, mediante aplausos, assobios e gritos de "bravo!". Isso está representado no nível dois da interação: G<sub>2</sub> ← A<sub>2</sub>. Por fim, há o agradecimento de Gil, no nível 3, ou seja, G<sub>3</sub> → A<sub>3</sub>. Em cada apresentação temos um público (p<sub>x</sub>). Nas diversas outras, seria para p<sub>4</sub>, p<sub>5</sub> e assim sucessivamente. Como mostra p<sub>n</sub>, o número de públicos para os quais a "música" pode ser/será apresentada fica em aberto.

Em suma, o diálogo interior se dá inteiramente no ecossistema mental. O "diálogo" com Deus também, se é que se pode dizer que há diálogo. Diálogo completo, abrangendo o ecossistema natural e o social se dá só quando o texto-discurso atinge algum público. No caso apenas do texto escrito, pode acontecer o que nós estamos fazendo agora, ou seja, lendo-o e analisando-o. Mas, textos como o de Gil são feitos para ser cantados perante uma plateia. Só nesse momento se completa o ciclo do fluxo da interação entre autor e ouvinte(s). Nesse momento, Gil leva ao seu auditório o diálogo que travou consigo mesmo durante a produção do texto. Leva-o entrelaçado com uma bela melodia.

No que se refere especificamente à performance do autor ao apresentar a canção para seu público, nota-se que ele faz uso de uma instrumentação bastante simples, com apenas violão, não guitarra elétrica, e um acompanhamento de bateria bem suave ao fundo. A inflexão da voz também tem um papel na interação. Assim, há uma pequena pausa entre cada verso que funciona como solicitação e os que representam o atendimento (resposta) a essa solicitação. Além disso, há outros recursos, como a elevação da voz quando

o cantor diz que "Tenho que subir aos céus", no verso número 26: ele eleva consideravelmente a voz, simulando a subida, e pronuncia a palavra "ceeeuuus" alongadamente. Mas, isso seria objeto para um outro tipo de análise desta bela peça cantada por Gilberto Gil.

### 6. Outros gêneros textuais

O que foi dito sobre "Se eu quiser falar com Deus" em princípio se aplicaria a qualquer outro tipo de texto. A produção de todos eles consistiria de um diálogo do escritor consigo mesmo, melhor, com seu alter-ego, segundo o "diálogo interiorizado" de Benveniste. Isso acontece mesmo onde fica difícil encontrar no texto marcas que se identifiquem como solicitação e atendimento. No entanto, Mikhail Bakhtin vê dialogicidade na divisão do texto em parágrafos. De acordo com ele, "penetrando fundo na essência dos parágrafos, convencer-nos-emos de que, em certos aspectos essenciais, eles são análogos a réplicas de um diálogo". Continua o autor: "Trata-se, de qualquer forma, de diálogos viciados trabalhados no corpo de uma enunciação monológica". Ainda de acordo com Bakhtin, "na base da divisão do discurso em partes, denominadas parágrafos na sua forma escrita, encontra-se o ajustamento às reações previstas do ouvinte ou do leitor" (grifos do autor). Esse "reajustamento às reações previstas do ouvinte ou leitor" é um tipo de interação com ele, ou seja, um diálogo com ele, mesmo que colocando seu alter-ego (p<sub>1b</sub>) no lugar dele. Tanto assim que "os tipos clássicos de parágrafo são: pergunta e resposta (o autor faz as perguntas e dá as respostas)". Além disso, há "suplementação", "antecipação de possíveis objeções", "exposição de aparentes incoerências" etc. (BAKHTIN, 1981: 141). Tudo isso implica, direta ou indiretamente, a alternância solicitação-atendimento da interação comunicativa (diálogo).

Como se vê, o "diálogo interiorizado", "degenerado" ou "viciado" é um simulacro do verdadeiro diálogo entre duas pessoas, o diálogo prototípico. Por isso, Bakhtin acrescenta na nota de rodapé número 3, da mesma página 141, que a estruturação do texto-discurso em parágrafos é "uma forma de divisão que leva decisivamente em conta o destinatário e sua ativa compreensão".

Não cabe aqui dar exemplos desses fatos em diversos gêneros textuais, tais como peça teatral, romance, poema, ensaio científico, ensaio filosófico, silogismo etc. A peça teatral não apresentaria grandes problemas, uma vez que ela geralmente se estrutura sob a forma de diálogo, portanto, seria um exemplo de texto que se aproximaria da prototipicidade. No caso do romance, da novela ou do conto, as observações de Bakhtin recém-vistas se aplicariam. O poema está exemplificado no texto de Gilberto Gil, objeto do presente ensaio. Os textos filosóficos e científicos, frequentemente consistem na apresentação de uma hipótese ou tese, que, linguístico-ecossistemicamente, seria uma pergunta. Em seguida, viriam diversos parágrafos argumentativos, que se enquadrariam no que disse Bakhtin, ou seja, respostas a essa pergunta. Esses parágrafos defenderiam a tese ou comprovariam/refutariam a hipótese formulada no nível 2 do diálogo interiorizado. Vale dizer, seriam réplicas por parte do alter-ego do autor.

Por fim, temos o silogismo, um dos "gêneros" textuais mais abstratos. Segundo os filósofos e lógicos, ele não teria nada a ver com o mundo extralinguístico; ele constaria apenas de relações lógicas. Vejamos na figura 4 como o conhecido silogismo "Todo homem é mortal; Sócrates é homem; logo, Sócrates é mortal" poderia ser analisado da presente perspectiva.



## ECO-REBEL

- COUTO, Hildo Honório do. *O tao da linguagem*. Campinas: Pontes, 2012.
- \_\_\_\_\_. Linguística ecossistêmica. *Ecolinguística: Revista brasileira de ecologia e linguagem* (ECO-REBEL), v. 1, n. 1, 2015, p. 36-62.  
<http://periodicos.unb.br/index.php/erbel/article/view/15135/10836>
- \_\_\_\_\_. Notas sobre o conceito de texto na linguística ecossistêmica. *Ecolinguística: revista brasileira de ecologia e linguagem* (ECO-REBEL) v. 3, n. 2, 2017a. Disponível em:  
<http://periodicos.unb.br/ojs311/index.php/erbel/article/view/9677/8545> (27/11/2018)  
<http://periodicos.unb.br/index.php/erbel/article/view/26588> (acesso: 23/09/2018).
- \_\_\_\_\_. Linguística ambiental. 2017b. *Ecolinguística: revista brasileira de ecologia e linguagem* (ECO-REBEL) v. 5, n. 1, 2019, p. 960112. Disponível em:  
<http://periodicos.unb.br/index.php/erbel/article/view/22809/20553> (acesso: 04/05/2019).
- \_\_\_\_\_; Couto, Elza K. N. N. do; Borges, Lorena. 2012. *Análise do discurso ecológica (ADE)*. Campinas: Pontes.
- \_\_\_\_\_. 2015. Por uma análise do discurso ecológica. *Ecolinguística: revista brasileira de ecologia e linguagem* (ECO-REBEL) v. 1, n. 1, p. 81-104. Disponível em:  
<http://periodicos.unb.br/index.php/erbel/article/view/9968/8801> (acesso: 04/05/2019).
- COUTO, Elza K. N. N. do. *Ecolinguística e imaginário*. Brasília: Thesaurus, 2012.
- DURAND, Gilbert. *As estruturas antropológicas do imaginário*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- FILL, Alwin. *Ökologinistik: Eine Einführung*. Tübingen: Gunter Narr Verlag, 1993.
- \_\_\_\_\_. "The big mountains sit still..." Ökologische Interpretation von Gedichten: D. H. Lawrence. In: FILL, Alwin & Hermine PENZ (orgs.). *Sustaining language: Essays in applied linguistics*. Viena: LIT Verlag, 2007, p. 203-214.
- Glotfelty, Cheryl; Fromm, Harold (orgs.). *The ecocriticism reader*. Athens, Georgia: The University of Georgia Press, 1996.
- Halliday, Michael M. *Halliday's introduction to functional grammar*. Londres: Routledge, 2014.
- Lao Tzu. *Tao te ching*. São Paulo: Martin Claret, 2006.
- Maas, Utz. 1973. Sprachliches Handeln: Auffordern, Fragen, Behaupten. In: *Funk-Kolleg Sprache*. Frankfurt: Fischer Taschenbuch Verlag, p. 144-157.
- Martin, James R. Positive discourse analysis: solidarity and change. *Revista canaria de estudios ingleses* n. 49, 2004, p. 179-200.
- \_\_\_\_\_. Vernacular deconstruction: undermining spin. *DELTA* v. 22, n. 1, 2006, p. 177-203.
- Morin, Edgar. *O método 2: a vida da vida*. Porto Alegre: Editora Sulina.
- Naess, Arne. The shallow and the deep, long-range ecology movement: a summary. *Inquiry* 16, 1973, p. 95-100.
- Peirce, Charles Sanders. *Semiótica e filosofia*. São Paulo: Cultrix, 1972.
- Strongoli, Maria Thereza Q. G. 2014. Revisitando a metáfora sob a luz dos regimes do imaginário. In: Couto, Elza; Dunck-Cintra, Ema; Borges, Lorena (orgs.). *Antropologia do imaginário, ecolinguística e metáforas*. Brasília: Thesaurus, p. 65-82.
- \_\_\_\_\_; Couto, Elza Kioko N. N. Religião: entre a sociedade e o imaginário. *Saeculum - revista de história* n. 30, 2014, p. 249-267.

Aceito em 05/06/2019.

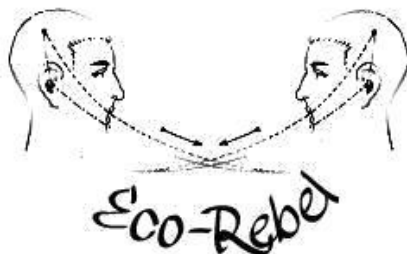
ECOLINGUÍSTICA: REVISTA BRASILEIRA DE  
ECOLOGIA E LINGUAGEM (ECO-REBEL), V. 5, N. 2, 2019.

## ECO-REBEL

### APÊNDICE

#### Se eu quiser falar com Deus – Gilberto Gil

- 1 “Se eu quiser falar com Deus
- 2 Tenho que ficar a sós
- 3 Tenho que apagar a luz
- 4 Tenho que calar a voz”
- 4 “Tenho que encontrar a paz
- 5 Tenho que folgar os nós
- 6 Dos sapatos, da gravata
- 7 Dos desejos, dos receios”
- 8 “Tenho que esquecer a data
- 9 Tenho que perder a conta
- 10 Tenho que ter mãos vazias
- 11 Ter a alma e o corpo nus”
- 12 “Se eu quiser falar com Deus
- 13 Tenho que aceitar a dor
- 14 Tenho que comer o pão
- 15 Que o diabo amassou”
- 16 “Tenho que virar um cão
- 17 Tenho que lambar o chão
- 18 Dos palácios, dos castelos
- 19 Suntuosos do meu sonho
- 20 Tenho que me ver tristonho
- 21 Tenho que me achar medonho
- 22 E apesar de um mal tamanho
- 23 Alegria meu coração”
- 24 “Se eu quiser falar com Deus
- 25 Tenho que me aventurar
- 26 Tenho que subir aos CÉEEUUS
- 27 Sem cordas pra segurar”
- 28 “Tenho que dizer adeus
- 29 Dar as costas, caminhar
- 30 Decidido, pela estrada
- 31 Que ao findar vai dar em nada
- 32 Nada, nada, nada, nada
- 33 Nada, nada, nada, nada
- 34 Nada, nada, nada, nada
- 35 Do que eu pensava encontrar”.



## CONFLUÊNCIAS ENTRE A SOCIOLINGUÍSTICA QUALITATIVA E A ECOLINGUÍSTICA: PRÁTICAS RELIGIOSAS VIRTUALIZADAS

Anderson Nowogrodzki da Silva (UnB/GEPL/NELIM)

**Resumo:** Este trabalho tem por esteira discutir as possibilidades de aproximação entre a sociolinguística qualitativa e a ecolinguística em sua vertente desenvolvida no Brasil, a linguística ecossistêmica. Entrecruzam-se princípios metodológicos e epistemológicos das duas áreas para que se possa evidenciar suas confluências e singularidades, a fim de atestar as afinidades entre os dois domínios do saber, ressaltando sempre que são perspectivas teóricas independentes. Para tanto, apoia-se numa aplicação prática, a fim de visualizar as categorias de análise em sua operacionalidade. Assim sendo, observam-se interações entre usuários da rede social digital *Facebook* que tenham por base a religiosidade. Ressalta-se que, quando transposta para o ambiente virtual, a religiosidade se materializa em práticas religiosas que se reorganizam e se adaptam às ferramentas interacionais disponíveis. Percebe-se que os simulacros virtuais possibilitam reproduzir a realidade e conectar interagentes em diferentes tempos e espaços, mudando as formas de interagir, de agir como indivíduo religioso e de se entender como sujeito de fé, o que implica em fortes mudanças culturais, sociais e históricas, excedendo limites espaço-temporais. O afastamento espacial, a maleabilidade temporal e a ausência de um corpo físico permitem ao indivíduo modelar suas identidades e projetá-las num simulacro, dando forma a novos modos de interagir que não são previstos pela interação comunicativa face a face.

**Palavras-chave:** Ecolinguística. Sociolinguística. Práticas Religiosas. Virtualidade.

**Abstract:** This paper discusses the approximation possibilities between Qualitative Sociolinguistics and Ecolinguistics, as it is developed in Brazil, known as Ecosystem Linguistics. We intersect methodological and epistemological principles from these areas, in order to highlight their confluences and singularities, attesting the affinities between the two domains of knowledge, always emphasizing that they are independent theoretical perspectives. Aiming this, we rely on a practical application in order to visualize the analysis categories in operation. Thus, we observed interactions between Facebook users based on religiosity. We emphasize, when transposed into the virtual environment, the religiosity materializes in reorganized and adapted religious practices, according to the available interational tools. We realized that virtual simulations reproduce reality

## ECO-REBEL

and connect interactors in different times and spaces, changing the ways to interact, to act as a religious individual and to understand yourself as a subject of faith, which implies cultural, social and historical changes, exceeding space-time limits. Spatial distance, temporal malleability, and the absence of a physical body allow the individual to shape your identities and project yourself into a simulacrum, creating new interaction forms that are not anticipated by the face-to-face communicative interaction.

**Keywords:** Ecolinguistics. Sociolinguistics. Religious Practices. Virtuality.

*Se o ícone dos nossos tempos, a internet, tornou-se também sinônimo de fé, a conexão virtual substitui o religare*

(MIKLOS, 2016).

### **Considerações Iniciais: confluências e bifurcações**

A linguística é uma área ampla do conhecimento que abarca diversas perspectivas teóricas e possibilita olhar das mais diferentes formas para as línguas/linguagens, suas características e seus efeitos. Enquanto algumas esferas da linguística se ocupam de questões estruturais apenas, em certos domínios o foco recai sobre as relações humanas estabelecidas em sociedade, observando sua dinâmica interacional e sua complexidade, visando entender o vínculo entre língua e sociedade numa teia de conexões, levando em consideração questões históricas, sociológicas, antropológicas e filosóficas, tornando-se necessariamente multidisciplinares. É o caso tanto da sociolinguística qualitativa quanto da ecolinguística, duas abordagens que confluem teórica e metodologicamente, apesar de se sustentarem individualmente, podendo ser prolíficas quando utilizadas em conjunto. Por isso, este trabalho intenta relacionar as duas teorias, apontando suas afinidades e aplicando de forma prática suas categorias de análise.

#### **0.1 Sociolinguística qualitativa: a interação em contexto**

A sociolinguística, de acordo com Bortoni-Ricardo (2014), pode ser definida como uma área do conhecimento que se ocupa de todas as características e das dinâmicas da comunicação (verbal/não verbal) que permeiam as sociedades antropogênicas. Portanto, trata-se da língua em situações reais de uso, sendo uma área multidisciplinar. Suas correntes principais são a dialetologia, a sociolinguística interacional, a sociolinguística variacionista e a sociolinguística qualitativa. Neste trabalho, utiliza-se como base a sociolinguística qualitativa, por ser uma vertente da linguística que, ao se debruçar sobre a práxis social, busca entender os fenômenos linguísticos

## ECO-REBEL

por meio do olhar para as crenças, as identidades construídas socioculturalmente e os comportamentos que se constituem dentro de comunidades de fala.

O relativismo cultural e a heterogeneidade linguística, de acordo com Bortoni-Ricardo (2014), foram conceitos fundamentais para a emergência da sociolinguística, atuando de forma complementar. O relativismo cultural nasce na pesquisa de Franz Boas (que não usa o termo, mas funda seus princípios na antropologia), contribuindo para uma não hierarquização das culturas, afirmando que cada contexto cultural culmina em diferentes formas de expressão. Assim sendo, toda prática humana deve ser vista contra seu próprio pano de fundo contextual. Esse princípio foi aplicado às línguas, evitando qualquer hierarquização e tratando-as dentro de um contexto. Com o tempo, isso se estende para as variedades das línguas ou dos modos de expressão de um falante, dando espaço à heterogeneidade linguística. Esses princípios possibilitam olhar para a língua e sua materialização na realidade como prática social, podendo ressaltar como as diferentes formas de se relacionar produzem diferentes modos de se comunicar. Nota-se isso, por exemplo, pela diversidade linguística existente no Brasil, em que as variações diatópicas (Mussalin & Bentes, 2006) são regulares, em razão de o país possuir extensão continental e grande número de comunidades isoladas que não interagem entre si. No nível lexical, por exemplo, nota-se que a palavra “mandioca” varia entre a região Nordeste (macaxeira) e Sul (aipim). Essas variações podem ser ainda diafásicas, históricas, ou diastráticas, atuando nos níveis fonético-fonológico, morfológico, sintático, lexical, semântico ou pragmático.

A sociolinguística qualitativa nasce no entrecruzamento da sociolinguística interacional, de John Gumperz, com a etnografia da comunicação, de Dell Hymes. A partir dessa junção, entende-se a necessidade de olhar para a língua em contexto, não isolando-a das situações reais em que acontece. A língua se dinamiza entre indivíduos que são falantes e ouvintes em diferentes situações, daí a necessidade de uma abordagem etnográfica que tenha como enfoque as interações. Pensar a etnografia da comunicação, segundo Hymes (1972), implica entender o modo como uma comunidade vive e age, o que abrange suas práticas e ritos, a fim de descrever o modo como a comunicação acontece. Dessa forma, a sociolinguística qualitativa se distancia de uma visão abstrata de língua e se aproxima de sua realização num espaço real, em que o linguista aja como etnógrafo e capture situações contextuais vivenciadas por sujeitos de carne e osso que interagem em eventos comunicativos, podendo observar a olho nu os aspectos linguísticos que se dinamizam numa comunidade. Demanda-se, assim, a compreensão de todos os aspectos que permeiam a



## ECO-REBEL

fundação de um grupo social, ou seja, sua cultura, seus valores, sua história e o modo como se relacionam.

De acordo com Bortoni-Ricardo, a etnografia da comunicação surge na intersecção entre linguística, sociolinguística, antropologia e folclore, estando no âmbito da linguística socialmente constituída, ou seja, regida por funções sociais. Esse modelo teórico-metodológico se baseia, portanto, em ir a campo e descobrir, em meio a uma comunidade de fala, como a língua é mobilizada dentro da diversidade etnográfica. Para tanto, o etnógrafo participa da vida da comunidade estudada durante longos períodos, buscando dados que reflitam os aspectos culturais e linguísticos que permeiam o grupo. Dessa forma, a língua precisa ser vista como algo vivo, em ação, em movimento. Ela excede a estrutura abstrata e se organiza como fala, sendo aplicada a certas funções contextualizadas socialmente dentro de uma comunidade. O falante tem sua competência como uma habilidade pessoalizada, que se manifesta em performance. Quando relacionado ao conjunto dos falantes, o indivíduo se torna parte do fluxo que faz com que a língua se mova e se transforme, atuando dentro do contexto social.

Dell Hymes, Segundo Bortoni-Ricardo (2014), baseando-se nas heranças deixadas por Saussure e Chomsky, excede a língua enquanto estrutura abstrata e a língua enquanto processo cognitivo individualizado, acrescentando ao sistema linguístico a capacidade de adequação do falante em relação ao contexto em que está inserido e ao interlocutor, possibilitando a valorização dos aspectos sociais no estudo da linguagem. De acordo com Goffman (2002, p. 17), essa dimensão social deve ser observada como um espaço de adequações, em que o monitoramento é recíproco, possibilitando a interação entre falantes e a produção de sentidos que sejam inteligíveis. Nessa perspectiva, Gumperz (2001) elenca três elementos fundamentais para que a comunicação se estabeleça: a intencionalidade, racionalizada por meio de regras e convenções sociais; a interpretação, enquanto compartilhamento de informação e intenção; e o significado social, tratado como sentido resultante da comunicação, que é contextualizado pelos conhecimentos que os falantes já possuem a partir do pano de fundo sociocultural.

Gumperz (2001), em consonância com os princípios estabelecidos por Hymes na etnografia da comunicação, ratifica a necessidade de lidar com os indivíduos em detrimento de uma visão abstrata de língua/linguagem, dando foco às minúcias que permeiam as interações sociais. Encabeçada por Goffman e Gumperz, de acordo com Bortoni-Ricardo (2014), a sociolinguística interacional se ocupa da organização da interação, atuando no domínio microanalítico da

sociolinguística. Preocupa-se com a ecologia local e situada, enfocando a interação face a face, constituindo um encontro social, em que os interlocutores se comunicam ao distribuir turnos de fala. Ao interagirem, os falantes se adaptam reciprocamente uns aos outros e buscam se adequar ao contexto de interação no qual estão inseridos, a essa dinâmica denomina-se “alinhamento”. A sociolinguística interacional traz em seu esteio a interdisciplinaridade, agregando aos seus estudos a prosódia e a linguística suprasegmental. Nessa perspectiva, a estrutura e a ordem não são pré-determinadas, mas se constituem no momento da interação por meio da complexidade que cerca os interlocutores e suas subjetividades. Na interação e na ação se constituem, portanto, os papéis e as funções sociais. Para tanto, língua e contexto são tratados como elementos consubstanciais e as estratégias de produção e de contextualização das mensagens são focalizadas. Para Gumperz (2001), o contexto se expressa na interação por meio de pistas contextuais que sinalizam a inteligibilidade da comunicação e seu grau de adequação ao evento comunicativo, atuando por meio de traços na estrutura dos enunciados que localizam o interlocutor no que está sendo dito, textual e contextualmente, dando forma a um processo dialógico. Pressupõe-se, portanto, a existência de uma lógica interna que orienta as interações sociais, regulando-as. A sociolinguística interacional se debruça sobre as normas que orientam essa lógica interna da interação.

Dessa forma, ao condensar as visões de Gumperz e Hymes, a sociolinguística qualitativa olha para a língua e evidencia a situação, o contexto, as pessoas que interagem e de que forma interagem, dando especial atenção às pistas contextuais que direcionam a interação comunicativa e ao fazer etnográfico que propicia um estudo ativo e participativo.

### **0.2 Ecolinguística: os ecos da interação comunicativa**

A Linguística Ecolinguística, enquanto vertente da Ecolinguística, é descrita por Couto (2015), precursor dessa teoria no Brasil, como o estudo que relaciona língua e meio-ambiente por meio de uma perspectiva que é acima de tudo ecológica, buscando, nas interações, observar a manifestação da comunicação, olhando para a língua em relação às comunidades de falantes, pois há uma pressuposição recíproca entre o existir-vida-humana e o existir-língua (interação). Partindo de uma perspectiva que prima pela harmonização constante das relações, pensa-se na língua como o conjunto das interações, uma teia que se edifica no contato interpessoal e, como assegura Couto (2007), nasce, cresce e morre na conexão com o outro.

## ECO-REBEL

É Einer Haugen, porém, em 1972, quem funda as bases do que se chama nos dias de hoje de Ecolinguística por meio da publicação da obra “*The ecology of language*”. Couto (2007) afirma que esse é o texto que dá forma à Ecolinguística em seus moldes contemporâneos, pois define o que é a “ecologia da língua” enquanto “[...] estudo das relações entre qualquer língua dada e seu meio ambiente”. A fim de definir a noção de meio ambiente, Haugen estrutura uma visão que incorpora os âmbitos natural, social e psicológico, demonstrando que a cultura de um povo e o modo como se organiza numa rede de relações é que constitui o meio ambiente do qual se fala e sua dinâmica:

A definição de meio ambiente poderia levar alguém a pensar primeiramente no mundo referencial ao qual a língua proferia um índice. No entanto, isso não é o meio ambiente da língua, mas de seu léxico e gramática. O verdadeiro meio ambiente da língua é a sociedade que a usa como um de seus códigos. A língua existe somente nas mentes de seus usuários, e só funciona relacionando esses usuários uns aos outros e à natureza, isto é, seu meio ambiente social e natural. Parte de sua ecologia é, portanto, psicológica: sua interação com outras línguas nas mentes de falantes bilíngues ou multilíngues. Outra parte de sua ecologia é sociológica: suas interações com a sociedade na qual funciona como um meio de comunicação. A ecologia da linguagem é determinada primordialmente pelo povo que a aprende, usa e transmite a outros (HAUGEN, 2016, p. 58).

Haugen (2016) demonstra como a mente individual se entrelaça num conjunto complexo de redes que dão forma à sociedade, entendida como a conexão com o outro, proporcionando a produção de sentidos em meio aos organismos e ao espaço físico que os envolve. Dessa forma, desenvolve-se uma cisão em relação à visão estruturalista que se debruça sobre aspectos estruturais da língua, enfatizando os processos psíquicos e sociais que são parte inerente da interação comunicativa.

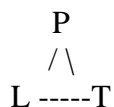
O que deve ficar mais claro é que o principal foco da ecologia da linguagem não é o ambiente físico e social ou mesmo a cultura, mas o povo que movimenta uma língua, que vive num ambiente físico e social e que dinamiza e transforma uma cultura.

Couto (2007) define a Ecolinguística como “o estudo das relações entre língua e meio ambiente”, demonstrando seus aspectos multidisciplinares, excedendo os limites dos estudos ambientais e tomando como foco o estudo das várias linguagens inseridas em ecossistemas linguísticos antropogênicos. A noção de meio ambiente é entendida como o lócus em que acontece a interação comunicativa.

## ECO-REBEL

Entende-se a Ecologia enquanto a ciência que estuda as interações entre os seres vivos num ecossistema. Partindo desse pressuposto, podem-se conceber as relações humanas como constituintes de um ecossistema linguístico baseado na capacidade de comunicação por meio de uma língua. De acordo com Couto (2009), ao fazer apontamentos basilares para a fundamentação da Ecolinguística, as interações em meio ao ecossistema da língua podem se apresentar enquanto relação organismo-mundo, em que se criam representações do meio ambiente que envolve uma comunidade de indivíduos, numa dinâmica de referenciação, ou enquanto relação organismo-organismo, da qual decorre a comunicação, como produção de sentidos entre interlocutores. Para que esse ecossistema linguístico tome forma efetivamente, é necessário que três elementos existam e se conectem, são eles: língua, população e território.

Segundo Couto (2007), o ecossistema linguístico só é possível numa realidade em que um povo (P), vivendo em um território (T), interaja por meio de uma língua (L). Para explicar essa dinâmica de forma didática, o autor concebe a seguinte representação:



Ao elaborar o triângulo do ecossistema linguístico, Couto (2007) esclarece que, a relação entre língua e território é indireta, por isso, a linha pontilhada os liga, sendo conectados por meio da população que se comunica num meio ambiente e sobre ele.

O ecossistema linguístico é entendido ainda como ecossistema integral da língua, na medida em que integra três instâncias da realidade para que possa tomar forma: a instância natural/física, em que se desenvolvem as relações físicas, corpóreas; a instância mental, em que se estabelecem os processos psíquicos e a capacidade de simbolizar o mundo; e a instância social, em que se assumem certas identidades e se criam relações hierárquicas, ordenando a sociedade e seus valores. A relação entre essas esferas dá forma ao ecossistema linguístico em sua integralidade, sendo indissociáveis na interação comunicativa prototípica, ou seja, na interação face a face.

Dentro do espectro da Ecolinguística, a teoria sistêmica se insere na concepção de ecossistema linguístico, na medida em que integra as partes que compõem o todo e que estão dispersas em outras visões de mundo que não a ecológica. Retomam-se os elementos que fazem parte do conjunto total do ecossistema e delineiam-se suas relações como uma rede que possibilita

a interação comunicativa enquanto fenômeno natural do próprio ecossistema linguístico, estando subordinado às regras interacionais que permitem criar sentido no contato com o outro por meio da comunicação.

Apesar de existirem regras gerais que regularizam as interações, é necessário salientar que cada interação num ecossistema linguístico é singular, dada a diversidade e a complexidade desse sistema. O fato de a interação estar inserida num ambiente que contém regularidades não cria uma dinâmica de regulação baseada na repetição dos eventos comunicativos. Pelo contrário, as regras instauradas pelas regularidades apenas orientam princípios para a comunicação, estabelecendo certos processos interacionais que estão atrelados à cultura de um povo e aos modos como, na conversação, compartilham-se sentidos.

### **0.3 Sociolinguística qualitativa e ecolinguística: intersecções e singularidades**

A fim de entender as afinidades epistemológicas entre a sociolinguística qualitativa e a ecolinguística, parte-se do olhar para a língua/linguagem enquanto prática social, como parte das relações humanas em comunidade, comparam-se perspectivas teóricas e categorias conceituais para que se possa perceber em que pontos confluem e em que pontos se dissociam.

A princípio, retoma-se a noção de ecossistema linguístico, como já mencionada, para que se possa utilizá-la como lastro para as duas perspectivas teóricas aqui comparadas. A ecolinguística, como propõe Couto (2015), recorta ecossistemas linguísticos para que possa estudá-los, delimitando-os ao triangular um povo, que vive em um mesmo território e interage por meio de uma língua/linguagem específica, o que pode se dar em uma esfera macro (um estado, uma região, ou um país) ou microscópica (uma interação comunicativa entre dois interagentes). Dessa forma, dois tipos de interação são possíveis. A primeira delas é a interação entre organismo e mundo, que se encontra no âmbito da significação ou referenciação, a segunda é a interação entre os próprios organismos, que se insere no âmbito da comunicação. Nas duas esferas da interação pode-se observar componentes físicos, mentais e sociais que contribuem para a constituição do indivíduo enquanto parte de um fluxo interacional, ou seja, na alternância de posições entre falante e ouvinte que, segundo Couto (2013), constroem dialogicamente o contato, na busca por harmonizar<sup>1</sup> a interação com o objetivo de manter a conexão entre um EU e um TU.

---

<sup>1</sup> A desarmonia também é prevista pela ecolinguística. Ela se faz ver em situações de altercação, desentendimentos e confrontações, mas não reflete a interação comunicativa prototípica, tendendo à descomunhão, ou seja, a afastar os indivíduos que estão se relacionando via língua/linguagem.

## ECO-REBEL

Se por um lado a ecolinguística vê a interação comunicativa como um fluxo natural desenvolvido por interlocutores em busca de harmonizar suas relações, por outro lado a sociolinguística qualitativa, com base nas premissas da sociolinguística interacional, percebe a língua/linguagem como ação estratégica, desenvolvida, modelada e constantemente reorganizada. Ou seja, o uso constrói o espaço da interação, o que vai de encontro aos princípios da ecolinguística, contrapondo, porém, as noções de falante e ouvinte, por vê-las como papéis estáticos que não refletem a dinâmica da interação e os papéis dos atores sociais envolvidos, que mobilizam discursos em função de se apropriarem de identidades no momento da interação.

Essas constatações iniciais não refletem, no entanto, a complexidade das duas teorias, mas seus pontos de vista em relação à dinâmica do fluxo interacional. O falante e o ouvinte, para Couto (2007), são formas de simplificar a nomeação dos participantes da interação, mas não são estanques nesses papéis, são indivíduos complexos que mobilizam diferentes linguagens a fim de produzirem sentidos em interações com outros indivíduos. Dessa forma, a língua, na perspectiva ecolinguística, é definida como uma forma de interação, não podendo ser reificada como se fosse um instrumento para que a interação aconteça. Nesse sentido, a língua/linguagem, na ecolinguística, pode ser definida como um sistema constituído por uma série de subsistemas (da fala, da escrita, sinestésicos, paralinguísticos, entre outros) que se dinamizam, se constroem e se modificam na interação, conectando indivíduos de um ecossistema linguístico.

Assim sendo, a ecolinguística levará em consideração, para além do código da língua, o estilo, as oscilações da fala, o tempo, a entonação, o tom, a ação, a dinâmica do dizer como um todo, tratando esses elementos como parte natural do fluxo interacional. Por outro lado, a sociolinguística não percebe os elementos proxêmicos e paralinguísticos como partes de uma mesma ação interacional, tratando-os como aparatos complementares que possibilitam aos atores sociais produzirem certos sentidos.

Para Gumperz (2001), os elementos paralinguísticos se encontram no âmbito das pistas contextuais, já explicitadas anteriormente. Essas pistas atuam como indicadores dentro das interações para que os atores se alinhem uns em relação aos outros, sendo compartilhadas pelo grupo social e possibilitando que façam inferências ou que facilitem a reprodução do que querem dizer. Elas podem ser pistas linguísticas, não vocais, paralinguísticas ou prosódicas. A separação dessas categorias permite ao pesquisador que atua no campo da sociolinguística qualitativa isolar uma estratégia contextual e estudá-la individualmente, de acordo com a sua relevância nos dados

## ECO-REBEL

que emergem num certo contexto, o que para a ecolinguística não é possível, na medida em que as linguagens mobilizadas em uma interação devem ser observadas como um conjunto que não se dissocia.

A noção de “face” dentro da sociolinguística qualitativa se faz importante na reflexão sobre o aspecto da polidez (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006), ou seja, das práticas utilizadas pelos atores sociais para manter a harmonia na interação e para preservar a visão positiva construída publicamente no desenvolvimento de suas práticas verbais e não verbais. Para Goffman (2002), a face deve ser monitorada a todo tempo com o intuito de transparecer aos interlocutores um modo de ser, refletindo certas identidades em detrimento de outras e adaptando constantemente o comportamento do ator social ao contexto.

Na ecolinguística, as categorias da sociolinguística qualitativa acima discutidas são observadas dentro do evento comunicativo, estando atreladas ao fluxo interacional. Para entender e estudar esse fluxo, apoia-se numa lista de itens propostos por Couto (2013) que dão forma às regras interacionais constitutivas de uma interação comunicativa prototípica (proximidade, direcionamento físico dos interlocutores, direcionamento do olhar, reciprocidade, harmonização, tonalidade, respeito ao turno alheio, reiteração do interesse no que é dito, uso de certas normas linguísticas em detrimento de outras). A fim de entender essa dinâmica no complexo relacional do ecossistema linguístico, Couto (2007) desenvolveu a ecologia da interação comunicativa (EIC), objetivando destrinchar as peculiaridades do evento comunicativo a partir de suas regras interacionais, enquanto regularidades associadas diretamente à cultura de uma comunidade, que estabelecem e refletem valores nos modos de interagir e permitem compartilhar sentidos de forma inteligível. Além disso, um dos focos da Ecolinguística está, especificamente, nas regras sistêmicas, que são parte das regras interacionais e refletem as normas que conduzem os usos da língua em uma comunidade.

A EIC é vista, por isso, como o cerne da linguagem, em razão de abarcar os modos de interagir comunicativamente dos interagentes e a produção e compartilhamento de sentidos que dela decorrem, sempre levando em consideração sua pertença a um ecossistema linguístico que se divide em diferentes âmbitos da realidade.

Tanto o estudo da EIC, na ecolinguística, quanto a etnografia da comunicação, de Hymes, demandam um olhar que focalize as interações na prática, sendo o pesquisador um agente ativo e participativo da pesquisa, em contato com a realidade que estuda, sem abstraí-la, para que consiga

## ECO-REBEL

entender os elementos que compõem a cultura, a história e os modos de interagir comunicativamente de um povo.

Portanto, nota-se que as categorias de análise da sociolinguística qualitativa se encontram, em parte, nas regras interacionais mobilizadas pela linguística ecossistêmica e atuam como regularidades que têm validade para as interações comunicativas de forma geral (COUTO, 2013), o que não impossibilita a existência de regras específicas que são dependentes do contexto em que se desenvolve a interação.

O que guia as interações comunicativas nos dois domínios do saber demarca uma diferença significativa entre a sociolinguística qualitativa e a ecolinguística. Enquanto a primeira se centra no contexto em que a interação acontece, levando em consideração aspectos culturais, históricos, empíricos e sociais na produção dos sentidos e dos comportamentos dos atores que modelam o diálogo em processo, a segunda tem como foco os indivíduos em interação e o modo como a dinamizam por meio de solicitações e satisfações que determinam como o fluxo interacional se desenvolve, a depender do estabelecimento e da manutenção de um ambiente comunal por meio da articulação das regras interacionais. É necessário dizer que as regras interacionais gerais servem de lastro para que se possa aferir as dissonâncias em interações comunicativas específicas, entendendo-as não como desvios, mas como possibilidades de relações não previstas.

Os conceitos de *frame* e *footing* não são contemplados pela ecolinguística. Em outras palavras, a ecolinguística não se atenta para os enquadres (*frames*) de interpretação das mensagens, ou seja, para as formas de interpretar por meio do contexto situacional que é dado pelos aspectos verbais e não verbais que permeiam uma interação. Além disso, não se atenta para os alinhamentos (*footing*), que seriam efeitos resultantes dos enquadres nos interagentes, que assumem determinada postura em relação ao Outro, à sua face e ao discurso que mobiliza, gerenciando a interação (GOFFMAN, 2002).

Mesmo que não seja possível comparar todos os aspectos dos dois domínios do saber, contrapuseram-se o que se elegeu como os principais tópicos a serem comparados entre as duas teorias, permitindo vislumbrar, mesmo que brevemente, suas confluências e singularidades, a fim de entender distanciamentos e aproximações existentes entre as duas bases epistemológicas.

Partindo do que foi discutido até aqui, apresenta-se na próxima seção uma pequena introdução sobre a interação comunicativa virtualizada, a fim de preparar o caminho para que o leitor adentre a aplicação prática na seção seguinte.



## **1. DO CHÃO ÀS NUVENS: A VIRTUALIZAÇÃO DA INTERAÇÃO COMUNICATIVA**

Existem diferentes tipos de interação comunicativa e eles devem ser levados em consideração no momento de desenvolvimento de um estudo no campo da ecolinguística ou da sociolinguística qualitativa, pois modificam drasticamente os modos de interagir. A descrição das características de uma interação comunicativa é fundamental para entender a qual tipo de interação ela pertence. A forma mais prototípica de interação é a interação comunicativa face a face, em que falante e ouvinte são intercambiáveis e dialogam num mesmo espaço e num mesmo tempo, mobilizando para tanto diversas regras interacionais que permitem produzir sentidos e manter a comunicação. Distanciando-se desse padrão comunicativo, encontra-se a interação comunicativa virtual, que se baseia nos princípios de desterritorialização e de virtualização das interações. Sendo assim, o território enquanto espaço físico é eliminado e dá lugar a um complexo interacional virtual. Forma-se um simulacro virtual, estruturado como uma projeção de uma realidade diferente do mundo físico, em que os falantes se constituem em avatares criados por eles mesmos. A virtualidade ainda permite criar um espaço em que as verdades produzidas e os modos de agir e interagir são próprios da interação comunicativa virtual e estão limitados às ferramentas disponibilizadas pela rede social digital que liga os usuários.

Bortoni-Ricardo (2014) afirma que, enquanto a macrosociolinguística se ocupa de grandes levantamentos, abrangendo questões mais gerais, como classe, faixa etária, gênero, nacionalidade, escolaridade, história de uma língua, seus domínios, grau de letramento, políticas públicas e educacionais em relação à língua e todos os âmbitos que permeiam uma macroanálise social, a microsociolinguística se encarrega do que é deixado à parte, ou seja, das interações sociais, configurando um universo microanalítico da realidade social, em que devem ser levadas em consideração todas as regularidades que direcionam o que pode ou não ser feito ou dito, englobando formas de dizer, formas de se posicionar, gesticular, expressar emoções por meio da face, manter certa distância, etc. São também levadas em consideração as características do evento comunicativo, como posições sociais ocupadas pelos participantes e caráter da interação (pessoal ou transacional). Esses itens foram tratados por Goffman como estruturas gramaticais das interações e são fortemente desenvolvidos dentro do campo da sociolinguística interacional, estando localizados nos estudos reproduzidos no âmbito da microsociolinguística. Assim sendo, justifica-se aliar os estudos ecolinguísticos aos estudos microsociolinguísticos em função de

entender a dinâmica das interações comunicativas nas redes sociais digitais, a fim de demonstrar as afinidades entre as duas teorias mobilizadas aqui.

Na medida em que surgiram, no fim do século XX e no início do século XXI, tecnologias da comunicação e da informação capazes de conectar pessoas em diferentes tempos e espaços, tomou forma um novo modo de comunicação, um nível diferente no qual a interação comunicativa acontece, produzindo uma abstração em relação ao espaço físico. A ruptura estabelecida no ecossistema linguístico é derivada de um processo de desterritorialização, que provoca uma quebra nesse ecossistema ao excluir do triângulo um de seus elementos fundamentais, o território, retirando, por consequência, a instância física de sua integralidade, ou seja, extraindo as relações físicas e corpóreas presentes nas interações entre organismo-organismo e organismo-mundo. Apesar de desestruturar o ecossistema linguístico, a interação comunicativa não é impedida, sendo estabelecida em redes sociais digitais por meio de ferramentas interacionais, que permitem emular aspectos físicos num ambiente virtual, compensando sua ausência. Por consequência, a interação comunicativa virtual pode ser entendida como um modo abstrato de interação, uma maneira de se comunicar que pode ser estudada pela ecolinguística e pela sociolinguística qualitativa por meio da comparação entre o nível mais prototípico de interação linguística (face a face) e o afastamento em relação a ele. Desse modo, a interação comunicativa virtual pode ser vista como uma extensão de diversos ecossistemas ou comunidades de fala, criada para conectá-los num ambiente virtual.

Toma forma, portanto, um modelo comunicacional que se distancia do que é prototípico (interação comunicativa face a face), tendendo a afastar os indivíduos em interação, na medida em que eles não precisam se encontrar no mesmo lugar ou no mesmo tempo de fala.

A partir do exposto, pretende-se, na próxima seção, apresentar uma aplicação prática que exemplifique a relação possível entre a ecolinguística e a sociolinguística qualitativa, trazendo categorias que auxiliem na interpretação daquilo que os dados evidenciam. Por ser um exemplo e não o centro deste trabalho, os conceitos não foram mobilizados em toda a sua profundidade e a análise não se realizou de maneira extensiva, mas de forma representativa para que se possa enxergar na prática o que se constatou na teoria.

## **2. O SAGRADO EM PIXELS: A VIRTUALIZAÇÃO DAS PRÁTICAS RELIGIOSAS**

De acordo com Bortoni-Ricardo (2014), as redes sociais são formadas por grupos de pessoas que contêm qualquer tipo de vínculo, demarcando socialmente sua posição enquanto

## ECO-REBEL

unidade em oposição a outros grupos e, em razão disso, produzindo identidades. Essas redes podem apresentar tessitura miúda, em que há maior frequência na interação de um conjunto de pessoas, potencializando a regularização de normas específicas dentro do grupo, mas podem ser também redes de tessitura larga, quando o grau de interação entre os integrantes do grupo é menor, fazendo com que as normas variem com mais intensidade. Esse conceito é utilizado na sociolinguística para aprimorar a definição de comunidade de fala, podendo focar grupos específicos relacionados em rede e observar a dinâmica da manutenção e da mudança de certas regras linguísticas. Esse processo pode ser decorrente da acomodação, que demanda ajustes da fala para que o indivíduo se adeque ao seu interlocutor, em um movimento de convergência (a divergência também pode ocorrer, quando o falante marca sua identidade em oposição aos demais). Sendo assim, o falante se adequa a regras que acredita serem seguidas por todos que o cercam, tornando-o parte da rede social. Essa dinâmica é decorrente da identificação e da aproximação em relação a grupos de referência que obedecem certas normas, tornando-se referencial. É importante lembrar que as redes sociais, em geral, não são exclusivas nem estanques, elas são móveis e se sobrepõem, na medida em que falantes participam de diferentes redes sociais e transitam por elas.

Todos os princípios explicitados por Bortoni-Ricardo (2014) em relação às redes sociais são refletidos nas redes sociais digitais, porém, os fluxos interacionais se tornam mais dinâmicos e mais velozes, pois se encontram desterritorializados e virtualizados, abrindo espaço para a maleabilidade espaço-temporal nas interações comunicativas entre os usuários. Dessa forma, em um primeiro plano, observa-se a importância do território físico, do qual o corpo faz parte, para a existência de um ecossistema antropogênico, já que sua ausência conduz diretamente a uma mudança drástica nos modos de interagir e à necessidade de se desenvolverem novas mecânicas e ferramentas num espaço em que o indivíduo se encontra projetado como avatar, conduzindo, principalmente, à reformulação na esfera das regras interacionais, que precisam ser reconstituídas para suprir a ausência corpórea e emular da melhor forma possível a interação comunicativa prototípica, a fim de manter e expandir as redes sociais, que passam a se dispersar no tempo e no espaço.

Para esta análise, tomou-se como enfoque a rede social digital *Facebook*, que é considerada, atualmente, a mais utilizada em todo o mundo, tendo por objetivo conectar usuários e propiciar o compartilhamento de informações em grande escala, construindo assim um espaço

## ECO-REBEL

social expandido na vida dos atores, culminando na produção de novos comportamentos que têm implicações políticas, sociais e emocionais. Um dos enfoques do *Facebook* é a conversação, trazendo ferramentas de texto para que os usuários possam interagir e adicionando outras ferramentas para possibilitar a produção de sentidos que só seriam possíveis por meio de elementos proxêmicos e paralinguísticos, por exemplo. É o caso do botão para reagir a publicações, do botão para compartilhar postagens, dos gifs animados, dos memes, enfim, de elementos multimodais que suprem a ausência do corpo num movimento de transposição da realidade física para a realidade digital, que tende a produzir novas convenções sociais. Pensando na noção de regras interacionais, formulou-se o conceito de ferramentas interacionais, enquanto o conjunto de instrumentos disponibilizados por uma rede social digital para que os usuários possam interagir comunicativamente, regendo os fluxos interacionais e os atos de interação comunicativa virtuais, atuando regularmente dentro do ambiente virtual e produzindo diferentes sentidos.

A dinâmica sistêmica que perpassa os grupos sociais no ambiente virtual conduz à reconstrução e adaptação constante dos sentidos. De acordo com Habermas (1984), as redes sociais digitais se configuram como esferas públicas da interação, em razão de propiciar um espaço comum, democrático e aberto à participação, produzindo uma integração entre a vida, as atividades que nela se desenvolvem e as redes digitais. Constitui-se, assim, uma rede interacional complexa, composta por indivíduos que incorporam avatares e se projetam num ambiente virtual para que possam interagir, simulando consciências, dando forma a um simulacro.

Nesta análise, toma-se como objeto a transposição das práticas religiosas cristãs da realidade física para a realidade digital, buscando evidenciar como esse movimento modifica a religiosidade, entendida enquanto relação com algo transcendental, que demarca identidades e constitui a face dos atores sociais. Optou-se por focalizar o cristianismo em detrimento de outras religiões em função de ser a vertente religiosa mais difundida no Brasil e, por isso, ser mais representativa e produtiva diante do presente escopo.

Para alcançar tais objetivos, partiu-se de uma proposta metodológica que tem como base as abordagens da sociolinguística qualitativa e da ecolinguística, constituindo um estudo empírico, em que inicialmente se desenvolveu uma espécie de etnografia virtual, observando diariamente durante duas semanas a utilização de ferramentas interacionais do *Facebook* que tivessem como foco a expressão da religiosidade materializada em práticas religiosas cotidianas. Oito indivíduos e duas páginas que não identificam autoria foram observados. Selecionaram-se exemplos

## ECO-REBEL

representativos desses comportamentos, focalizando os usos variados das ferramentas interacionais dispostas na rede social digital. Dentre as características dos usuários que mais se destacaram, a participação majoritária das mulheres em postagens de cunho religioso é o dado que possui maior evidência e que talvez esteja atrelado à necessidade conservadora de proteção da face feminina imposta por uma sociedade marcada pela desigualdade de gênero, que demanda das mulheres uma postura de apagamento/abdicação em relação aos prazeres da vida e dedicação a uma vida ascética de pureza que lhe confira valor positivo na sociedade.

Na primeira postagem a ser analisada, nota-se o uso da linguagem multimodal, incluindo a linguagem verbal escrita, a imagem de fundo e a iconicidade, para expressar uma série de sentidos. Esses recursos são predominantes em postagens de páginas de cunho religioso que, conseqüentemente, são altamente compartilhadas por fiéis. A página Poderoso Deus segue a vertente protestante do cristianismo e se debruça no compartilhamento de pensamentos e reflexões sobre a religiosidade.



**Figura 1.** Exemplo de prática religiosa no *Facebook*

Inicialmente, identificam-se os elementos que compõem a interação, sendo o primeiro deles a imagem de fundo, que mobiliza e convida os usuários que curtem a página a interagir comunicativamente na postagem. A imagem toma conta da maior parte da tela e apela para a emoção e para o asceticismo inerentes aos princípios do cristianismo, trazendo a figura de Jesus

## ECO-REBEL

em sofrimento, coroado de espinhos, em que predominam os tons de preto e branco que causam uma sensação melancólica, quebrada apenas por um mancha vermelha no canto inferior direito da imagem, que é uma cor associada simbolicamente ao amor e ao sacrifício. Essas cores se projetam nos ícones presentes no enunciado de forma coerente, associando a morte de Jesus (cruz) ao sacrifício e o coração ao amor, enquanto o sinal de igual é utilizado para criar uma relação de pressuposição entre o sacrifício de Jesus e o amor. Esse sentido é reforçado pelos dizeres que seguem e que atestam que “o amor é Alguém”, nesse caso, o próprio Jesus. Essa inferência é dada a partir do *frame* em que a postagem é compartilhada, sendo a autoria da postagem associada a uma página que tem como enfoque a religiosidade cristã e os elementos que constituem o enunciado, reforçando esse sentido.

Algo que se destaca em publicações desse tipo e que se prolifera nas comunidades de fala cristãs estabelecidas nas redes sociais digitais é a solicitação de curtidas e compartilhamentos como forma de legitimação da crença ou da ligação com o sagrado, substituindo as orações ou a prática de rezar. O número de curtidas e compartilhamentos, como se pode verificar na figura 1, é sempre maior do que o número de comentários. Esse fato demonstra que, demarcar a face do usuário por meio de identidades construídas com base em postagens compartilhadas no perfil pessoal é uma atitude constante e a interação comunicativa em grupos sociais cristãos parece se centrar em dizeres de legitimação da face.

Ao curtir, o usuário passa a interagir no fluxo interacional sem utilizar palavras, apenas demonstrando sua reação diante do que foi postado. Na figura 1, os usuários reagiram de duas formas, utilizando o botão padrão “curtir” e o botão “amei”, o que demonstra uma relação harmoniosa dentro da comunidade, pois existem ainda as opções: “Haha”, uma reação a postagens cômicas; “Uau”, uma reação de surpresa; “Triste”, uma reação de tristeza; e “Grr”, uma reação de raiva ou indignação diante da postagem. O que se nota é que a ferramenta interacional “curtir” é uma maneira de dar visibilidade a quem curte, demonstrando seus sentimentos em relação ao que é exposto nas redes sociais digitais e demarcando, assim, sua face, além de confirmar o recebimento da mensagem e, no caso das práticas religiosas, reafirmar sua fé.

Curtir uma postagem é uma forma de constituir a face e, ao mesmo tempo, de protegê-la, na medida em que o enunciado não é produzido pelo usuário que curte, mas por um terceiro. Ele apenas ratifica o que é dito e toma parte de acordo com a sua reação, legitimando, por consequência a face alheia, criando uma teia de relações que fundamenta a existência de uma comunidade virtual.

## ECO-REBEL

O estabelecimento de uma comunidade virtual por meio dessas interações, por um lado, os separa de outras comunidades, tornando-os únicos e, por outro lado, unifica, aglomerando os usuários como um grupo, mesmo que não interajam diretamente entre si. Essa dinâmica emerge nas redes sociais na medida em que se configuram como espaços públicos, em que os usuários coexistem, demarcam identidades e pertencimento. Ao curtir comentários, como se verifica na figura 1, os usuários apoiam e demonstram concordância em relação ao que é dito pelo outro, sem que precisem dizer novamente.

O compartilhamento das postagens é uma das ferramentas interacionais mais utilizadas e possui um valor diferente do ato de curtir. O usuário parece tomar para si o dizer, principalmente em relação a práticas religiosas, é como se ele não só respondesse ao que é dito por outro, mas enunciasse de fato, dando visibilidade ao que foi postado, principalmente se a postagem reforça a face que o usuário constrói para si. Dessa forma, o ator social tem a possibilidade de aferir a aceitação positiva ou negativa de sua face de forma material e objetiva, pois o número de curtidas, os tipos de reações em suas postagens e o número de compartilhamentos atestam status social e relevância em relação ao enunciado.

Por último e não menos importante, a ferramenta interacional de comentários utiliza a linguagem verbal para estabelecer uma interação e desenvolver, de fato, um fluxo conversacional entre os usuários. Os comentários são transmitidos ao autor da postagem e a uma audiência invisível, podendo ser públicos, abertos a todos os usuários do *Facebook*, restritos aos contatos de quem realizou a postagem ou exclusivos a um número limitado de pessoas selecionadas pelo autor da postagem. O comentário demanda maior esforço e elaboração por parte de quem diz, promovendo a dinamização do fluxo interacional, como se nota na figura 2.



Figura 2. Exemplo de fluxo interacional nos comentários

Na figura 2, a postagem foi compartilhada num perfil particular e teve maior repercussão nos comentários, ou seja, um número maior de usuários se engajou a fim de responder ao que estava dito no enunciado. Essa postagem, especificamente, reflete outra prática religiosa regular em comunidades de fala cristãs, que é o compartilhamento de trechos bíblicos acompanhados de uma imagem composta por símbolos revigorantes, que refletem tranquilidade, e de uma saudação. Nota-se que a autora se dá ao trabalho de evidenciar sua própria voz fora da postagem, apesar de ecoar os sentidos que perpassam a imagem, essa reiteração demarca a face da usuária como indivíduo religioso, cristão e parte relevante da comunidade, já que possui um nível elevado de curtidas e compartilhamentos em suas postagens.

Ao se engajar num comentário, o usuário aumenta o risco para a sua face, na medida em que toma a autoria do enunciado para si, não sendo apenas um eco do que foi dito por um ator pressuposto, correndo o risco de que seu comentário, por meio de um compartilhamento, acabe se distanciando vertiginosamente do *frame* original da conversação e seja distorcido.

Ao observar os comentários da figura 2, percebe-se que os usuários tendem a responder à solicitação mesmo que não tenha sido direcionada diretamente a eles, podendo retribuir a saudação, o que indica uma relação de cordialidade, respondendo por meio de uma prática religiosa como o uso de “amém”, a fim de legitimar o senso de pertencimento à comunidade cristã por meio de dizeres convencionais e, por último, respondendo de forma elaborada, como no caso de João,



que reage à saudação, correspondendo-a, deseja benesses à autora da postagem e ainda evoca um terceiro ator para o fluxo interacional, marcando-o na postagem e incluindo-o no diálogo.

O que se pode notar, portanto, é que as relações humanas se adaptam as redes sociais digitais, o que inclui a religiosidade e sua materialização na forma de práticas religiosas, que se virtualizam e ganham novos sentidos, levando à constituição de novos comportamentos. Além das páginas de cunho religioso, já existem igrejas virtuais, sites que jogam búzios online e grupos religiosos fechados, o que evidencia como os espaços digitais se tornaram uma extensão dos espaços públicos físicos. Apesar de estarem num outro nível de interação comunicativa, as redes sociais digitais têm grande influência sobre a movimentação do ecossistema linguístico, sua dinâmica reestrutura as relações sociais e modifica aspectos da vida em todos os seus níveis.

### **Considerações finais**

O estudo aqui proposto intenciona ser uma abertura para a relação prolífica entre a sociolinguística qualitativa e a ecolinguística, tendo como foco demonstrar suas confluências e singularidades. É necessário lembrar que a ecolinguística tem, em parte, suas raízes na própria sociolinguística, que é uma teoria com muito mais tempo de maturação e desenvolvimento. Nota-se que os dois domínios do saber trabalham, muitas vezes, com as mesmas categorias, apesar de utilizarem nomenclaturas diferentes, excedendo a visão estanque de que os indivíduos têm posições fixas na interação comunicativa e estão restritos a um “eu” e a um “tu” pressupostos, escapando, assim das abstrações. As duas teorias se baseiam na análise prática para que possam observar os fenômenos da linguagem. A sociolinguística qualitativa coloca em foco os contextos interacionais, relacionando língua e sociedade, enquanto a ecolinguística se debruça sobre as interações comunicativas, dando foco às relações estabelecidas entre povo, língua e território, dentro de um ecossistema linguístico que é, ao mesmo tempo, físico, mental e social. Percebe-se, portanto, que, a sociolinguística qualitativa se debruça especificamente sobre a relação entre linguagem e sociedade, enquanto a ecolinguística atua num âmbito mais geral de investigação, olhando para o seu objeto em sua integralidade, de forma holística. Sendo assim, a sociolinguística se torna uma potencial aliada poderosa para trabalhar em conjunto com a ecolinguística.

Acredita-se no potencial de integração da ecolinguística e da sociolinguística qualitativa e espera-se que outros estudos venham a ser desenvolvidos entrecruzando as perspectivas social e ecológica, a fim de estudar a linguagem em suas diferentes formas e manifestações.

**Referências:**

BORTONI-RICARDO, S. M. **Manual de Sociolinguística**. 1. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

COUTO, H. H. **Ecolinguística**: estudo das relações entre língua e meio ambiente. Brasília: Thesaurus, 2007.

\_\_\_\_\_. **Linguística, Ecologia e Ecolinguística**: contato de línguas. São Paulo: Contexto, 2009.

\_\_\_\_\_. O que vem a ser ecolinguística, afinal? In: **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, v. 14, n. 1. 2013.

\_\_\_\_\_. Linguística Ecolinguística. **Ecolinguística: Revista Brasileira de Ecologia e Linguagem (ECO-REBEL)**. v. 1, n. 1. 2015. pp. 47-81. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/erbel/article/view/9967>> Acesso em 21 de setembro de 2019.

GOFFMAN, E. **Sociolinguística interacional**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

GUMPERZ, J. J. **Interactional Sociolinguistics**: A Personal Perspective. 2001.

HABERMAS, J. **The theory of communicative action. Vol 1. Reason and the rationalization of society**. Boston, Beacon Press, 1984.

HAUGEN, E. Ecologia da linguagem. In: COUTO, E.N.; ARAÚJO, G.; ALBUQUERQUE, D. (org). **O Paradigma ecológico para as ciências da linguagem**: ensaios ecolinguísticos clássicos e contemporâneos. Goiânia: Editora UFG, 2016.

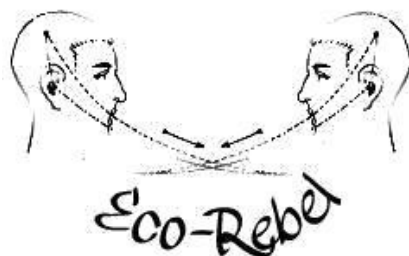
HYMES, D. On communicative competence. In: PRIDE, J. B. HOLMES, J. **Sociolinguistics**. London, Penguin, 1972.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. **Análise da Conversação**. Princípios e Métodos. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

MIKLOS, J. O sagrado nas redes virtuais: a experiência religiosa na era das conexões – entre o midiático e o religioso. In: BELLOTTI, K. K.; CUNHA, M. N. (Orgs.) **Mídia, Religião e Cultura**: percepções e tendências em perspectiva global. Curitiba: Editora Prisma, 2016.

MUSSALIM, F. & BENTES, A. C. **Introdução à Linguística**: domínios e fronteiras. Vol. 1. São Paulo: Contexto, 2006.

Aceito em 21/09/2019.



## **PERSPECTIVA ECOLÓGICO-DISCURSIVA DE UMA ÉTICA RESPONSÁVEL DA HUMANIDADE PARA COM SEU ECOSISTEMA**

Samuel de Sousa Silva (Universidade Federal de Goiás/NELIM)

**Abstract:** In this article we depart from a scientific-philosophical paradigm according to which research must not be exclusively about objects but about inter-relations (COUTO, 2007); we show that the present ecological crisis is a relational crisis. We propose an ecological ethics, a new set of principles of these inter-relations can be seen among the various parts of the ecosystem that promote some restoration of healthy studies of planet Earth. They are the Derrida's deconstructionist perspective, and the biblical concept of domain according to *Genesis 2* from which the Western concept of propriety originated. "foster" and "take care" are intimately associated to "dominion". The very fact that we are the dominant species oblige us to bring this ethics about. Departing from the founding texts of Western society an ethics of care, we have the practice of "keeping" and "fostering". These must be the regulating principle of all human inter-relations with the ecosystem, including the Earth. This ethics of care must be enjoyed in its entirety due to our technological advances that made of us the species able, and with the means available, to put this exercise in practice.

**Key words:** Ethics of care. Deconstruction. Responsibility. Foster.

**Resumo:** Nesse artigo, partimos do novo paradigma filosófico-científico no qual o pesquisador não deve mais se ater a um objeto, mas a uma rede de relações (Couto 2007), e demonstramos que a atual crise ecológica do planeta terra é uma crise relacional. Propomos uma ética ecológica, um novo paradigma de princípios reguladores dessas inter-relações entre os vários integrantes desse ecossistema que promovam efeitos de restauração nos estados saudáveis do planeta terra. Propomos uma perspectiva desconstrucionista de Derrida, do conceito bíblico de domínio em *Genesis 2*, que deu origem ao conceito ocidental de propriedade. O "cultivar" e o "guardar" são ações complementares do "domínio". O próprio fato de sermos essa espécie dominante obriga-nos a promover essa ética do cuidado pelo cultivar e guardar. Propomos, a partir de uma releitura dos textos fundantes da sociedade ocidental, uma ética do cuidado, vivenciada de forma prática por ações de "guardar" e "cultivar", como princípio regulador de todas as relações humanas com os

## ECO-REBEL

ecossistemas nos quais a humanidade se insere, sendo o maior deles, o nosso planeta terra. Essa ética do cuidado deve ser vivida em sua totalidade devido a nossos avanços tecnológicos, que colocaram como a espécie capacitada e com os meios disponíveis para exercer esse cuidado.

**Palavras-chave:** Ética do cuidado. Desconstrução. Responsabilidade. Cultivar

### 1. Introdução

Segundo as definições iniciais de Couto (2007) sobre a constituição epistemológica da Ecolinguística, essa heurística não se configura simplesmente como uma nova disciplina da Linguística, mas atualiza a própria linguística ao novo espírito científico inaugurado nas ciências pela teoria da relatividade. Perspectiva a partir da qual o olhar para os objetos de análise transformou-se do habitual foco nos elementos particulares de um fenômeno para um olhar mais panorâmico, no qual se busca enxergar o todo e os princípios de harmonização e de constituição desse todo. Conforme afirma Capra, essa “mudança das partes para o todo também pode ser vista como uma mudança de objetos para relações” (*apud* COUTO, 2007, p. 30). Essa mudança de paradigma fica ainda mais explícita nas seguintes palavras de Couto:

“ao falar em mudança de paradigma, está pensando justamente em conexões, em interdependências, em que tudo estaria relacionado por uma rede que por sua vez, estaria relacionado à outra rede maior, até se chegar a uma imensa rede de relações” (Couto 2007, p. 30).

Nesse interim, Silva & Couto (2013) afirmam que essa revolução de paradigma científico levou a novos modos de se fazer ciência, segundo o qual o alvo da pesquisa não pode mais ser um objeto específico, mas sim “uma teia de inter-relações que deve ser mapeada pelo pesquisador” (SILVA; COUTO, 2013, p. 119).

Nessa mesma linha, Antônio Damásio argumenta que a vida desde o seu estágio mais simples nos organismos unicelulares até seus estágios mais complexos nos organismos multicelulares, e da mesma forma no homem como um ser autoconsciente, consiste de interações químicas, biológicas e físicas e na eventual comunicação dos efeitos dessas interações ao próximo estágio dessa propagação da vida (DAMÁSIO, 2015). Segundo esse autor, a própria consciência humana pode ser definida nesses mesmos termos. Segundo ele:

“a consciência consiste em construir um conhecimento sobre dois fatos: um organismo está empenhado em relacionar-se com algum objeto, e o objeto nessa relação causa uma mudança no organismo” (DAMÁSIO, 2015, p.28).

## ECO-REBEL

Ou seja, os de vista apresentados acima compartilham de uma mesma matriz semântica, uma mesma tese que sustenta suas postulações: a vida em todas as suas dimensões; biológica, física, química, social e linguística (quando se refere à vida humana), consiste essencialmente de relações recíprocas entre os elementos constituintes de um todo ecossistêmico entre si, e entre o próprio ecossistema como um todo.

Diante disso; ao se verificar a grande crise ecológica enfrentada no nosso ecossistema fundamental que é o planeta terra, crise essa mais do que comprovada pelos principais pesquisadores das ciências ecológicas, podemos dizer que essa crise é antes de tudo uma **crise relacional**. De forma que as inter-relações estabelecidas entre os vários integrantes desse ecossistema, a partir dos modelos atuais, têm gerado efeitos nocivos que contribuem para a própria destruição desse ecossistema.

É nesse sentido que os ecologistas têm refletido e pensado em uma ética ecológica, um novo paradigma de princípios reguladores dessas inter-relações entre os vários integrantes desse ecossistema que promovam efeitos de restauração aos estados saudáveis do planeta terra.

Essa crise relacional que gerou tantos efeitos negativos no nosso ecossistema teve um grande responsável: a humanidade. Desde que a humanidade se tornou a espécie dominante neste planeta, e passou a, digamos, gerir o planeta por meio de sua tecnologia, os recursos disponíveis no planeta deixaram de ser suficientes para o alto consumo gerado pela própria produção tecnológica humana, e posteriormente agravou-se esse quadro pela filosofia de vida adotada por nossa espécie; denominada de consumismo.

No cerne dessa crise relacional entre a humanidade e o seu ecossistema, o planeta terra, está o conceito de propriedade que se tornou dominante na sociedade ocidental, em que o próprio ecossistema passou a estar a serviço do bem-estar da sociedade.

### **2. O conceito de propriedade ocidental: uma das causas discursivas centrais a crise ecológica.**

A ideia de propriedade, conforme as definições da sociedade ocidental é uma construção que nasce na relação do homem com o seu meio natural e o seu meio social, pois a necessidade de definição de um conceito de propriedade surge a partir do momento em que uma dada sociedade começa a regular os recursos naturais entre os seus membros, conferindo o direito de posse sobre alguns recursos a alguns de seus integrantes. Ou seja, esse conceito de propriedade já nasce tendo

## ECO-REBEL

como um dos seus pressupostos que esses recursos não são inesgotáveis, e, portanto, deveria se proteger os direitos de posse daqueles que têm contra as investidas dos que não têm.

Esse conceito de propriedade como conhecemos hoje na nossa cultura ocidental, e que é defendido nas nossas leis pelo direito, tem a sua conceituação mais definitiva e sistematizada no filósofo inglês John Locke. Esse conceito, por sua vez, tem a sua fundamentação em uma das matrizes filosóficas basilares da cultura ocidental, a bíblia hebraica, como o principal artefato cultural-religioso do povo judeu.

Na perspectiva ocidental de propriedade, conforme as sistematizações de Locke; tudo sobre o que o homem dedica seu trabalho passa a ser seu, pois o trabalho do homem é uma parte dele, assim como um braço ou uma perna, e a partir do momento em que o homem acrescenta seu trabalho a qualquer coisa da natureza, passa a ter direito sobre ela assim como ele tem direito sobre sua perna ou braço. Podemos observar essa ideia no seguinte trecho do segundo tratado do governo civil:

“(...) ainda que a terra e todas as criaturas inferiores pertençam em comum a todos os homens, cada um guarda a propriedade de sua própria pessoa; sobre esta ninguém tem qualquer direito, exceto ela. Podemos dizer que o trabalho de seu corpo e a obra produzida por suas mãos são propriedade sua. Sempre que ele tira um objeto do estado em que a natureza o colocou e deixou, mistura nisso o seu trabalho e a isso acrescenta algo que lhe pertence, por isso o tornando sua propriedade. Ao remover este objeto do estado comum em que a natureza o colocou, através do seu trabalho adiciona-lhe algo que exclui o direito comum dos outros homens” (LOCKE, 2001. p. 98).

Como podemos ver nessa citação, esse conceito de propriedade como uma espécie de direito natural do homem, direito esse que é uma extensão do direito do homem sobre o seu próprio corpo que, por meio do seu trabalho, estende esse direito sobre si para um direito sobre tudo que o cerca, Locke busca na bíblia hebraica (que corresponde ao antigo testamento da bíblia dos protestantes, já que a bíblia católica contém alguns livros e trechos, no seu antigo testamento, que não são reconhecidos pelos judeus como pertencentes ao seu texto sagrado) uma fundamentação divina para esse conceito de propriedade:

“Tanto Deus como a própria razão lhes ordenavam dominar a terra, isto é, melhorá-la para benefício da vida e fecundá-la com algo que lhes pertencesse, o próprio trabalho. Aquele que obedecendo esta injunção divina, dominou, lavrou e semeou parte da terra, agregou-lhe com isso algo que era seu, a que ninguém mais tinha direito, nem podia, sem causar dano, tirar dele.” (LOCKE, 2001. parág. 32).

## ECO-REBEL

Sendo assim, esse conceito de propriedade em Locke é uma leitura da bíblia hebraica, conforme citação indireta feita pelo autor do livro de *Genesis* capítulos 1 e 2 da Bíblia Hebraica. O conceito de propriedade de Locke não é apenas um conceito filosófico, mas é antes de tudo um conceito teológico, pois o autor empreende um exercício hermenêutico nos capítulos 1 e 2 de *Genesis* como fundamentação desse seu conceito. Como um teólogo tradicional, Locke assume como pressuposto a *Bíblia* como verdade, e fundamenta seu conceito de propriedade totalmente numa leitura da *Bíblia*.

Partindo da constatação de que a atual crise ecológica é consequência de uma cosmovisão sobre a nossa relação com a terra, cujos fundamentos se encontram em uma dada interpretação da bíblia hebraica, de origem judia, seguiremos na esteira de Leonardo Boff, que propõe uma reformulação dessa cosmovisão a partir de suas próprias bases.

Satisfazendo de certa forma o que poderemos denominar de “intento desconstrucionista”, que consiste na abertura de um dado texto ou discurso para a possibilidade do outro, mostrando nas fissuras de uma dada interpretação as interpretações outras cujo processo de produção da leitura dominante colocou sob sombras. Esse método de leitura consiste em demonstrar a polissemia do texto, os seus outros possíveis sentidos negligenciados na primeira leitura. É nesse sentido, que o desconstrucionismo é antes de uma destruição (metáfora de destruição), uma apropriação (metáfora anárquica), que pretende se manter em um espaço intermediário, o entremeio, denominado por Derrida da lógica do “suplemento” (MENEZES, 2013).

Da mesma forma, a ética do cuidado é uma proposição que se apropria da mesma fonte para suplementar a cosmovisão reinante, aquela que constrói a relação da humanidade com a terra a partir da palavra “domínio”, e nosso será suplantado por essa palavra pelos sentidos outros apresentados no texto fonte pelas palavras “guardar” e “cultivar”.

### **3. O viés da ética do cuidado: uma ética responsável da relação humanidade/planeta terra.**

O conceito da “ética do cuidado”, apesar de já ter sua formulação bem definida no interior da teologia da libertação por um de seus mais famosos divulgadores, Leonardo Boff, foi inserido no âmbito da Ecolinguística e da ADE, com as devidas adaptações, pelo pesquisador Gilberto Paulino de Araújo no III EBE, na comunicação intitulada “Saber cuidar (ética do humano, compaixão pela terra): apontamentos sobre ética e moral numa perspectiva ecolinguística”,

## ECO-REBEL

apresentada na Universidade Estadual Feira de Santana (Bahia). O intuito era apresentar esse conceito em substituição ao conceito de prescrição levantado anteriormente nos textos da Ecolinguística, por ele apresentar abertura para vinculações a um discurso autoritário.

Com a inserção desse conceito da ética do cuidado aos campos da Ecolinguística, objetiva-se:

“que a junção dos princípios tradicionais da ética com os princípios ecológicos podem possibilitar não somente a reflexão, assim como a adoção de práticas que expressem, de maneira macro, a preservação do planeta; e numa perspectiva micro, o cuidado entre os seres humanos” (BOFF, 1999; 2012). “A compreensão de que esses princípios devem passar pelo crivo da crítica e serem adquiridos pela força do hábito é fundamental para preservação dos ecossistemas” (ARAÚJO 2017, p 41).

A relevância desse conceito de ética do cuidado para os postulados ecolinguísticos e a ADE, se justifica pela questão já mencionada de que a crise ecológica é antes de tudo uma crise relacional entre a humanidade e o seu meio ambiente, sendo tal conceito um princípio do bem viver entre as partes constituintes de um mesmo ecossistema, o que torna indiscutível sua apropriação por qualquer discurso de viés ecológico.

Segundo Boff (1999), a ética do cuidado são “caminhos de cura” apresentados a uma sociedade contemporânea que vem ao longo do tempo se desfazendo de seus laços com a realidade concreta, vivendo cada dia mais realidades virtuais em que a terra deixa de ser algo do campo de visão e da reflexão do homem contemporâneo. Segundo esse autor, a nossa sociedade moderna, denominada por muitos pensadores de sociedade da informação e do conhecimento, está gerando, simultaneamente, cada vez mais incompreensão e separação entre as pessoas. A internet, por sua vez, possibilitou uma vida em conexão com milhares de pessoas em todo e qualquer lugar, sendo essas conexões ao mesmo tempo mediadas pela tecnologia, sem de fato estabelecer qualquer tipo de conexão direta, não havendo toque, cheiros, características de uma relação com o real.

Relações de contatos inerentes à vida no capitalismo, apesar de se definirem relacionalmente pela superficialidade, mesmo assim eram situações de encontros ocasionais, como comprar, pagar as contas, trabalhar, pedir comida, ir ao cinema ou locar um filme, viajar, conhecer outras culturas, visitar pinacotecas ou museus. Todas essas situações de contato com o mundo lá fora passou a ser feito *online*, a virtualidade substituindo muitas das nossas andanças pelo mundo real (BOFF, 1999).



## ECO-REBEL

Boff contextualiza assim a necessidade da ética do cuidado nas atuais configurações da vida em sociedade e como essa sociedade se relaciona com a natureza:

“A relação com a realidade concreta, com seus cheiros, cores, frios, calores, pesos, resistências e contradições é mediada pela imagem virtual que é somente imagem. O não pé sente mais o macio da grama verde. A mão não pega mais um punhado de terra escura. O mundo virtual criou um novo habitat para o ser humano, caracterizado pelo encapsulamento sobre si mesmo e pela falta do toque, do tato e do contato humano. Essa anti-realidade afeta a vida humana naquilo que ela possui de mais fundamental: o cuidado e a compaixão. Mitos antigos e pensadores contemporâneos dos mais profundos nos ensinam que a essência humana não se encontra tanto na inteligência, na liberdade ou na criatividade, mas basicamente no cuidado. O cuidado é, na verdade, o suporte real da criatividade, da liberdade e da inteligência. No cuidado se encontra o ethos fundamental humano. Quer dizer, no cuidado identificamos os princípios, os valores e as atitudes que fazem da vida um bem-viver e das ações um reto agir” (Boff 1999, p. 1).

A nossa compreensão da ética do cuidado e sua relevância para a sociedade contemporânea, que como afirma Boff, tem um poder de restaurar a essência relacional da humanidade, coaduna com a cosmovisão apresentada pelo autor. A nossa reelaboração para adequação ao epistema da Ecolinguística e da ADE consiste em aprofundar essa análise das causas do problema a ser solucionado, demonstrando que a origem desse problema relacional remonta à formação do conceito ocidental de propriedade, fundamentado sobre a leitura bíblica do termo ‘dominar’ no texto do *Gênesis 1* da bíblia hebraica. O que proporemos, portanto, será a postulação da ética do cuidado a partir de uma desconstrução dessa leitura bíblica por sua leitura suplementar pelos termos ‘cuidado’ e ‘cultivar’ do *Gênesis 2* da mesma bíblia hebraica.

#### **4. A concepção Ecolinguística da ética do cuidado.**

Conforme já afirmado anteriormente, o conceito de propriedade em John Locke é uma leitura que o autor faz da cosmovisão judia via bíblia hebraica. Segundo essa perspectiva, o conceito de território é uma visão desencantada da terra. O seu território não é a “mãe terra” como nas culturas vizinhas do povo hebreu, mas é uma terra criada por Deus para o uso e para ser gerenciada pelo homem como representante na terra desse Deus. E segundo o texto bíblico do *Genesis*, o homem foi criado como uma criatura superior a todo o restante da criação, estabelecido pelo próprio Deus com a missão divina de cuidar e dominar a terra a fim de aperfeiçoá-la. Nesse

## ECO-REBEL

sentido, o homem continuaria o trabalho de criação do próprio Deus, dando os retoques finais à obra divina da criação da terra. Essa é a leitura que fazemos do seguinte texto do *Genesis*:

“E disse Deus: Façamos o homem à nossa imagem, conforme a nossa semelhança; domine ele sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu, sobre os animais domésticos, e sobre toda a terra, e sobre todo réptil que se arrasta sobre a terra. Criou, pois, Deus o homem à sua imagem; à imagem de Deus o criou; homem e mulher os criou. Então Deus os abençoou e lhes disse: Frutificai e multiplicai-vos; enchei a terra e sujeitai-a; dominai sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu e sobre todos os animais que se arrastam sobre a terra” (*Genesis* 1. 26-28. Edição Revista e atualizada, SBdoB).

Conforme o texto da *Bíblia hebraica*, a humanidade como aquela que foi criada a “imagem e semelhança” de Deus, era a representante de Deus (o criador) diante de toda a natureza (a criação). Ao pecar, desobedecendo a ordem divina de não comer o fruto do conhecimento do bem e do mal, a maldição que o homem deveria receber por ter pecado também recaiu sobre a terra. Ao pecar, como representante de toda a criação diante do criador, é como se toda a terra também tivesse pecado, e, portanto, a terra como pecadora é uma terra amaldiçoada. Sendo assim, na cosmovisão hebraica a terra está debaixo da maldição divina:

“E ao homem disse: Porquanto deste ouvidos à voz de tua mulher, e comeste da árvore de que te ordenei dizendo: Não comerás dela; maldita é a terra por tua causa; em fadiga comerás dela todos os dias da tua vida. Ela te produzirá espinhos e abrolhos; e comerás das ervas do campo. Do suor do teu rosto comerás o teu pão, até que tornes a terra, porque dela foste tomado; porquanto és pó, e ao pó tornarás” (*Gn* 3.17 – 19, Edição revista e atualizada, SBdoB).

Essa perspectiva de leitura da bíblia hebraica sobre a terra, que dá origem ao pensamento dominante da cultura ocidental sobre esse assunto, dá à humanidade, como a única criatura criada à imagem e semelhança de Deus, *imago Dei*, o direito de posse sobre essa terra uma vez que ele é o representante legal do dono dela, o criador. E como criatura que é a imagem do criador ele compartilha das qualidades desse criador, e, portanto, é dever do homem dominar sobre essa terra aperfeiçoando-a, dando continuidade à obra criadora de Deus.

Essa cosmovisão pode ser observada na formação das palavras da língua hebraica, como analisaremos em alguns exemplos: a palavra “Adam”, que significa homem no sentido genérico (ser humano), e também é o nome próprio do primeiro homem (Adão nas traduções em português), é a palavra que dá origem à palavra hebraica para terra, no derivado “Adama”, mediante o

## ECO-REBEL

acréscimo da partícula do feminino, a consoante “He”. Portanto, na própria morfologia da língua, terra é subordinada à homem (HARRIS (org). 1998. p. 13-14).

Da mesma forma, a outra palavra para terra na língua hebraica, *Érets*, que aparece na maioria das vezes em contextos relacionados à criação divina, tem o significado sempre de terra de alguém. Geralmente é “Terra do Senhor (Senhor significando Deus, o criador)”, ou “Terra de Abraão”, “Terra de Isaque” etc. (HARRIS (org.). 1998. p. 124 - 125). A questão aqui é que, na cosmovisão hebraica, terra é sempre algo a ser possuído e dominado pelo homem, cosmovisão essa que perpassa a estrutura da língua hebraica e podemos ver por meio de um estudo morfológico e semântico do hebraico.

Essa perspectiva judia, que se consolida como cosmovisão dominante na cultura ocidental, se fundamenta principalmente a partir do conceito de domínio, extraído da interpretação dos seguintes versículos da bíblia hebraica:

“26 Também disse Deus: Façamos o homem à nossa imagem, conforme a nossa semelhança; tenha ele domínio sobre os peixes do mar, sobre as aves dos céus, sobre os animais domésticos, sobre toda a terra e sobre todos os répteis que rastejam pela terra. 27 Criou Deus, pois, o homem à sua imagem, à imagem de Deus o criou; homem e mulher os criou. 28 E Deus os abençoou e lhes disse: Sede fecundos, multiplicai-vos, enchei a terra e sujeitai-a; dominai sobre os peixes do mar, sobre as aves dos céus e sobre todo animal que rasteja pela terra” (Gn 1.26 – 28, Edição revista e atualizada, SBdoB).

Na leitura tradicionalmente feita pela teologia cristã desse texto, que se manteve fiel à própria leitura rabínica do judaísmo, é essencial a toda a teologia bíblica da criação da humanidade à imagem de Deus. Essa expressão “imagem de Deus” é utilizada unicamente com referência à humanidade que, assim, separa o homem das demais criaturas. Enquanto as demais criaturas de Deus são criadas “segundo suas espécies” (Gn 1.21, 24, 25), a humanidade é uma obra “à imagem de Deus” (WALTKE, 2003, P. 76).

Nesse sentido, a cosmovisão hebraica produz uma diferença distintiva. Nos textos do antigo Oriente Próximo, somente o rei é a imagem de Deus. Diferentemente, na perspectiva hebraica, isso é democratizado a toda a humanidade. A bíblia hebraica diz que exercer domínio real sobre a terra como representante de Deus é o propósito básico para o qual a humanidade foi criada por Deus. Segundo essa perspectiva, a humanidade foi designada rei sobre a criação, responsável diante de Deus, o Rei último, e age como que por procuração dada por esse Deus, que como tal espera-se

## ECO-REBEL

que administre e desenvolva a criação, exercício esse que inclui obra física real (WALTKE, 2003, P. 77).

Essa cosmovisão de que toda a história da cultura ocidental se justifica a partir da leitura de um texto “sagrado” sobre a ótica do ‘dominar’ e do ‘sujeitar’, que inclui pela própria semântica dessas palavras a noção de se utilizar dessa terra apenas para os benefícios da humanidade, é apenas uma possibilidade de leitura da própria bíblia hebraica, não a única. Pois conforme argumentam os textos especializados, o capítulo 1 e o capítulo 2 do livro *Genesis* da bíblia hebraica apresentam duas perspectivas diferentes de um mesmo ato, o ato da criação divina da terra e da humanidade. Essas duas perspectivas distintas no texto “sagrado” não poderiam ser consideradas contraditórias, mas sim complementares. Uma vez que essa é justamente uma das características mais fundamentais aos textos míticos, sua convivência com as oposições e contradições sem encará-las como tais (KIDNER, 2001).

Essa perspectiva do domínio e da sujeição é a apresentada no capítulo 1 do *Gênesis*, onde aparece as palavras “domínio” e “sujeitar” conforme os trechos do capítulo 1, versículos 26 a 28, citados acima. Já no capítulo 2 do mesmo livro, temos o seguinte trecho referente a esse mesmo assunto: “Tomou, pois, o SENHOR Deus ao homem e o colocou no jardim do Éden para o cultivar e o guardar” (Gn 2.15, Edição revista e atualizada, SBdoB). Ou seja, como podemos observar na leitura desse trecho, há uma mudança significativa de conceitos, as palavras-chave agora são: “cultivar” e “guardar”, e não mais “dominar” e “sujeitar”.

Fazendo uma leitura suplementar entre os capítulos 1 e 2 do *Gênesis*, podemos entender o seguinte: no capítulo 1 dos versos 26 a 28, lemos que a humanidade deveria dominar sobre a terra, e toda a sua população de animais, aves, peixes etc:

“Então Deus os abençoou e lhes disse: Frutificai e multiplicai-vos; enchei a terra e sujeitai-a; dominai sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu e sobre todos os animais que se arrastam sobre a terra” (*Genesis* 1. 26-28. Edição Revista e atualizada, SBdoB).

Mas como lemos nesse trecho, esse domínio também está vinculado ao “enchei a terra”, ou seja, se espalhar sobre ela, vinculado no texto ao “frutificai e multiplicai-vos”. É nesse sentido que alguns teólogos vão dizer que o Éden não foi idealizado para ser o *habitat* do ser humano, mas sim um local de encontro entre criatura e Criador, como se pode ler no seguinte trecho do *Genesis*: “Quando ouviram a voz do SENHOR Deus, que andava no jardim pela viração do dia” (*Genesis*

3. 8. Edição Revista e atualizada, SBdoB). Mas o *habitat* do ser humano extrapolava os limites do jardim até os confins da terra.

Na cosmovisão dos povos do antigo Oriente Próximo, desde os tempos primordiais do surgimento das civilizações, o conceito de *jardim* está bastante associado a local de culto e não a local de habitação. Na cosmovisão mesopotâmica dos povos ao redor de Israel, era nos jardins que suas divindades eram retratadas encontrando reis e pessoas de renome. Era nos jardins que as grandes cenas do panteão de suas divindades eram descritas.

A leitura que entende o jardim como o local de habitação do ser humano é aquela que confunde o jardim com o Éden. Na verdade, segundo o texto bíblico: “plantou o SENHOR Deus um jardim no Éden, na direção do Oriente, e pôs nele o homem que havia formado” (*Genesis* 2. 8. Edição Revista e atualizada, SBdoB), ou seja; o jardim era um local feito “no Éden”, na parte oriental dele, portanto, o Éden era todo o planeta, no qual a humanidade deveria se espalhar. É interessante essa leitura, pois a palavra “éden” significa “lugar de deleite” (KIDNER, 2001), ou seja, éden é um projeto, é como o planeta como um todo deveria ser, um lugar de deleite e, portanto, o jardim, o local que de fato é descrito como um local de deleite, era um modelo, que a humanidade deveria implantar por todo o planeta ao se espalhar sobre ele.

Sendo assim, como já foi visto que o ser humano não foi criado para morar apenas no jardim, mas deveria exercer seu domínio como representante criado à imagem de Deus sobre toda a criação, não é difícil imaginar que os seus hábitos diários incluíam uma peregrinação sem limites por toda a face da terra. Assim, aquilo que vinculou o primeiro casal ao jardim, apesar de terem sido criados para dominar sobre toda a terra, foi a responsabilidade de cultivá-lo e guardá-lo, como podemos ver no seguinte trecho bíblico: “Tomou, pois, o SENHOR Deus ao homem e o colocou no jardim do Éden para o cultivar e o guardar” (*Genesis* 2. 15. Edição Revista e atualizada, SBdoB).

Essas duas expressões pressupõem continuidade com o projeto divino para sua criação. Cultivar abre espaço para desenvolvimento e descoberta de aspectos outrora ocultos ou não explorados, enquanto que guardar reforça a necessidade de manter, perpetuar e preservar estruturas do arquétipo inicial.

Diante disso, fazendo essa leitura suplementar de *Genesis*, capítulo 1, vinculada à leitura complementar do capítulo 2 do mesmo livro, a vida da humanidade no planeta não pode ser entendida apenas na perspectiva do “domínio” da humanidade sobre o planeta como espécie

## ECO-REBEL

dominante. Esse “domínio” deve ser gerido pela responsabilidade do “cultivar e guardar”. É essa responsabilidade que denominamos de ética do cuidado.

Sendo, portanto, a ética do cuidado uma vigilância atenta para a preservação do nosso meio ambiente nas suas relações ecossistêmicas micro e macro a fim de que se mantenham as suas características originais, ou naturais, isso seria a ação arquetipal do “guardar” bíblico.

Da mesma forma, a humanidade com os seus ecossistemas micro e macro, a deve possibilitar a esses ecossistemas que eles atinjam todo o seu potencial, sempre. No entanto, que essa evolução do ecossistema propiciada pela interação e envolvimento da humanidade não traga riscos à estrutura original do ecossistema e seus processos de organização do todo. Esse ponto seria justamente o equivalente às ações arquetipais do “cultivar” bíblico.

Portanto, nessa leitura suplementar, proposta aqui na esteira do desconstrucionismo de Derrida, o “cultivar” e o “guardar” são ações complementares do “domínio”, ou seja, a humanidade deve assumir essa sua responsabilidade como espécie dominante no planeta terra justamente para guardá-lo e cultivá-lo. O próprio fato de sermos essa espécie dominante implica a nossa capacidade e responsabilidade de empreender essa ética do cuidado pelos seus exercícios efetivos do cultivar e guardar. Se temos tanto domínio assim sobre esse planeta, domínio esse conseguido pela nossa tecnologia, a ponto de o nosso uso excessivo desse planeta comprometer a sua sobrevivência, também somos a única espécie no planeta com a capacidade de protegê-lo e restaurá-lo do seu estado atual de crise eminente de esgotamento. Isso por si só já torna imprescindível a necessidade de a humanidade assumir a sua função de “cuidadora” desse planeta e das relações ecossistêmicas nos mais variados ecossistemas micro e macro nesse nosso meio ambiente maior que é o planeta terra.

### 5. Considerações finais

Nesse perspectiva, Leonardo Boff afirma que o cuidado, por ser elemento constitutivo dessa relação do humano com o seu meio, não pode ser relegado às sombras, pois sua imprescindibilidade exige seu retorno latejante como sintoma de uma sociedade doente, que trocou o que lhe era essencial pelo fútil e supérfluo (BOFF, 1999).

Nesse ponto, é interessante o exemplo escolhido pelo autor que demonstra como o cuidado retorna para demonstrar sua falta de forma patética, justamente tornando gritante a tolice de sua exclusão:

## ECO-REBEL

Ele se vinga e irrompe sempre em algumas brechas da vida. Se assim não fosse, repetimos, não seria essencial. Onde o cuidado aparece em nossa sociedade? Em algo muito vulgar, quase ridículo, mais extremadamente indicativo: no tamagochi.

O que é o tamagochi? É uma invenção japonesa dos inícios de 1997. Um chaveirinho eletrônico, com três botões abaixo da telinha de cristal, que alberga dentro de si um bichinho de estimação virtual. O bichinho tem fome, come, cresce, brinca, chora, fica doente e pode morrer. Tudo depende do cuidado que recebe ou não de seu dono ou dona. O tamagochi dá muito trabalho. Como uma criança, a todo o momento deve ser cuidado; caso contrário, reclama com seu *bip*; se não for atendido, corre risco. E quem é tão sem coração a ponto de deixar um bichinho de estimação morrer? (BOFF, 1999, p. 2).

Veja como que na relação mais essencial da sociedade de consumo, sendo o consumismo justamente um dos principais excludentes do cuidado das relações do homem com o seu meio, já que no consumismo aprendemos a viver nossas relações pela lógica da mercadoria, criamos uma mercadoria que reproduz virtualmente as relações de cuidado que a humanidade havia deixado de fora das suas relações concretas. O tamagochi, de certa forma, é um sintoma da vida virtualizada da sociedade contemporânea, da sua falta de relações reais, da superficialidade relacional dessa vida virtual.

De certa forma, esse cuidado pelo bichinho de estimação virtual que denuncia a solidão real em que vivem o homem e a mulher dessa sociedade virtualizada da comunicação/incomunicação, serve como um placebo, que alivia de forma fugaz mas leniente essa falta do cuidado nas relações humanas e da humanidade com o seu meio. Mas esse sintoma que é o tamagochi, também demonstra que, apesar da desnaturalização da maioria da nossa cultura, o fundamental da essência humana que é esse cuidado ainda continua presente mesmo que de forma latente. Essa essência ainda está aí em uma forma incipiente de cuidado, alienado a um aparelhinho eletrônico, não encontrando seu destino mais propício, nas relações ecossistêmicas concretas:

“na vovó doente, num colega de escola deficiente físico, num menino ou menina de rua, no velhinho que vende o pão matinal, nos pobres e marginalizados de nossas cidades ou até mesmo num bichinho vivo de estimação qual seja um *hamster*, um papagaio, um gato ou um cachorro. O cuidado serve de crítica à nossa civilização agonizante e também de princípio inspirador de um novo paradigma de convivialidade. Onde não vamos mais precisar de aparelhos eletrônicos com seres virtuais para superar nossa solidão e realizar nossa essência humana de cuidado e de gentileza. Sonhamos com uma sociedade mundializada, na grande casa

## ECO-REBEL

comum, a Terra, onde os valores estruturantes se construirão ao redor do cuidado com as pessoas, sobretudo com os diferentes culturalmente, com os penalizados pela natureza ou pela história, cuidado com os espoliados e excluídos, as crianças, os velhos, os moribundos, o cuidado com as plantas, os animais, as paisagens queridas e especialmente o cuidado com a nossa grande e generosa Mãe, a Terra” (BOFF, 1999, p. 3).

Portanto, a conclusão a que chegamos é que essa crise ecológica é antes de tudo uma crise relacional entre a humanidade e os ecossistemas nos quais essa humanidade se inseriu. Crise essa gerada pelo princípio que foi estruturante dessas relações da humanidade com o seu meio, a ótica do “domínio”, na qual a humanidade olhava para seu meio como se fosse dela, para os seus usos e fins, sejam quais fossem eles. Essa crise, então, é agravada a partir do momento em que na história da humanidade a acumulação de capital se torna o fim último por excelência de todas as relações e, então, o uso do meio ambiente também passou a ter esse fim.

Diante disso, o que propomos aqui é que a ética do cuidado, vivenciada de forma prática por ações de “guardar” e “cultivar” deva ser o princípio regulador de todas as relações humanas com os ecossistemas nos quais a humanidade se insere, sendo o maior deles, o nosso planeta terra. Essa ética do cuidado deve ser vivida pela ótica da responsabilidade de ser a humanidade a espécie dominante nesse planeta que, ao assumir a gerência desse ecossistema pelo uso maior que faz dele em sua totalidade devido aos seus avanços tecnológicos, se colocou como a espécie capacitada e com os meios disponíveis para exercer esse cuidado do planeta.

### Referencias

ARAÚJO, G P. Saber cuidar (Ética do humano, compaixão pela Terra): Apontamentos sobre ética e moral numa perspectiva ecolinguística. In: Caderno de Resumos do III Encontro Brasileiro de Imaginário e Ecolinguística, Universidade Estadual de Feira de Santana, ISSN: 2447-5289/2017, 2017.

*BIBLIA SAGRADA*. Edição revista e Atualizada. Tradução: João Ferreira de Almeida. Sociedade Bíblica do Brasil.

BOFF, Leonardo. *Saber cuidar*. Ética do humano – compaixão pela terra. Petrópolis: Editora Vozes. 1999.

COUTO, Hildo Honório do. *Ecolinguística*. Estudo das relações entre língua e meio ambiente. Brasília: Thesaurus, 2007.

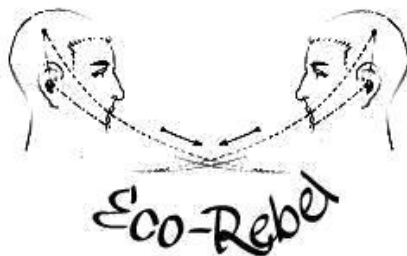


## ECO-REBEL

- DAMÁSIO, António R. *E o cérebro criou o homem*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- Harris, R. Laird (org). *Dicionário internacional de teologia do AT*. São Paulo: Vida Nova, 1998.
- KIDNER, D. *Genesis: introdução e comentário*. São Paulo: Editora Vida Nova, 2001.
- LOCKE, John. *Segundo tratado sobre o governo civil e outros escritos*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MENEZES, R D B. A desconstrução em jacques derrida: O que é e o que não é pela estratégia. *Universitas Philosophica* 60, año 30, enero-junio, Bogotá, 2013, p 177 – 204.
- SILVA, S. S; COUTO, Elza K N N do. Uma eco-filosofia-linguística: A relação povo, língua, território na formação do conceito de propriedade. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, v. 14, n. 1, 2013.
- WALTKE, Bruce K. *Genesis: Comentário*. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2003.

Aceito em 02/10/2019.

ECOLINGUÍSTICA: REVISTA BRASILEIRA DE  
ECOLOGIA E LINGUAGEM (ECO-REBEL), V. 5, N. 2, 2019.



## **A LINGUÍSTICA ECOSSISTÊMICA E OS ESTUDOS LITERÁRIOS: ALGUMAS APROXIMAÇÕES COM BASE NA LITERATURA ORAL EM TIMOR-LESTE**

Davi Borges de Albuquerque (NELIM/GEPLÉ)

**Resumo:** O presente artigo faz uma abordagem ecolinguística, com ênfase na Linguística Ecosistêmica, da literatura oral em língua tetun, falada em diferentes regiões de Timor-Leste. Procuramos apresentar algumas relações entre língua e meio ambiente encontradas em diferentes gêneros textuais da literatura oral em língua tetun. Para tanto, discutiremos alguns aspectos teóricos da Linguística Ecosistêmica, em (1); descreveremos o Ecosistema Linguístico de Timor-Leste, em (2); apresentaremos os gêneros da literatura em língua tetun, em (3); em seguida, em (4), elaboraremos nossa análise ecolinguística da literatura tetunófono.

**Palavras-chave:** Ecolinguística. Linguística Ecosistêmica. Timor-Leste. Tetun. Literatura oral.

**Abstract:** The present paper analyzes Tetun language (spoken in different regions of East Timor) oral traditions following an ecolinguistic approach, emphasizing ecosystemic linguistics. We intend to present the relationships between language and environment. These relationships can be found in Tetun oral tradition genres. Thus, we will discuss theoretical aspects of ecosystemic linguistics, in (1); we will describe Timor-Leste linguistic ecosystem, in (2); then, we will present the genres in Tetun language, in (3); finally, in (4), it will be made our ecolinguistic analysis of Tetun oral literature.

**Keywords:** Ecolinguistics. Ecosystemic Linguistics. Timor-Leste. Tetun. Oral Literature.

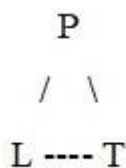
## Introdução

A Ecolinguística é definida por Couto (2007) como o estudo das relações entre língua e meio ambiente. Esta definição segue a tradição dos estudos de ecologia linguística, iniciada por Haugen (1972), que definiu a Ecolinguística, de maneira semelhante, como o estudo das interações entre qualquer língua e seu ambiente. Essa disciplina apresentou um grande desenvolvimento teórico nos últimos anos, sendo que apareceram diversos ramos teóricos. Neste texto faremos uso da Linguística Ecolinguística, teoria desenvolvida por Couto (2013, 2015) que enfatiza o ecossistema e as interações dentro dele.

A Linguística Ecolinguística está relacionada com a Ecologia Biológica, que estuda as redes de interações entre os organismos dentro dum ecossistema (ODUM, 1971, p. 8). Já o ecossistema consiste nas interações entre os organismos (os indivíduos) numa determinada área, levando em consideração seu meio ambiente (o mundo). Essas interações podem se dar tanto entre indivíduo-mundo, quanto entre indivíduo-indivíduo.

A Ecolinguística encara a língua como interação, procurando estudar como as interações ocorrem dentro de um ecossistema específico, observando principalmente a tríade língua (L), povo (P) e território (T) que fazem parte de três ecossistemas, a saber: o Ecossistema Natural da Língua, Ecossistema Mental da Língua e o Ecossistema Social da Língua, bem como um Ecossistema Integral da Língua (Fig.1), que une os três ecossistemas linguísticos anteriores (COUTO, 2013, 2015). Ademais, a LE estuda os atos de interação comunicativa, analisando seus aspectos ecológicos e sistêmicos, no contexto da chamada ecologia da interação comunicativa.

Fig. 1 O Ecossistema Integral da Língua (COUTO, 2016, p. 230)

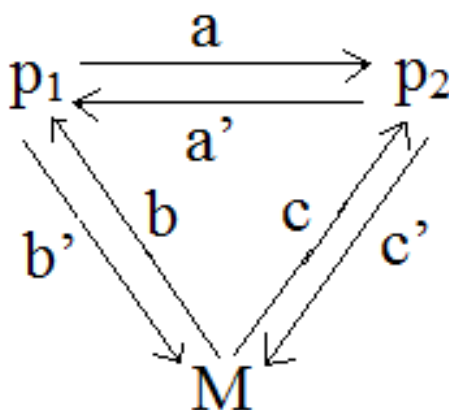


A fig. 1 acima é a representação do ecossistema integral da língua, mas o modelo serve também para representar os demais ecossistemas. Observa-se também que a interação entre o povo

(P) com a língua (L) e o território (T) é direta, porém a relação entre língua (L) e território (T) não é determinante, acontece somente via povo (P), por isso a linha é segmentada.

A LE encara o fenômeno da linguagem como uma série de interações e inter-relações que estão conectadas umas com as outras, fazendo com que o estudo de uma parte separada (um único fenômeno linguístico específico) seja visto como uma abstração que, além de não se relacionar com o objeto de estudo como um todo, não está de acordo com a realidade, que é a língua em uso por seus falantes. A fig. 2 abaixo representa a perspectiva com que o ecolinguista observa as interações que se dão dentro do ecossistema:

Fig. 2 A interação comunicativa (COUTO, 2015, p. 51)



Os indivíduos mínimos necessários para a interação consistem num par, sendo duas pessoas (p<sub>1</sub>) e (p<sub>2</sub>), sendo o primeiro o falante, enquanto o segundo, o ouvinte. A interação ocorre com o falante fazendo uma solicitação (a) ao ouvinte que a atende (a'), porém para um estudo ecológico da interação comunicativa deve-se levar em consideração também as interações que cada indivíduo tem com o mundo (M), que são distintas para cada pessoa, por isso (b) e (b') para (p<sub>1</sub>), já para (p<sub>2</sub>) é (c) e (c'). Vale enfatizar que é aqui que ocorrem os processos de significação e referência. A eficácia do processo comunicativo depende da proximidade entre (b) e (c): quanto mais distantes, pior será o entendimento entre os indivíduos. Para finalizar a respeito das interações na Linguística Ecológica, é preciso ressaltar que elas dependem das regras interacionais (uma série de condições sociais, mentais e naturais necessárias para ocorrer a interação) e das regras sistêmicas (que é o sistema ou a gramática, que forma uma das regras interacionais) (COUTO, 2013, 2015, 2016).

## ECO-REBEL

No presente artigo, emprega-se a Linguística Ecológica (LE) por diversos motivos, entre eles: essa vertente da Ecolinguística possui relação íntima com a Ecologia Biológica, ou seja, encara a língua, a comunidade e as interações como elementos naturais dentro de um ecossistema; as ideias ecológicas não são utilizadas de maneira metafórica, conforme se infere da afirmação anterior. Digno de nota é que a LE vem ganhando um espaço significativo no Brasil nos últimos anos<sup>1</sup>.

Todavia, até o momento não se relacionou a LE com os estudos literários. O que chegou próximo são estudos que tratam de música, dança, folclore ou cantares religiosos, destacando-se Avelar Filho (2015, 2016), que investigou as festas e aspectos folclóricos no interior de Goiás, como a folia da roça e a catira; e Dourado (2017, 2018), que pesquisou as relações entre língua, cultura e os movimentos da capoeira.

Finalmente, não enfatizamos a Ecocrítica por diversos motivos. Sabemos que isso pode causar certo estranhamento no leitor, pensando que a descartamos por completo. Porém, isso não é correto, pois estamos conscientes dos avanços que ela tem experimentado, bem como da validade de suas análises. Os motivos pelos quais optamos por não empregar a Ecocrítica aqui são os apontados por Cohen (2004) e Gifford (2009), quais sejam, a Ecocrítica não possui princípios teóricos básicos fundamentais; tampouco uma metodologia de trabalho bem definida; as práticas dos ecocríticos são, às vezes, radicais demais; a Ecocrítica parece ainda estar limitada a alguns círculos ou países específicos; apesar de ter uma proposta interdisciplinar, os praticantes da Ecocrítica não produzem trabalhos que dialoguem com outras áreas ou profissionais.

Este texto está organizado da seguinte maneira: após esta introdução, descrevemos sucintamente as principais características do Ecossistema Linguístico de Timor-Leste (as línguas, o território e os povos), em (1); depois, apresentaremos algumas informações sobre a literatura de Timor-Leste, em (2); explicamos os gêneros literários existentes em língua Tetun, em (3); enquanto que na seção (4), será conduzida uma breve descrição e análises da literatura oral em língua Tetun, sendo selecionados, traduzidos e comentados alguns exemplares de textos transcritos; em (5), serão feitas as considerações finais.

---

<sup>1</sup> Sobre uma retrospectiva da Ecolinguística no Brasil na última década, bem como um balanço de seus projetos, resultados e contribuições, ver Araujo (2017) e Couto (2017).

### 1. O Ecossistema Linguístico de Timor-Leste

Nesta seção serão feitas algumas considerações a respeito dos ecossistemas social, mental e natural de Timor-Leste, por meio da descrição e de informações a respeito das línguas (L), do território (T) e dos povos (P) que lá habitam. Os estudos sobre a Ecolinguística de Timor-Leste em que nos basearemos aqui são os de Albuquerque (2009, 2010b), que apresentou de maneira pioneira informações sobre Timor no contexto da LE, posteriormente, desenvolvidas em Albuquerque (2014, p. 92) e, recentemente, retomadas em Albuquerque (2018a, p. 55).

A República Democrática de Timor-Leste é uma pequena ilha localizada no sudeste asiático. O país conquistou sua independência após uma dominação indonésia que se iniciou em 1975 e estendeu-se até 1999. As línguas oficiais de Timor-Leste, de acordo com a constituição de 2002, são a língua portuguesa e a língua Tetun. Ainda são aceitas a língua inglesa e a indonésia como línguas de trabalho. Há no pequeno território do país (cerca de 14.600 km<sup>2</sup>), uma grande variedade de línguas nativas, aproximadamente 16, sendo algumas com uma ampla variação dialetal, e pertencentes a diferentes filiações genéticas, a saber, austronésicas e papuásicas.

#### 1.1 As línguas: o elemento (L)

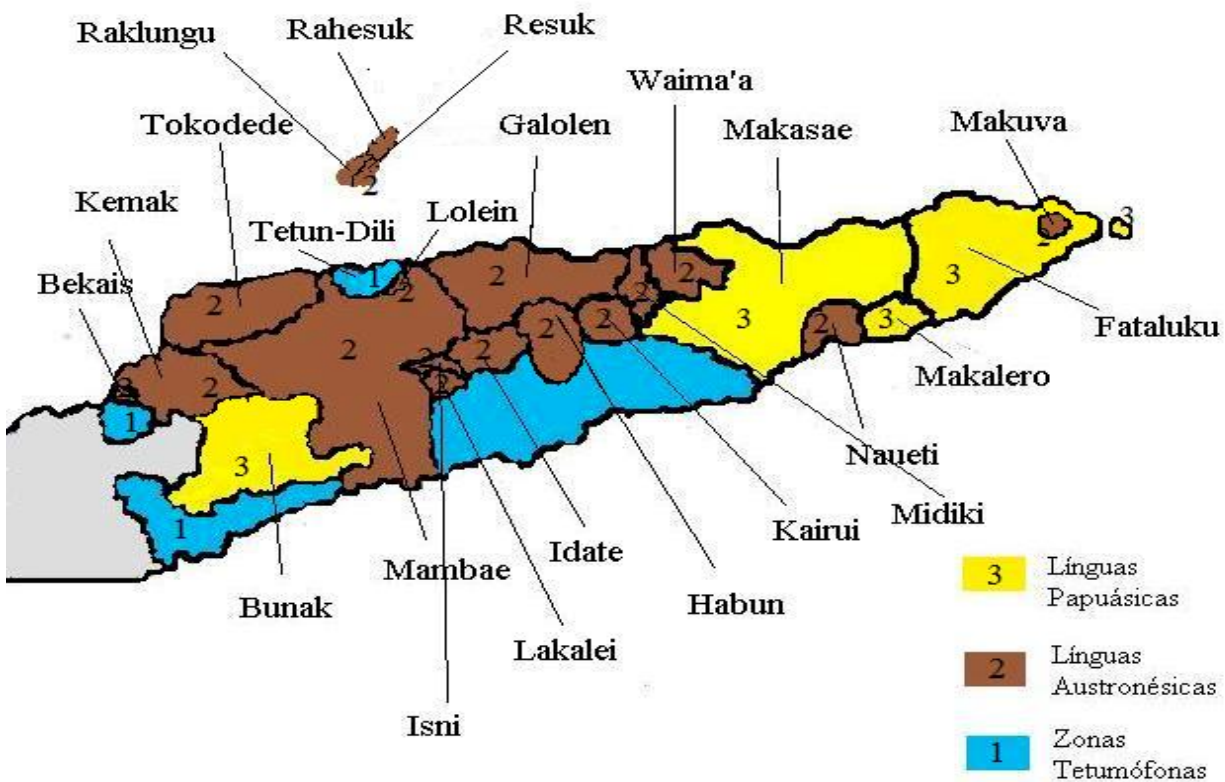
Na proposta de Hull (2001), em que Albuquerque (2010a, 2014) se baseou – e essa proposta também é adotada neste artigo – é lançada a hipótese de que as línguas faladas em Timor-Leste de origem austronésica descendem de um ancestral comum, chamado de Proto-Timórico, num total de 12, sendo o Tetun uma delas.

Em outro trabalho, Hull (2004) analisou as 4 línguas restantes e classificou-as como pertencentes ao agrupamento Trans-Nova-Guiné, afirmando que também elas possuem um ancestral comum, que seria o Proto-Bomberaico, nome dado a uma suposta proto-língua que teve sua origem na península Bomberaica, localizada em Papua-Nova-Guiné.

Há predominância das línguas papuásicas no extremo do território leste-timorense (Mapa 1), destacadas em amarelo, com exceção somente do Bunak, enquanto os demais povos se espalharam pela ilha. A região central de Timor-Leste é predominantemente Manbae, e nas regiões adjacentes são faladas as línguas Tokodede e Kemak, que pertencem à mesma família linguística, e pelo complexo dialetal Idalaka (acrônimo de Idaté-Lakalei). Assim, a configuração atual das línguas nativas de Timor-Leste pelo seu território é complexa, porém pode ser esquematizada de maneira tentativa de acordo com o mapa abaixo:

## ECO-REBEL

MAPA 1. Timor Leste e a distribuição das línguas nativas pelo seu território



(Fonte: ALBUQUERQUE, 2011a, p. 66, adaptado)

Em relação ao número de falantes, Timor-Leste apresenta grande discrepância, com um número significativo de línguas ameaçadas. Albuquerque (2009) mostra que entre as línguas mais faladas do país estão o Tetun Prasa, que é falado por mais de 80% da população; o Manbae, que possui cerca de 17% de falantes nativos em uma ampla região localizada no centro do país; o Makasae, 12%, é dominante no distrito de Baucau (ver mapa 2 abaixo para os distritos de Timor-Leste); o Bunak e o Kemak 6,0% cada, em grande parte no distrito de Bobonaro; o Fataluku e o Tokodede 4,0%, falados respectivamente nos distritos de Lautém e Liquiçá (sobre os distritos de Timor-Leste, ver o mapa. 2 mais abaixo). As demais línguas se encontram em um estado ameaçado

## ECO-REBEL

por possuírem uma porcentagem inferior à mencionada acima, incluindo várias línguas com um número aproximado, ou inferior, a 1.000 falantes, entre elas, Habun, Bekais, Makalero, Isni e Makuva. Finalmente, a língua portuguesa é falada por cerca de 5% da população leste-timorense, o que equivale a aproximadamente 45.000 pessoas (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2002). O autor extraiu os dados do *Timor-Leste Census of Population and Housing 2004* (NATIONAL BOARD OF STATISTICS, 2006).

Mapa 2.  
Distritos de Timor-Leste



(Fonte: [http://mapsof.net/uploads/static-maps/timor\\_leste\\_districts\\_map.png](http://mapsof.net/uploads/static-maps/timor_leste_districts_map.png))

Tipologicamente, as línguas austronésias de Timor-Leste apresentam inventário fonológico reduzido, bem como morfologia flexional ausente ou também reduzida; na sintaxe as categorias são marcadas apenas pela posição do elemento na sentença. De maneira distinta, as línguas papuásicas apresentam um inventário fonológico maior, bem como uma série de flexões para pessoa, posse e um complexo sistema de demonstrativos e demais dêíticos. As línguas faladas em Timor-Leste ainda permanecem pouco estudadas, até a atualidade há somente os estudos descritivos das seguintes línguas: Manbae, Galolen, Fataluku, Makasae, Makalero e Tetun, enquanto as demais permanecem pouco estudadas ou sem estudo algum.



### 1.2 O território: o elemento (T)

Em Fox (2000, 2003), há algumas informações sobre o ecossistema natural de Timor-Leste que se caracteriza por um relevo montanhoso, clima de monções e pouca área fértil para a agricultura, que geralmente se localiza nos vales entre as montanhas, pelo fato de acumularem água. A alimentação é a base de arroz (*Oryza sativa L.*) ou milho-miúdo (*Panicum viride L./Setaria italica L.*), dependendo da comunidade e das plantações.

Geologicamente, as ilhas da região chamada de Nusantara Oriental, onde se localiza Timor, fazem parte da grande placa tectônica australiana e são classificadas como ilhas vulcânicas. Porém, o solo de Timor-Leste, de acordo com Fox (2000), é um solo predominantemente barroso, com a presença de alguns materiais rochosos, principalmente rochas metamórficas, sedimentares e vulcânicas. Em relação ao relevo pode-se afirmar que é predominantemente montanhoso, exceto ao longo do litoral onde há uma planície, assim como a presença de banco de corais e recifes, e na região fronteira com a indonésia onde ocorre um planalto e pequenos morros. As montanhas leste-timorenses chegam a atingir mais de 2.000 metros de altitude e são nomeadas conforme a importância social delas dentro da cultura dos diferentes grupos etnolinguísticos leste-timorenses.

O clima de Timor-Leste é de monções, caracterizando-se por longos períodos secos de março a junho e de agosto a novembro. De dezembro a fevereiro e no mês de julho temos os dois períodos em que chegam as monções que trazem chuvas à região. Isso resulta na formação de rios caudalosos nos diversos vales existentes entre os montes e as montanhas.

As únicas áreas férteis do solo leste-timorense são os vales que acumulam água e tornam o solo produtivo para a agricultura. As demais regiões não são próprias para agricultura, mesmo os solos considerados mais produtivos são pouco férteis, possuem somente a predominância de cálcio, enquanto apresentam ausência de outros nutrientes necessários à plantaçoão. Esses fatores limitaram, e continuam limitando, a agricultura de Timor-Leste a um número reduzido de produtos, devido aos poucos nutrientes, o que refletiu na povoação do território e na importância da água e da alimentação na cultura dos grupos etnolinguísticos leste-timorenses.

### 1.3 O(s) povo(s): o elemento (P)

## ECO-REBEL

Sobre o ecossistema mental pouco pode ser dito, até mesmo pelo fato de este ecossistema ser o menos estudado na Ecolinguística, conforme Couto (2013) atesta. Porém, no convívio do presente autor com os leste-timorenses ao coletar dados *in loco* (falaremos mais a respeito disso na seção dedicada à metodologia), percebeu-se que algumas formas de pensar e de se comportar (características do ecossistema mental) dos habitantes de Timor-Leste são influenciadas pela organização social deles, o ecossistema social.

Assim, toda a cosmologia dual influencia a forma de o cidadão leste-timorense pensar, que acaba por enxergar a realidade também com uma visão dualística, com os opostos metafísicos (bem x mal, belo x feio) convivendo em equilíbrio e que se manifestam no plano físico, como homem x mulher, criança x adulto, vida x morte, sexo x casamento, seca x chuva, calor x frio, entre outros. É possível citar a relação com o ecossistema natural também, já que os pares opositivos são naturais na maioria das espécies do reino animal (masculino x feminino), bem como há a presença de aspectos geográficos, como o clima, o tempo etc. Isso faz com que todas as manifestações culturais, como a religião tradicional e seus rituais, a literatura oral e a organização social, apresentem essa concepção diádica do universo.

Desde cedo tal fenômeno já vinha chamando a atenção dos pesquisadores, que se debruçaram sobre os dísticos na literatura oral leste-timorenses nas mais variadas línguas locais. Falaremos dos principais estudos a seguir para o leitor compreender o que afirmamos anteriormente.

### **2. A literatura oral em Timor-Leste**

A literatura oral leste-timorense, além de ter despertado interesse devido a sua estrutura e à questão areal (a mesma estrutura e temática aparecem também nas demais ilhas do arquipélago indonésio), apresenta pistas e reminiscências de estágios anteriores da história dos povos de Timor-Leste, bem como sua mentalidade, comportamento e cultura. Dessa maneira, antropólogos, historiadores, sociólogos, geógrafos, linguistas, entre outros pesquisadores, realizaram várias pesquisas com a literatura oral de Timor-Leste e conseguiram alcançar resultados e descobertas significativos.

As línguas locais leste-timorenses possuem estudos de usos e técnicas tradicionais da língua, como o Tetun, Manbae, Fataluku e Bunak. Para o Manbae. Por exemplo, Traube (1986) e Corte-Real (2000) atestaram por meio da literatura oral dessa língua que a cultura e sociedade

## ECO-REBEL

Manbae estão organizadas em torno de dois pilares, que estão refletidos nos usos linguísticos e literários. São eles: *nam ada ni* ‘assuntos do dia’, uma ordenação social relativa a tudo ligado ao sistema de nobreza, e *nan meta ni* ‘assuntos da noite’, uma ordenação social relativa a tudo ligado ao sistema de parentesco. Essa simetria diádica da ordem social dos Manbae está refletida claramente nas narrativas dessa língua por meio de dísticos, estudados extensivamente por Fox (1980, 1988, 2005) na região leste da Indonésia, que abrange a ilha de Timor, e também analisados por Corte-Real (2000). Dentre esses dísticos, os pares mais utilizados na fala Manbae são os seguintes: *an-hine pat* e *an-mane pat* referindo-se a linhagem masculina; *kai nor topó* duas formas de tratamento usados pelo homem para se referir aos seus parentes femininos; *ama nor ana* ‘pai e filho’ par que além de enfatizar a importância da relação entre pai e filho, reflete a unidade entre os velhos e jovens do sexo masculino (CORTE-REAL, 2000, p.34).

Em Berthe (1972), há o registro, transcrição e análises do mito fundador de origem Bunak, chamado de *bei gua*, em que podem ser encontrados o mesmo paralelismo lexical e pares semelhantes por todo o mito, como *gil eme hot*, *gie ama hul* ‘sua mãe sol, seu pai lua’.

Em Gomes (1972), há exemplos desses paralelismos em Makasae e em Fataluku, e é possível observar os pares de maneira semelhante aos analisados para o Manbae, como na narrativa em língua Makasae intitulada *Bada-Lessa*, *Bada-Raku*, *Moro-Kai*, *Meli-Kai* cujo dois dísticos são reproduzidos abaixo:

Ni **gore** gau mau!-Venho ao rei grande!

Ni **rata** gau mau !-Venho ao amo!

(...)

Ani **тели** tina nava!-Eu comi sempre milho !

Ani **ressa** tina nava!-Eu comi sempre arroz! (GOMES, 1972, p. 57)

Digno de nota, é que no trabalho comparativo realizado por Fox (1988) sobre o uso de dísticos e de paralelismos lexicais na fala e na literatura oral dos vários povos do leste da Indonésia, os autores da coletânea chegaram a conclusões de que nessa região o emprego desses recursos é frequente e a estrutura deles nas diversas línguas é muito similar.

Em Fox (2005), o autor encontrou pares lexicais da tradição oral das línguas Kemak e Bunak que possuem diversas similaridades com as tradições orais das línguas austronésias vizinhas à ilha de Timor, principalmente da região do sudoeste de Maluku.

## ECO-REBEL

Esse paralelismo lexical geralmente é usado como jargões ou provérbios na fala cotidiana, como o caso da língua Manbae e Makasae, ou são pares de palavras desconhecidas pelos falantes, que marcam algum traço da narrativa, como o lexema na literatura oral Fataluku *woro-konai* que os falantes não conhecem o significado, mas sabem que marca o fato de uma história do passado está sendo contada (ENGELHOVEN, 2009, p. 335), conforme Engelenhoven (2008) mostra em sua análise para a língua Fataluku<sup>2</sup>.

Em Engelenhoven (2010b), o autor faz uma análise quantitativa da frequência em que aparecem os pares nas narrativas em Fataluku, assim como realiza uma comparação com línguas faladas nas ilhas vizinhas a Timor, principalmente as línguas Leti e Rotinês, percebendo muitas semelhanças no emprego dos mesmos pares lexicais, como: *tupuru, nami* ‘mulher, homem’, *nalu, palu* ‘mãe, pai’, *uru, vacu* ‘lua, sol’, entre outros.

A literatura leste-timorense em língua portuguesa também vem despertando interesse dos pesquisadores, porém só em tempos recentes. Podemos destacar as publicações mais importantes, como a de Barbosa (2013), tese de doutoramento em que a autora comenta e analisa os principais livros de autores leste-timorenses que escrevem em português, como Ruy Cinatti e Luís Cardoso; e de Oliveira (2014), que apresenta um panorama dessa literatura.

Recentemente, a revista *Plural Pluriel* dedicou um número aos estudos de Timor-Leste, com o tema *Cultures du Timor-Oriental: processus d’objectification* (Culturas de Timor-Leste: processos de objetificação), destacando-se os artigos de Albuquerque (2018b) em que analisa aspectos ecológicos e linguísticos das interações interculturais em Timor-Leste; Gonzalez (2018) em que a autora apresenta uma nova proposta para analisar a literatura leste-timorense por meio das redes e do pensamento rizomático; e Paulino e Borges (2018), sobre a literatura oral de Timor-Leste, os *maubere* e os discursos sobre a formação da nação.

Apesar do que foi dito, o estudo da tradição oral tetunófona ainda apresenta vários obstáculos. Os dois principais são: a escassez de registros da literatura oral, que foram de autoria de diversos estudiosos e publicadas as traduções em diferentes línguas e em diferentes países, porém nenhum deles era Timor-Leste; e as dificuldades surgidas no processo de coleta de dados.

---

<sup>2</sup> Conforme Engelenhoven (2010a, p. 178) atesta, há vários outros exemplos de língua ritual em Timor-Leste, como as línguas rituais dos povos falantes das línguas Makasae e Fataluku presentes em Gomes (1972). Porém, de maneira distinta à língua Makuva e à literatura oral dessas línguas, as línguas rituais desses povos são apenas a própria língua alterada artificialmente, como um *constructo* para preservar identidade do povo e de seus rituais, com alguns lexemas inseridos, sendo alguns inventados e outros arcaísmos de línguas vizinhas, fazendo com que nenhum desses lexemas seja reconhecido seus significados.

## ECO-REBEL

A primeira coletânea de textos foi compilada por Mathijsen (1915), publicada na Holanda e traduzido para Holandês; Sá (1961) publicou uma coletânea de narrativas em Tetun, em Portugal. Essa obra destaca-se por apresentar, além das traduções em língua portuguesa, um amplo conjunto de notas e comentários às narrativas, juntamente com glosas tentativas por parte do compilador. Bartkowiak (1979) publicou também um conjunto de narrativas da literatura oral tetunófona traduzidos para a língua inglesa, porém o local de publicação foi a Ilha de Flores, atual território indonésio. Morris (1984) compilou um conjunto de narrativas e poesias de vários locais de Timor-Leste, não se concentrando somente na tradição tetunófona, publicado-as nos Estados Unidos e traduzidas para o inglês. Seran (1986) realizou a compilação de gêneros poéticos da tradição oral em língua Tetun, essa obra foi publicada na Indonésia, assim como os textos foram traduzidos para o *bahasa indonesia*. O Mary McKillop Institute of East Timorese Studies organização com objetivos de alfabetizar e formar professores em Tetun, sediada em Sydney, Austrália, nos últimos anos vem publicando vários livretos das narrativas tetunófonas, a maioria deles monolíngue, porém há uma pequena coleção das narrativas traduzidas para língua inglesa, que chegam a pouco mais de dez títulos. Somadas todas as publicações do Mary McKillop Institute of East Timorese Studies, elas alcançam um número superior a 100, entre histórias da tradição oral tetunófona, manuais didáticos e para professores, assim como dicionários. Os temas abordados nessas histórias publicadas são: as narrativas que envolvem o surgimento da ilha de Timor, como *lafaek nebé fan ba rai timor* ‘o crocodilo que virou timor’; elementos da cultura imaterial leste-timorense como o culto ao crocodilo, em *lafaek toba* ‘o crocodilo dormindo’; e várias outras narrativas que são muito comuns e possuem a estrutura de fábulas, como *falur ho nehek ida* ‘o golfinho e uma formiga’, *laho ho busa* ‘o rato e o gato’ e *manduku ho lenuk ida* ‘o sapo e uma tartaruga’.

O segundo problema que surge é em relação à coleta de dados. Há certa resistência por parte da comunidade em relação ao pesquisador; há também relutância ou proibição por parte do líder do ritual (orador, curandeiro, entre outros). A tradição oral em si está se perdendo por causa da urbanização e da cristianização, e os reflexos dessa cultura cristã e urbanizada já podem ser vistos atualmente em várias narrativas. Outro fator que dificulta a pesquisa é o fato de muitos estilos literários orais leste-timorense serem realizados apenas em ocasiões específicas, como o falecimento de um chefe, uma data de importância cultural (como épocas de semeadura e colheita), entre outras.

## ECO-REBEL

Em Klinken (2000), ao analisar as tradições orais tetunófonas, faz um levantamento das dificuldades possíveis de serem encontradas na coleta de dados, que retomamos a seguir: nos centros urbanos do país, como a capital Dili (ver mapa. 2), e alguns distritos mais urbanizados, como Manatuto, as tradições orais se perderam quase por completo pelos fatores de estarem ligadas ao atraso e a culturas rurais, que são vistas de maneira pejorativa, e pela cristianização que a população leste-timorense vem sofrendo desde a chegada dos portugueses no século XVI. Conforme será visto na seção seguinte, a tradição oral tetunófona documentada está repleta de elementos lusófonos e cristãos com narrativas a respeito da chegada dos portugueses e dos missionários, sobre os poderes dos padres, punições divinas, e em alguns casos até o repúdio ao animismo que sempre foi praticado pelos povos leste-timorenses (SÁ, 1961).

Quando estava fazendo pesquisa de campo em Timor-Leste, perguntamos aos informantes, residentes na capital do país, Dili, se eles poderiam contar alguma história da tradição oral de suas línguas. Obtivemos duas respostas distintas:

- Um grupo nos informou que não conhecia nada da tradição oral, pois eram naturais da capital, área urbanizada, e que o ato de contar histórias e/ou conhecê-las era típico de pessoas “atrasadas” que eram dos distritos de fora da capital;
- Outro grupo respondeu que conhecia pouca coisa das narrativas tradicionais, e não saberia contá-las de maneira adequada; somente quem sabe contar as narrativas tradicionais de maneira correta são os *lian-nain* ‘contador de histórias, orador’.

Digno de nota é que os informantes leste-timorenses narraram algumas histórias com muita relutância, após grande insistência do presente autor, pois mesmo conhecendo várias histórias, continuavam insistindo nas afirmações de que apesar de saber algo delas, não as conheciam ou sabiam contá-las corretamente. Enquanto contavam algumas histórias, revelavam insegurança, interrompendo a narração esporadicamente para reiterar que as estavam narrando de maneira inadequada.

Uma situação semelhante foi descrita por Traube (1986, p. xi). A antropóloga inicialmente optou por realizar sua pesquisa de campo em Laleia, distrito de Manatuto, a respeito dos rituais tradicionais do povo falante de Galolen. Este grupo etnolinguístico acabou por afirmar à pesquisadora que eram “aculturados”, católicos praticantes, falantes de português e que há tempos descartaram esse tipo de tradição. Ela encontraria somente alguns velhos pertencentes ao povo

Galolen, que residiam em regiões isoladas, que provavelmente saberiam algo sobre esses ritos antigos. Assim, a autora partiu para Aileu com o intuito de realizar sua pesquisa com os Manbae, outro grupo etnolinguístico leste-timoreense, que mantém várias tradições ritualísticas até a atualidade.

Com o que foi narrado acima, verifica-se também que na sociedade leste-timoreense a importância de separar povos mais urbanizados daqueles tradicionais é tamanha que apresenta reflexos linguísticos e literários importantes. Há vários lexemas para se referir aos povos tradicionais, assim como separar um do outro. Entre eles temos: o lexema *kaladi* ‘habitante nativo da parte ocidental de Timor-Leste’ também possui um significado pejorativo sendo usado para se referir aos povos tradicionais como ‘atrasados’, esse lexema é empregado em várias línguas; o mesmo é válido para o empréstimo lusófono *atrazadu* ‘retrógrado, campestre, rural’ que também é falado pelos habitantes leste-timoreenses; na língua Manbae, há o lexema *kair* ‘plantar, semear’ que recebe um sufixo nominalizador *kair-a* ‘aquele que trabalha no campo’, significando também ‘caipira’.

### 3. Os gêneros literários em língua Tetun

A respeito da classificação dos gêneros textuais tetunófonos, foco do presente estudo, há ligeira diferença nos poucos estudos que analisaram as tradições orais em Tetun. Klinken (2000) analisa as tradições orais tetunófonas focando na forma e nas estruturas linguísticas típicas de cada uma delas. Therik (2004) é um estudo exaustivo das sociedades matrilineares tetunófonas através da tradição oral e permanece como o mais completo até a atualidade. Gomes (2007) analisa a estrutura literária de vários contos tradicionais, assim como sua importância didático-formativa para a sociedade leste-timoreense.

Dos principais trabalhos sobre a tradição oral tetunófona, citados anteriormente, pode-se identificar três gêneros textuais, *hamulak*, *ai knananuk* e *ai knanoik*. A seguir, eles serão classificados brevemente, de acordo com sua forma linguística e sua função social.

- *hamulak*: oração narrativa em versos, o *hamulak* é usado somente em cerimônias ritualísticas, como inauguração da *uma lulik* ‘casa sagrada’, abertura de *to’os foun* ‘horta nova’, nas saudações de chefes *hase liurai* ‘saudação ao nobre’ e nos enterros destes

## ECO-REBEL

mesmos chefes leste-timorenses, chamados *hakoi mate* ‘funeral de nobre’. Os versos se utilizam de paralelismos, que consistem no fato de o segundo verso, ou segunda parte do verso, ser uma repetição do verso anterior, ou da primeira parte, com ligeira modificação somente de um elemento na segunda parte, o que faz com que existam diversos pares poéticos. Os versos *hamulak* também se utilizam de um léxico próprio, com uma série de palavras não usadas no dia a dia, sendo até alguns desses lexemas pouco usados ininteligíveis aos falantes tetunófonos. Segue um exemplo abaixo (GOMES, 2007, p.51):

1. na'i lakan oan, na'i roman oan  
o dono do brilho, o senhor da luz  
ne'e leten ba, ne'e aas ba  
está nas alturas, está no lugar mais alto,  
ne'e nu wirun ba, bua wirun ba  
está em cima do coqueiro, em cima da arequeira,  
nu diki meak, bua diki meak  
está na ponta do coqueiro, no topo da arequeira  
lolo liman la to'o, bi'i ain la daer  
estender a mão não chega, erguer os pés não chega  
lesu nakore, biru nakasuk  
o *lesu* desaperta-se, o *biru*<sup>3</sup> caiu para trás,  
temi la to'o, kaer la kona  
não é capaz de dizer, não é capaz de pegar.
  
- *ai knananuk* ~ (*ai*) *kananuk*: poesia oral que é usada em festas tradicionais, ou seja, eventos sociais que possuem certa importância cultural, como noivado, cortejo, reza, ato de cozinhar, dar boas-vindas a convidados importantes. Os *ai knananuk* podem ser entoados juntamente com o *hamulak* se coincidirem a festa e a cerimônia tradicionais e juntamente com os *ai knanoik* quando estes versam sobre o mesmo tema. Ainda, os *ai knananuk* também apresentam os paralelismos, já comentados anteriormente, e um léxico pouco usado (KLINKEN, 2000):
  
2. ama o sei fihi, fihi heek baa.

---

<sup>3</sup> *Lesu* e *biru* são vestimentas tradicionais leste-timorenses. O *lesu* consiste em um pano para amarrar na cabeça. Enquanto o *biru* é uma fita, geralmente ornamentada, para segurar o *lesu*.



## ECO-REBEL

Paizinho, se você ainda me rejeita, que assim seja!  
fihí mola feto ma'ak tuur niti hasaraek kmurak.  
Você rejeita uma mulher que é trabalhadora no tear.

- *ai knanoik* ~ (*ai*) *kanoik*: contos populares que versam sobre os mais diversos temas, como: mitos de origem, de nobres e de eventos passados, histórias com fins de entretenimento e fábulas com fins educativos. Diferente do *hamulak* e do *ai knananuk* não possuem restrição em relação ao momento de ser entoado, ou seja, não possuem função ritualística. Ainda, os *ai knanoik* são em forma narrativa e se utilizam da linguagem popular, assim não é contado em nenhum registro especial de língua e nem se utiliza de recursos estilísticos idiossincráticos.

### 4. Língua e meio ambiente nas narrativas Tetun (*ai-knanoik*)

Após explicarmos os gêneros da literatura oral em língua Tetun, conduziremos nesta seção nossa análise. Porém, antes de iniciarmos a análise propriamente dita, em 5.2, apresentaremos algumas palavras sobre os critérios que adotamos para escolher os exemplos de narrativas a ser estudados. Tais critérios são expostos a seguir, em 5.1.

#### 4. 1 A seleção da literatura oral *ai knanoik*

Para analisar as relações entre língua e meio ambiente em Tetun, utilizar-me-ei somente dos contos populares tetunófonos chamados de *ai knanoik* pelo fato de muitos deles estarem bem documentados e analisados linguisticamente com traduções, glosas e notas, por Sá (1961). Gomes (2007) apresenta uma série de *ai knanoik*, juntamente com transcrições, traduções e propostas de interpretação, que também serão utilizadas no presente artigo.

A análise desta seção enfocará o como as limitações do meio ambiente leste-timorense (ausência de chuva, predominância de solo impróprio à agricultura, influência do relevo) se refletem nas manifestações linguístico-literárias, especificamente nos *ai knanoik* em língua Tetun.

Foram selecionados trechos dos seguintes *ai knanoik*: *Manumatadador*, *Buibabukulasak* – ambos são antropônimos tetunófonos – *lekrauk no laho* ‘o macaco e o rato’, *lekrauk ho lafaek* ‘o macaco e o crocodilo’ e *asu ho lekrauk* ‘o cachorro e o macaco’. A apresentação está organizada da forma a seguir: primeiramente um resumo do *ai knanoik* seguido do título, depois estão transcritas em Tetun as passagens utilizadas, e, por último, a tradução livre.

### 4.2 Análise ecolinguística dos *ai knanoik*

Nossa análise terá como foco a influência dos ecossistemas natural, mental e social da língua na literatura oral e na visão de mundo existentes nessas narrativas, ou seja, as relações entre esses três ecossistemas, englobados no ecossistema integral da língua, e todos eles no ecossistema cultural da língua. A literatura oral e a visão de mundo citadas estão inseridas nesse ecossistema cultural.

Começando pela influência do ecossistema natural da língua na literatura oral, é possível afirmar que por causa da escassez e das limitações ambientais na ilha de Timor, alimentação e água são consideradas sagradas e de fundamental. Por isso, na literatura tetunófona com muita frequência temos vilões roubando comida, ou criando situações de maneira astuta para de alguma maneira se beneficiar do protagonista. Geralmente esses benefícios envolvem a alimentação, as hortas já plantadas, ou casamentos. No final dos contos populares (*ai knanoik*) há sempre a punição desse vilão, sendo desmascarado, banido ou morto. O mesmo acontece na sociedade rural leste-timorense, que pune o roubo severamente, já que o objetivo é de ajuda e divisão recíproca nos períodos de cultivo e colheita dentro do *knua* ‘vilarejo’.

No ecossistema mental e social, destaca-se a natureza animista, pois os povos de Timor-Leste realizam cerimônias ritualísticas para marcar a época da sementeira, assim como para a colheita. Nessas cerimônias, como foi comentado anteriormente, ocorre a entoação dos *hamulaks* e, se coincidir com alguma data festiva, são entoados também os *ai knananuk*. Há sacrifício de animais, períodos de reclusão, uso de vestimenta tradicional, entre outras características, conforme pode ser visto na pesquisa de Araújo (2010), que estuda o ritual *ai-hulun*, de origem Manbae, mas que apresenta uma série de traços culturais que são comuns entre vários povos leste-timorenses.

O primeiro *ai knanoik* a ser analisado, intitulado *Manumatadador*, conta a história dos gêmeos Koli, do sexo masculino, e Sawak, do sexo feminino, que são separados de sua mãe, Buik Ikun, ao nascerem, por causa da inveja das seis irmãs dela. Eles são trocados por dois cachorros e

passam a ser criados por uma cadela na floresta. Após sobreviverem, novamente suas seis tias tentam matá-los envenenando suas comidas. A cadela que cuidou de Koli e Sawak come a comida envenenada para salvá-los e morre. Desesperados e famintos Koli e Sawak partem a procura de comida, quando roubam comida de uma horta que acabam por descobrir que pertence a seu pai. Finalmente, surge *Manumatadador*, um galo mítico que narra os acontecimentos verdadeiros ao pai de Koli e Sawak, que retornam a sua família de origem nobre.

No parágrafo abaixo, está reproduzido o momento que Koli e Sawak partem famintos e roubam comida de uma horta alheia:

### 3. *Manumatadador*

*Iha dalan klaran Sawak hili tiha kakaluk ida, nia laran iha kaleik ida ho babiduk halo ho osa mean. Sira rua la'o-la'o sai tan ona to'os ida, sira rua tama ba hasoru los katuas ho ferik ida iha to'os laran. Ferik ho katuas laran haksolok tebes tanba sira ruaoan la iha. Hahuu loron ne'e kedas Sawak ho Koli hela hamutuk ho katuas ho ferik ne'e. Loro-loron Sawak haruka Koli ba halimar kaleik ho babiduk ho labarik oan seluk iha liurai uman. Liurai ne?e oalaek, tan ne'e mak nia hakarak atu haree labarik oan sira halimar, hodi halo nia matan labele dukur. Loron ida Koli nia kaleik tama liu tiha liurai ne'e nia kakaluk laran.*

*Manumatadador* (tradução)

No caminho, Sawak apanhou um *kakaluk* que continha um *babiduk* e um *kaleik* de ouro. Os dois encontraram um quintal cheio de frutas, e Sawak cortou um ramo de banana madura para se alimentarem. Ao comerem as frutas, os dois choravam, dizendo: “agora estamos comendo, mas se fôssemos apanhados pelo dono morreríamos”. Ao ouvir o choro das duas crianças, a avó, que era a dona do quintal, vendo-as se aproximarem, ficou muito contente, porque tanto ela como o marido não tinham filhos.

Nesta parte de *Manumatadador* é possível perceber nas crianças o medo e o arrependimento de estarem roubando frutas da horta de outrem. Conforme já afirmado, a escassez de alimentação e a importância da colheita se manifestam no ecossistema cultural, ou seja, aspectos do ecossistema natural se relacionam com no ecossistema social, pois, na língua Tetun, há vários lexemas para se referir aos diferentes rituais utilizados para proteger a colheita, bem como os sentimentos ruins em relação ao roubo de comida. *Tara bandu*, por exemplo, consiste no ritual de pendurar na maior árvore um item, geralmente o primeiro fruto da colheita, avisando assim que está proibido colher qualquer fruto da área demarcada. Os cidadãos leste-timorenses acreditam que quem rouba este tipo de fruto, chamado de *horok*, que está protegido magicamente, fica amaldiçoado. Há os lexemas *kakaluk* que significam tanto uma ‘bolsa, sacola’ de artesanato tradicional quanto qualquer tipo de ‘amuleto, objeto mágico’ que protege aquele que o usa. *Babiduk* e *kaleik* são dois brinquedos tradicionais, sendo o segundo feito de ouro para identificar a ascensão nobre das crianças.

## ECO-REBEL

O segundo *ai knanoik* a ser analisado, *Buibabukulasak*, narra a história da filha de Kehi Liurai, chamada de Sawak, mesmo nome da criança de *Manumatadador*, e de sua escrava, que se chama Buibabukulasak. Sawak insistiu diante de seu pai para poder ir à horta junto com Buibabukulasak. O pai não queria, mas acabou deixando a filha ir. Durante o dia de trabalho na horta e da caminhada de volta para casa, Buibabukulasak esvaziou duas vezes as reservas de comida, assim como criou uma situação para ambas chegarem a outro reino com Sawak como escrava. Assim, Buibabukulasak disfarçada de princesa casa-se com o príncipe do outro reino. Este espera por um bebê que nunca nasce e Buibabukulasak vira uma grávida que não para de comer. Ao final do conto, Sawak revela o segredo de Buibabukulasak: ela era sua escrava e nem estava grávida; escondia a comida e outros objetos na barriga. Aqui novamente percebemos a importância da alimentação e como a fartura desta está ligada à riqueza e nobreza.

A seguir está o início do conto Buibabukulasak, que enfoca a diferença do comportamento dos nobres e serviçais. Sawak acaba por ser punida por querer fazer atividades da escrava, assim como a escrava, que não é de confiança, acaba por se aproveitar de toda a situação, iniciando na primeira oportunidade a roubar a comida de Sawak.

#### 4. *Buibabukulasak*

*Kehi Liurai ho oan feto ida naran Sawak, hela hamutuk ho sira atan ida naran Buibabukulasak (BBL). Loro-loron BBL ba hein manu liin iha natar. Loron ida Sawak husu nia aman atu tuir BBL ba natar, maibee nia aman la husik. Sawak tanis atu ba hodi nia kbiit rasik. Tan ne 'e mak nia aman haruka ema halo nia bukae, etu ho na ?an tau iha tanasak ida halo sira lori. To 'o natar etu ho na ?an ne ?e BBL han hotu tiha, nia la foo Sawak. To 'o loro manas Sawak hamlaha ona, BBL fila fali ba sira uman, hola tan etu ho na 'an, hodi to 'o dalan nia loke tanasak han hotu tiha hahaan sira ne 'e. Hafaoin tau fali tiha karau ten ho hili tiha samodo maten ida tau tan tiha ba laran, hodi liu ba foo Sawak.*

*Buibabukulasak* (tradução)

Kehi Liurai morava com a filha, chamada Sawak, e uma serva, chamada Buibabukulasak (BBL). Todos os dias, ela ia ao campo de arroz para enxotar as aves. Certo dia, Sawak pediu ao pai para ir com BBL ao campo de arroz, mas o pai não deixou. A menina chorava e o pai acabou deixando-a ir com BBL. Ele mandou preparar comida, enchendo um *tanasak* de carne e arroz. No meio do caminho, BBL comeu toda a comida que levava. Na hora do almoço Sawak estava cheia de fome. BBL voltou para casa e pediu mais comida, dizendo ao pai que Sawak queria mais. Outra vez o pai mandou preparar comida, como já tinha feito. No meio do caminho, BBL comeu de novo tudo, e encheu o *tanasak* com excremento de búfalo e uma cobra morta que apanhou, tapando o *tanasak* e levando-o para Sawak. Ao ver BBL, Sawak ficou encantada, porque tinha muita fome e julgava que havia arroz e carne dentro de *tanasak*. Afinal, o que existia era uma cobra morta e excremento de búfalo. Sawak começou a chorar, mas BBL não ligou.

Na sociedade leste-timorense, ainda se preserva resquícios da organização social pré-colonial, que era dividida em pequenos reinos. Nesses reinos, a divisão entre nobres e serviçais era fundamental, assim as repercussões linguísticas dessa divisão também estão presentes em Tetun.

## ECO-REBEL

Apesar da divisão em classes ou castas ser comum nas sociedades do mundo, a organização entre rei, nobres e serviçais em Timor-Leste sustentam-se devido principalmente a um sistema de crenças que pode ser estudado como fazendo parte do ecossistema mental da língua (as divisões diádicas e quaternárias) com repercussões no ecossistema social da língua (as crenças do ecossistema mental viram regras de convívio e práticas ritualísticas). Desta maneira, em Tetun há exemplos como: o lexema *liurai* significa ‘rei’, enquanto há *datoo* ‘nobre’, que são nobres, mas abaixo do *liurai*. O próprio nome do pai de Sawak, Kehi Liurai, indica sua ascendência nobre. Finalmente, *ata* ‘servo, escravo’ é o lexema usado para os serviçais. O cidadão comum deve usar uma forma de registro diferente da língua Tetun para se referir ao *liurai*, conforme Thomaz (2002, p.115) analisou. O *liurai* não ‘come’ *han*, mas ‘toma’ *hola* ou ‘consome’ *hamalak*; ele também não ‘diz’ *hateten*, mas deixa ‘cair a palavra’ *hatun lia*. Pensando em sua posição superior, o *ata* ‘servo, escravo’ não fala ao *liurai*, mas ‘eleva a palavra’ *hasa’e lia* a ele.

Assim, Sawak recebeu sua punição por querer realizar o trabalho no lugar do serviçal, no campo de arroz. Como já foi mencionado anteriormente, *to’os* ‘horta, roça’ está presente na literatura leste-timorense por ser fundamental na plantação e na alimentação, especialmente o campo de arroz, que é a base da alimentação em Timor-Leste. Essa importância reflete-se em Tetun, já que o campo de arroz possui uma denominação própria, sendo chamado de *natar*, da mesma maneira o pássaro que destrói a *natar* ‘plantação de arroz’ é chamado de *manu liin*, e o arroz é classificado no léxico tetunófono de acordo com sua funcionalidade: *etu* ‘arroz cozido’, *foos* ‘arroz descascado, mas não cozido’, *hare* ‘arroz não descascado, planta do arroz’. Para finalizar, o *tanasak* é um recipiente cilíndrico para guardar comida a ser usada em longas viagens.

Os três *ai knanoik* que seguirão abaixo, *lekrauk no laho* ‘o macaco e o rato’, *lekrauk ho lafaek* ‘o macaco e o crocodilo’ e *asu ho lekrauk* ‘o cachorro e o macaco’, são contos populares que possuem grosso modo semelhanças com a fábula e a figura central em todos eles é a do *lekrauk* ‘macaco’. A simbologia e características humanas inseridas nos animais, ou seja, os valores que cada cultura dá a eles é variável. Essa relação da percepção humana a respeito dos animais é um exemplo marcante da interseção entre os ecossistemas natural e mental. Os animais e seus comportamentos no meio ambiente pertencem ao ecossistema natural e os seres humanos atribuindo valores a eles são características do ecossistema mental, com alguns reflexos do ecossistema social também. Seguem alguns exemplos específicos do ecossistema cultural leste-timorense:

## ECO-REBEL

- O macaco é visto como um animal ruim pelo fato de ser um bicho ágil e astuto na arte de roubar e enganar;
- O cachorro, de maneira contrária à cultura ocidental, também é visto como um animal ruim e agressivo, que deve ser afastado do convívio com os humanos;
- O rato é encarado como um animal frágil e inteligente, tanto por causa de sua compleição física, quanto de sua capacidade de entrar e sair de locais, esconder-se etc. Digno de nota é que em nenhum momento este animal é associado a sujeira ou doença na cultura leste-timorense, como é muito comum na cultura ocidental;
- O crocodilo é sagrado na cultura leste-timorense, conforme será explicado posteriormente, assim, são atribuídas características positivas a ele, como força, imponência, justiça (ao se alimentar somente de pessoas ruins), entre outras;
- O galo, outro animal existente na literatura oral tetunófona, apesar de não ser sagrado, é de extrema importância e possui grande status social pelo fato de ser um animal totêmico, símbolo de prosperidade e participante rinhãs, que também são legais e traço da cultura de Timor-Leste.

O que percebemos é que os traços comportamentais do animal em seu meio ambiente ou seus aspectos físicos, sendo todos pertencentes ao ecossistema natural é que são os mais definidores quanto à percepção dos seres humanos, sendo que tal percepção faz parte do ecossistema mental e as repercussões de tais percepções, bem como as práticas que são orientadas a partir delas fazem parte do ecossistema social.

Desta maneira, no primeiro conto, *lekrauk no laho* ‘o macaco e o rato’, o macaco tenta enganar o rato mais de uma vez e acaba sendo punido com a morte com isso. No segundo e terceiro, *lekrauk ho lafaek* ‘o macaco e o crocodilo’ e *asu ho lekrauk* ‘o cachorro e o macaco’, o macaco também engana outros animais, porém eles não são punidos, pois ambas as histórias procuram explicar e justificar o porquê de os outros animais não gostarem do macaco.

### 5. *Lekrauk no laho*

*Loron ida lekrauk ho laho halo belu. Sira na'in rua ba haris iha mota laran ida. Haris hotu tiha sira fila ba sira uman. To'o ema nia to'os laran ida sira haree hudi hun ida tasak hela. Lekirauk hatete ba laho: "ita rua taru se mak bele as'e ba han hudi ne'e". Laho hataan ba nia katak ha'u mak sa'e uluk. Laho sa'e ba, lekirauk dehan ha'u sura to'o sanulu o han hotu hudi ne'e. Laho sa'e nia komesa sura ona. Sura to'o*

## ECO-REBEL

*sanulu laho la konsege han hotu hudi ne'e, tanba nia loke hudi lahatene, tun fali. Lekrauk hamnasa hodi hateten, o lakon buat di'ak ida iha o nia moris ne'e. Lekirauk sa'e fali nia han tiha soe kulit tun ba laho. O han tok di'ak ka lae? Laho koko ba hodi dehan ba lekirauk katak furak loos. Lekirauk han to'o bosu tiha nia tun fali hodi sira la'o nafatin. To'o fali ema nia to'os laran ida laho haree ema sunu hela nia ai tahan iha to'os laran. Laho hatete ba lekrauk:" ita na'in rua taru tan se mak bele subar tama iha ai tahan laran ne'e. Lekrauk hatete ba laho: "agora o mak tama uluk". Laho dehan di'ak. Laho tama tiha, dehan ba lekrauk katak: "ha'u sura to'o sanulu o sunu ahi ba ai tahan ne'e". Laho tama tiha, nia suu hela rai kuak hodi hasees an hosi ahi manas. Rai kuak hotu tiha nia hakilar sai hela ba lekrauk katak: bele sunu ona. Lekrauk sunu tiha, hodi haksoit ba mai los. Nia kontente hanoin katak laho mate ona. Maibee laho halai sai tiha ba li'ur. To'o ahi mate tiha, nia haksoit sai mai. Lekrauk hakfodak los. Laho dehan agora o tama fali. Lekrauk tama liu ai tahan laran, nia sura to'o sanulu laho sunu. Tanba lekrauk lahatene su rai hodi hases an hosi ahi manas, ahi han nia motuk tiha.*

O macaco e o rato (tradução)

Era uma vez um macaco e um rato que ficaram amigos. Eles foram tomar banho no rio. Depois do banho, voltaram para casa, seguindo um caminho dentro de uma horta. Ao ver um cacho de bananas maduras, o macaco pensou em comê-las. E disse, então, ao rato: "Vamos apostar quem é mais rápido em comer bananas e tirar as cascas?" O rato foi o primeiro a subir. Enquanto o rato estava subindo, o macaco começou a contar até dez. Mas o rato não conseguiu descascar a banana, e acabou descendo sem comer. O macaco, saltando de um lado para o outro, disse: "Perdeu uma boa oportunidade". Chegou a vez do macaco. Subiu rapidamente e comeu a banana, descascando-a sem problemas e atirando a casca ao seu colega, dizendo: "Experimenta! É bom ou não?". Depois de experimentar a casca, ele foi dizendo: "É saboroso". O macaco comeu tudo, desceu e continuaram a andar. Chegaram, agora, a uma horta cujo dono estava retirando lenha e folhas secas para queimar. Ao ver isto, o rato disse: "Colega! Vamos fazer mais uma aposta. Vamos ver quem é que consegue entrar nessas folhas secas sem ser queimado e sair vivo". O rato foi o primeiro a entrar. Enquanto o macaco contou até dez, o rato cavou um buraco e procurou um jeito de escapar do perigo. Depois de contar até dez, o macaco começou a queimar as folhas secas. Pensava que o rato tinha morrido e dava gargalhadas. Depois de um tempo o rato apareceu vivo. O macaco ficou assustado e disse: "Como é que você conseguiu escapar do fogo?". "Ah! Não custa nada. É só cobrir bem o corpo com as folhas" respondeu o rato. O macaco entrou, e depois de entrar, o rato queimou as folhas. O macaco não conseguiu escapar e acabou morrendo.

Em *lekrauk no laho* 'o macaco e o rato', quem deseja roubar *hudi* 'banana' é o *lekrauk* 'macaco', que acaba por convencer o rato a fazê-lo também. Porém, o *laho* 'rato' não consegue e o macaco engana-o. Assim, segue a história para *to'os* 'horta', que como foi analisado acima, é considerado um local de importância fundamental na sociedade leste-timorense, mas o macaco não respeita e quer realizar brincadeiras que podem prejudicar tanto o colega rato, quanto a plantação e o dono da horta. Desta maneira, ao final o macaco é punido com a morte.

### 6. *Lekrauk ho Lafaek*

*Loron ida beik rawa la?o hela iha mota ida sorin, hodi haree hela mota boot tun hela ba tasi. Nia hanoin hela halo nusa mak bele hakat liu tuir nia maluk sira ba mota sorin. La kaleur lafaek barak mai hale'u lekrauk ne'e atu han nia. Lekrauk fatin ses nian la iha ona, nia hein atu mate de'it ona. Iha maufinu nia laran ne'e lekrauk hanoin hetan nia lia ida hodi hatete lafaek katak: "imi labele han ha'u lai, tanba ha'u hanoin imi barak liu i ha'u mesak ida de'it. Di'ak liu husik ha'u hakat ba sorin lai hodi bolu ha'u nia maluk sira iha mota sorin, atu nune'e imi bele han to'o bosu. Lafaek suri sukat ba mai hodi hatete ba malu: "katak los duni ita barak liu fahe lekirauk ida ne'e la to'o malu di'ak liu haruka nia ba bolu tiha nia maluk sira nebaa ne'e". Nune'e sira simu ona lekrauk nia hanoin ne'e atu bolu lai nia maluk sira iha mota sorin. Maibee lekrauk hatete fali ba lafaek sira ne'e: "há'u hakarak hatene imi na'in hira mak iha mota laran ne'e, entaun*

## ECO-REBEL

*imi tenki forma husi mota ninin ne'e to'o sorin balu atu nune'e ha'u bele sura imi". Lafaek sira komesa forma ona iha mota laran, hanesan lekrauk haruka. Hotu tiha, lekrauk haksoit hosi lafaek ida ba lafaek seluk hodi hakur liu tiha mota sorin. Liu tiha mota sorin lekrauk sira halai liu husik hela lafaek sira hamlaha hela iha mota laran.*

O macaco e o crocodilo (tradução)

Era uma vez um macaco que andava na beira do rio. Ele não conseguia seguir os amigos porque a corrente do rio estava forte. Assim, muitos crocodilos cercaram-no e ameaçaram comê-lo. O macaco não tinha muito espaço para escapar e só aguardava a chegada da morte. Ele disse aos crocodilos: “Não me comam, porque eu sou apenas um macaco. A minha carne não chega para todos vocês. Olhem para a outra margem do rio, lá estão muitos macacos. Deixem-me em paz, e eu vou chamar os meus colegas para alimentar vocês”. Os crocodilos aceitaram o pedido do macaco. O macaco mandou-os fazer fila, de um lado ao outro do rio. O macaco começou a saltar sobre eles e a contá-los até ao outro lado do rio. Desse modo, o macaco saiu do rio, deixando os crocodilos com fome lá dentro.

Na cultura leste-timorense, acredita-se que *lafaek* ‘crocodilo’ é o animal que deu origem a ilha de Timor, sendo ilha o corpo de um crocodilo mitológico gigante. Acredita-se também que os antepassados dos timorenses eram crocodilos. Por esses fatores o crocodilo é considerado o animal mais sagrado em toda a região. O *ai knanoik lekrauk ho lafaek* apresenta, em certa medida, um sacrilégio cometido pelo macaco ao enganar o crocodilo, se utilizar dos demais para obter vantagens e deixá-los abandonados com fome. Segundo a cultura popular leste-timorense, o crocodilo somente se alimenta de pessoas ruins, no caso aqui de um animal ruim, como uma forma de punição.

### 7. *Asu ho Lekirauk*

*Hori uluk liu animaal sira di'ak malu hanesan moos ita emar. Loro-loron sira te'in ba han hanesan ita emar. Sira mos halo orariu atu te'in ho suru hakaan ba sira han. Loron ida manu sira mak te'in, loran tuir fali fahi, laho, lekrauk sira te'in hotu. Agora tempu to'o ona asu mak te'in ba sira han. Te'in hotu tiha asu lakohi fahe. Nia haruka fali lekirauk mak fahe, maibee lekirauk lakohi. Nune'e asu hatete ba animal sira seluk katak: "ha'u mak fahe maibee imi keta hamnasa ha'u. Sira hotu hataan katak: "ami la hamnasa". Entaun komesa tur ona hodi fahe hahan ba sira. Haree ba asu ne'e tur sala hela. Sira seluk nonok deit tanba ta'uk asu tata sira, maibee lekrauk sira kili malu hodi hamnasa tan haree asu tur sala. Asu moe ida ne'e duni hotu lekrauk sira sa'e hotu ba ailetan. Tanba na'e mak sira sei odi malu to'o ohin loran.*

O cachorro e o macaco (tradução)

Antigamente, os animais se davam, assim como os seres humanos. Eles cozinhavam todos os dias para se alimentarem, como acontecia com o homem. Eles tinham horários para cozinhar. Certo dia, chegou a vez do cachorro. Assim como os outros animais, eles cozinhavam e compartilhavam a comida uns com os outros. O cachorro queria cozinhar, mas não queria compartilhar com os outros animais. Mas, o macaco exigiu que o cachorro o fizesse. O cachorro disse, então: “eu posso compartilhar a comida, mas nenhum de vocês pode rir”. Todos estavam de acordo, e o cachorro sentou no chão. Ao verem o procedimento do cachorro, os outros animais ficaram calados, exceto o macaco, que se começou a dar gargalhadas. O cão ficou furioso. E, por vergonha, expulsou todos os macacos para cima das árvores. Até hoje, cachorros e macacos não se dão bem uns com os outros.

O macaco novamente é representado como um animal maligno que acaba por humilhar *asu* ‘cachorro’. A punição dada aos macacos pelos cachorros é viver no ‘topo das árvores’ *ailetan*.



Assim, o conto *asu ho lekrauk* procura explicar a rivalidade no meio ambiente leste-timorense existente entre cães e macacos, e a condição do macaco viver em cima das árvores. De certa maneira, procura valorizar, na figura do cachorro, o estilo de vida mais rural e mais humilde que vem sendo fruto de preconceitos pelo povo leste-timorense, representado na figura do macaco. Esta posição preconceituosa dos cidadãos leste-timorenses contra o estilo de vida rural e humilde foi apontada anteriormente e pode ser vista claramente neste conto.

Percebe-se que além dos elementos físicos e comportamentais associados aos animais (ecossistema natural) e que são percebidos pelos humanos (ecossistema mental), orientando, assim, suas práticas em relação a eles (ecossistema social), ora maltratando, afastando ou matando os animais considerados malignos ou nocivos (macaco, cachorro), ora exaltando, elogiando ou tratando bem os animais considerados benéficos (crocodilo, rato), que foram reiterados durante esta seção, há também o tema constante da alimentação até mesmo associado aos bichos, colocando algumas questões de sobrevivência, principalmente a obtenção de alimentos, como um ponto central na cultura e visão de mundo leste-timorense, por isso sendo retomada ou repetida na literatura oral e em outras manifestações culturais do país, sendo que estas fazem parte do ecossistema cultural.

### 5. Considerações finais

Este artigo consiste em uma introdução à análise das narrativas orais tradicionais leste-timorenses, concentrando-se nos contos populares, chamados de *ai knanoik*, em língua Tetun, língua oficial da República Democrática de Timor-Leste, que possui o status de língua franca e é a língua nativa com mais falantes no país.

Como o presente trabalho é pioneiro e de natureza introdutória, existindo somente um similar realizado por Albuquerque (2011b), procurou-se comentar a escassa bibliografia a respeito da literatura oral tetunófona, assim como apontar os principais gêneros orais em língua Tetun, sendo eles *hamulak*, *ai knananuk* e *ai knanoik*. Comentaram-se as dificuldades da realização da coleta de dados em campo desses registros orais.

A análise propriamente dita é reduzida, consistindo de breves comentários a respeito da estrutura, tradução e as relações com os três ecossistemas da língua, sendo focada nos *ai knanoik* em língua Tetun. Foram apontados, assim, de maneira superficial, as relações entre língua e meio

## ECO-REBEL

ambiente nessa manifestação literária tetunófona específica. Especificamente, como o solo e o relevo leste-timorense (características do meio ambiente) acabam por limitar a agricultura no país. Isto faz com que a alimentação escassa se torne um bem muito procurado e esteja ligado a uma série de rituais na sociedade leste-timorense. Além disso, o roubo de alimentos é algo constante na literatura oral e deve ser punido exemplarmente.

Finalmente, este artigo procura dar início à análise das narrativas orais leste-timorense, seguindo uma abordagem ecológica. O presente autor está ciente das limitações e defeitos que possam aparecer, especialmente ao se tratar de um trabalho pioneiro. Com isso, estamos cientes de que apresentamos um suporte teórico e uma grande quantidade de dados com o intuito de disponibilizá-los ao leitor. Além disso, por motivo falta de espaço e escassez de referências, nossa análise ficou reduzida, diante da grande quantidade de dados apresentados; tampouco pudemos aprofundar as relações com a LE, que foram apenas mencionadas brevemente. Esperamos, em trabalhos futuros, poder corrigir e preencher os hiatos deste artigo, seguir com análises aprofundadas, que abranjam outros gêneros textuais tetunófonos e instigar outros pesquisadores a se interessar pelo tema tratado aqui.

### Referências

ALBUQUERQUE, D. B. Pré-história, história e contato lingüístico em Timor Leste. *Domínios de Linguagem*, v.6, n.2, p. 75-93, 2009.

\_\_\_\_\_. As línguas de Timor Leste: perspectivas e prospectivas. *Língua e Literatura (USP)*, v. 27, p. 313-335, 2010a.

\_\_\_\_\_. Elementos para o estudo da ecolinguística de Timor Leste. *Domínios de Linguagem*, v.7, n. 1, p. 21-36, 2010b.

\_\_\_\_\_. O português de Timor Leste: contribuição para o estudo de uma variedade emergente. *PAPIA (BRASÍLIA)*, v. 21, p. 65-82, 2011a.

\_\_\_\_\_. Língua e meio ambiente na literatura oral em Tetun, Timor Leste. *Language and Ecology*, v. 3, p. 1-18, 2011b.

\_\_\_\_\_. O sistema lingüístico como sistema ecológico: um estudo da gramática Tetun (Timor-Leste). *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, v. 14, p. 175-194, 2013.

- \_\_\_\_\_. *A língua portuguesa em Timor-Leste: uma abordagem ecolinguística*. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade de Brasília, Brasília, 2014.
- \_\_\_\_\_. *Ensaio de Ecolinguística teórica e aplicada*. Brasília: ANS Editor, 2018a.
- \_\_\_\_\_. A Interação Intercultural em Timor-Leste: aspectos linguísticos e ecológicos. *Plural Pluriel*, v. 19, p. 43-61, 2018b.
- ARAÚJO, G. P. 10 anos de ecolinguística no Brasil: percurso de sua afirmação como área dos estudos linguísticos em nosso país. In: COUTO, E. K. N. et al. (org.). *Linguística Ecosistêmica - 10 Anos de Ecolinguística no Brasil*. Campinas-SP: Pontes Editora, 2017. p. 65-82.
- ARAÚJO, V. *Um estudo sobre o rito de tradição oral AI-HULUN e as suas actuais práticas religiosas e mágicas no suco de Mauchiga*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Universidade Nova de Lisboa, 2000.
- AVELAR FILHO, J. N. A folia da roça da região de Formosa (GO). In: COUTO, E. K. N.; ALBUQUERQUE, D. B. (org.). *Linguística Ecosistêmica e Análise do Discurso Ecológica*. Teoria e aplicações. Brasília: Thesaurus, 2015. p. 142-151.
- \_\_\_\_\_. A linguagem da catira como expressão do acaipiramento no nordeste goiano. *ECO-REBEL – Revista Brasileira de Ecologia e Linguagem*, v. 3, p. 114-128, 2016.
- BARBOSA, D. *Roteiro da literatura em Timor-Leste em língua portuguesa*. Tese (Doutorado em Literatura). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- BARTKOWIAK, T. *Gems from the island of Timor*. Ende/Flores: Nusa Indah, 1979.
- COHEN, M. Blues in the Green: Ecocriticism under Critique. *Environmental History*, v. 9, n. 1, p.9-36, 2004.
- COUTO, H. H. *Ecolinguística*. Estudo das relações entre língua e meio ambiente. Brasília: Thesaurus, 2007.
- \_\_\_\_\_. O que vem a ser ecolinguística, afinal? *Cadernos de Linguagem & Sociedade*, v. 14, n. 1, p. 275-313, 2013.
- \_\_\_\_\_. Linguística ecosistêmica. *ECO-REBEL – Revista Brasileira de Ecologia e Linguagem*, v. 01, n. 01, p. 47-81, 2015.
- \_\_\_\_\_. Linguística ecosistêmica. In: COUTO, H. H. et al. (org.) *O paradigma ecológico para as ciências da linguagem: ensaios clássicos e contemporâneos*. Goiânia: Editora da UFG, 2016. p. 209-262.

## ECO-REBEL

COUTO, E. K. N. Dez anos de ecolinguística no Brasil: inovações e reinterpretações. In: COUTO, E. K. N. *et al.* (org.). *Linguística Ecolinguística - 10 Anos de Ecolinguística no Brasil*. Campinas-SP: Pontes Editora, 2017. p. 45-64.

DOURADO, Z. Pensando a capoeira dentro do ecossistema cultural: algumas reflexões iniciais. *ECO-REBEL – Revista Brasileira de Ecologia e Linguagem*, v. 3, p. 93, 2017.

\_\_\_\_\_. *Ecossistema cultural: as inter-relações entre língua, corpo e cultura na roda de capoeira*. Brasília: ANS Editor, 2018.

FOX, James J. Models and metaphors: Comparative research in Eastern Indonesia. In: FOX, James J. (ed.) *The Flow of Life: Essays on Eastern Indonesia*. Cambridge: Harvard University Press, 1980. p. 327-333.

\_\_\_\_\_. *To Speak in Pairs. Essays on the Rituals Languages of Eastern Indonesia*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

\_\_\_\_\_. Tracing the path, recounting the path: historical perspectives on Timor. In: FOX, James J.; SOARES, Dionisio B. (eds.) *Out of the ashes: destruction and reconstruction of East Timor*. Hindmarsh: Crawford House Publishing, 2000. p.1-29.

\_\_\_\_\_. Drawing from the past to prepare for the future: responding to the challenges of food security in East Timor. In: COSTA, H. *et al.* (Eds.). *Agriculture: New Directions for a New Nation - East Timor (Timor-Leste)*. Canberra: The Australian National University, 2003. p. 105-114.

\_\_\_\_\_. Ritual languages, special registers, and speech decorum in Austronesian languages. In: ADELAAR, K. A.; HIMMELMANN, P. (eds.), *The Austronesian languages of Asia and Madagascar*. Londres: Curzon Press, 2005. p. 87-109.

\_\_\_\_\_. The Transformation of Progenitor Lines of Origin: Patterns of Precedence in Eastern Indonesia. In: FOX, James J.; SATHER, Clifford. (ed.). *Origins, Ancestry and Alliance. Explorations in Austronesian Ethnography*. Canberra: The Australian National University Press, 1996. p. 133-156.

GIFFORD, T. A ecocrítica na mira da crítica atual. *Terceira Margem*, v. 20, p. 244-261, 2009.

GONZALEZ, S. Pensar rizomaticamente as relações literárias por Timor-Leste. *Plural Pluriel*, n. 19, p. 81-94, 2018.

GOMES, N. S. *A literatura popular de tradição oral, em Timor-Leste: caracterização, recolha e modos de escolarização*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Educação e Psicologia. Universidade do Minho, 2007.

## ECO-REBEL

- HAJEK, J. Language planning and the sociolinguistic environment of East Timor: colonial practices and changing language ecologies. *Current Issues in Language Planning*, v. 1, p. 400-413, 2000.
- HAUGEN, E. *The Ecology of Language*. California: Stanford University Press, 1972.
- HULL, G. A Morphological Overview of the Timoric Sprachbund. *Studies in Languages and Cultures of East Timor*, v.4, p.98-205, 2001.
- \_\_\_\_\_. The Papuan Languages of Timor. *Studies in Languages and Cultures of East Timor*, n.6, p. 23-100, 2004.
- KLINKEN, Catharina van. *A Grammar of the Fehan Dialect of Tetun, an Austronesian Language of West Timor*. Canberra: Pacific Linguistics, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Oral traditions in Tetun Fehan*. Trabalho apresentado *East Nusantara 2º Workshop Questionnaires on Oral Traditions*. 2000.
- MATHIJSSEN, A. *Eenige fabels en volkslegenden van de onderafdeling Beloe op het eiland Timor*. Batavia: Albrecht & Co., 1915.
- MORRIS, C. *Ai knananuk ho ai knanoik nousi Rai Timur: rai nousi lafaek dukur. Verse and legends from Timor the land of the sleeping crocodile, book 1*. Frankston/Victoria: H.C. Morris, 1984.
- NATIONAL BOARD OF STATISTICS. *Timor-Leste Census of Population and Housing 2004*. Priority Tables Editions: National Board of Statistics and the United Nation Fund for Population, 2006.
- ODUM, E. P. *Fundamentals of Ecology*. Philadelphia: W. B. Saunders Company, 1971.
- OLIVEIRA, E. *A nascente literatura de língua portuguesa em Timor-Leste*. São Paulo: Universo Diverso, 2014.
- PAULINO, V.; BORGES, D. Literatura oral e identidade maubere na construção de discursos sobre a formação da nação timorense. *Plural Pluriel*, n. 19, p.113-122, 2018.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. *Relatório do Desenvolvimento Humano de Timor Leste*. Dili: UN Agency House, 2002.
- SÁ, A. B. *Textos em Teto da literatura oral timorense*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1961.
- SERAN, J. B. *Pantun Bahasa Tetun Timor*. Kupang: Penerbit Yayasan Oemata Moris, 1986.

## ECO-REBEL

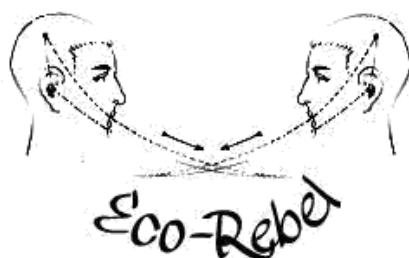
THERIK, G. T. *Wehali, the Female Land: Traditions of a Timorese Ritual Centre*. Canberra: Pandanus Books, 2004.

THOMAZ, L. F. *Babel Loro Sa'e: o problema lingüístico de Timor Leste*. Lisboa: Instituto Camões, 2002.

TRAUBE, E. *Cosmology and Social Life: Ritual Exchange among the Mambai of Timor*. Chicago: The University of Chicago Press, 1986.

Aceito em 05/10/2019.

ECOLINGUÍSTICA: REVISTA BRASILEIRA DE  
ECOLOGIA E LINGUAGEM (ECO-REBEL), V. 5, N. 2, 2019.



## RESENHA

KHAN, Ahmed. *Introduction to Cell Agriculture*, ebook available at <https://cellagri.mykajabi.com/ebook>

Reviewed by George Jacobs (James Cook University, Singapore)

The language around us and the world around us are inextricably bound. Any change in one sooner or later provokes a change in the other. Food has long been an area of change with corresponding and compounding changes in languages. Examples of new terms include ketogenic, flexitarian, and superfood.

This review is being written in May 2019. It seems that every week, new headlines crash onto our consciousness about the rise of foods that offer alternative protein sources, such as Beyond Meat and Impossible Foods, using plant and fungi sources to mimic the look, taste, mouthfeel, and nutritional profile of animal based foods, while minimizing health risks, such as cholesterol, greatly reducing environmental damage, and sparing billions of animals the horrors of modern animal agriculture.

The excitement about these new foods already on the market continues to build, as not only do the range and quality of these plant based and fungi based foods grow, but an additional source of protein alternatives is making major developmental strides and could be ready for market as soon as 2020. These new alternative foods take the mimicry of animal-based foods one step further: real meat, real milk, real eggs, and more but without the animals. Among the animal products which can shift from carcass-derived to cell-derived are not just meat, but also milk and eggs, and not just food but also leather and rhinoceros horns, and even human skin and cartilage. This 'magic' process has various names, including 'clean,' 'cellular,' 'cultured,' and 'lab-grown.'

Ahmed Khan, the author of the book being reviewed here, is the editor of CellAgri ([www.cell.ag](http://www.cell.ag)), a news and research startup which he founded in 2017 with the goal of making it the go-to place for information on cellular agriculture. Ahmed uses the catch-all term "Cell Ag" (short for cellular agriculture) to encompass this broad field of innovative products. His 59-page, free-on-line book provides a layperson-accessible explanation of Cell Ag, its origin, its scientific background, its problems, and its prospects. A key reason for the book is to provide the public with "radical transparency" about exactly what Cell Ag is, because Ahmed hopes that an educated public will be accepting of cell ag products. In addition to downloading the book and reading the CellAgri newsletter, you can listen to Ahmed talk about Cell Ag at <https://www.youtube.com/watch?v=-WIAJmQSn2c>

The book includes an initial chapter titled Biology 101. There, Ahmed provides the

minimal knowledge needed to understand what cells are and what Cell Ag scientists are attempting to do with cells. So that you can judge for yourself the comprehensibility of Ahmed's writing, here's a paragraph from that chapter (p. 6):

*In the laboratory, scientists use cell culture media to grow cells. The cell culture media, which includes the cell culture serum, provides all the nutrients and growth factors that the cells may need to replicate. In this way, the cell culture media makes the cells believe they are still in its body and will grow accordingly, if all the right conditions are in place.*

The book's first main chapter is titled Cellular Agriculture: An Introduction. Many reasons exist for Cell Ag, mostly based on the unsustainability of trying to supply traditionally produced meat and other animal products to the burgeoning human population. These reasons for this unsustainability include that animal products wreak havoc on the environment, on human health, and on the lives of the animals involved. Ahmed urges that to help the public appreciate these benefits of Cell Ag, quantitative labels be used compare Cell Ag to factory farmed products, such as showing how much water is saved and how much less cholesterol is ingested.

Safety of the food supply provides another reason for advocating Cell Ag. Indeed, *clean*, such as in *clean meat*, is one of the adjectives used for Cell Ag products. This adjective is used to reflect the health dangers of carcass based products. For example, feces is regularly found in samples of chickens' meat: <https://www.foxnews.com/health/meat-poultry-fecal-matter-usda-lawsuit>. Furthermore, carcass-based foods are routinely linked to pandemic diseases such as swine flu and bird flu. In contrast, cell ag products are likely to be produced in much more sterile environments.

To overcome fears that Cell Ag products will be some kind of Frankenstein food, Ahmed cautions that ongoing public education will be necessary. Part of this education includes transparency by all those involved in Cell Ag, such as those doing research and those involved in manufacturing processes.

One way to encourage the public to accept Cell Ag products is to publicize that we already use products derived from cellular technology. These products include fermented foods, such as kimchee, tempeh, yogurt, and beer. Plus, did you know that previously, the insulin used by diabetics was derived from carcasses of millions of pigs and cows: <https://www.fooddive.com/news/one-order-of-eggs-hold-the-hens-how-acellular-agriculture-will-reshape-fo/524943>, but now this insulin is produced in labs, and it's a much safer supply?

The public also needs to know that not all protein alternatives derive from Cell Ag. Fungi based and plant based products, such as Quorn and Beyond Meat, are different from Cell Ag products. Fungi based and plant based involves no animal cells and seeks to seem to the senses as equivalent to animal based products. Cell Ag takes this equivalence a step further, going beyond visceral equivalence to biological equivalence. And, beyond equivalence, these cell ag products could even improve on what is currently in use from animals, such as meat without cholesterol and milk that can be consumed by those who are lactose intolerant.

Cell Ag faces a number of obstacles. First, on the language front, some in the meat



industry are attempting to marginalize Cell Ag products, for example, advocating laws dictating that these products cannot be called ‘meat.’ Ahmed disagrees, arguing that when examined with a microscope, conventional and cell-cultured meats look similar, which they should as their composition is the same. Also, major producers of carcass-derived meat have already invested in Cell Ag companies, such as Memphis Meats.

A second obstacle facing Cell Ag involves scalability. To have an impact on how people eat, Cell Ag products need to go from being made one-by-one in a lab to being made in their millions in factories. This scaling will provide sufficient supply to meet the demands of what are projected to be 9-10 billion people by 2050 at prices that can fit most budgets. Part of achieving scalability involves developing large enough bioreactors for the cell processes.

A third obstacle to Cell Ag becoming a widely accepted part of people’s lives can be seen in objections from what is perhaps an unlikely source: vegans and other vegetarians. Currently, the cells used for Cell Ag and the cell culture media in which the cells grow all derive from animals. Thus, Cell Ag’s product cannot be called vegan. Those in the Cell Ag industry, including long-time vegan advocates, are confident that scientific developments will soon allow the industry to overcome these objections, although not all animal advocates share their confidence. One point that vegans, such as myself, might want to bear in mind is that the original 1944 definition of vegan does not talk about zero use of animals but about limiting exploitation of nonhuman animals (<https://www.vegansociety.com/about-us/history>):

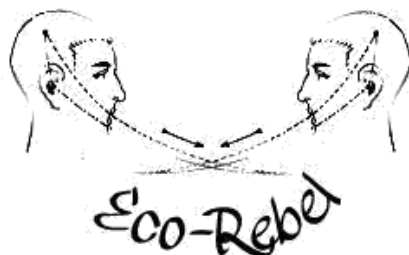
*[Veganism is] a philosophy and way of living which seeks to exclude—as far as is possible and practicable—all forms of exploitation of, and cruelty to, animals for food, clothing or any other purpose; and by extension, promotes the development and use of animal-free alternatives for the benefit of humans, animals and the environment.*

Indeed, in the modern world, it is virtually impossible to live without being complicit in harm to animals: <https://www.treehugger.com/green-food/9-everyday-products-you-didnt-know-had-animal-ingredients.html>

In conclusion, Cell Ag is a rapidly developing field with a potentially huge impact. Thus, readers will want to stay up-to-date. Thanks to Ahmed Khan for providing this free-to-read book which provides a good foundation for understanding Cell Ag. The book ends with a list of prominent companies and non-profits working in the Cell Ag space. These organizations also provide information of the cell ag process, e.g., [https://www.new-harvest.org/cellular\\_agriculture](https://www.new-harvest.org/cellular_agriculture). Plus, the book has a short list of other information sources.

**Note**

The book is downloadable at no charge at <https://cellagri.mykajabi.com/ebook>



## RESENHA

KHAN, Ahmed. *Introduction to Cell Agriculture*, ebook disponível em: <https://cellagri.mykajabi.com/ebook>

Resenhado por George Jacobs (James Cook University, Cingapura)

A língua e o mundo ao nosso redor estão inextricavelmente ligados. Qualquer mudança em um deles mais cedo ou mais tarde provoca mudanças no outro. Há muito tempo a alimentação tem sido um setor transformativo com mudanças correspondentes nas línguas. Exemplos de novos termos incluem cetogênico, flexitariano e superalimento.

Esta resenha está sendo escrita em maio de 2019. Parece que a cada semana novas manchetes chegam a nós falando do aumento de alimentos que oferecem proteínas alternativas, como Beyond Mead (Além da Carne) e Impossible Foods (Alimentos Impossíveis). Esses alimentos usam recursos de plantas e fungos para imitar a aparência, o sabor, a palatabilidade e o poder nutritivo de alimentos de base animal, minimizando riscos à saúde, como o colesterol, reduzindo drasticamente os danos ao meio ambiente e poupando bilhões de animais dos horrores da moderna agricultura animal.

O burburinho sobre esses novos alimentos já disponíveis no mercado continua a crescer, uma vez que não apenas a amplitude e a qualidade desses alimentos baseados em plantas e fungos se aperfeiçoam, mas também porque uma fonte adicional de alternativas de proteínas está ganhando terreno e se desenvolvendo rapidamente e poderia estar pronta para o mercado até 2020. Esses novos alimentos alternativos imitam alimentos de base animal em mais um ponto: carne normal, leite normal, ovos normais e muito mais, mas sem os animais. Entre os produtos de base animal que podem mudar de derivados de carcaça para derivados de células estão não apenas a carne, mas também o leite e os ovos; e não apenas alimento, mas também cor e chifres de rinocerontes e até pele humana e cartilagem. Esse processo 'mágico' tem vários nomes, entre eles, 'limpo', 'celular', 'cultivado' e 'feito em laboratório'.

O autor do livro que está sendo resenhado, Ahmed Khan, é o organizador/editor de CellAgri ([www.cell.ag](http://www.cell.ag)), uma *startup* de notícias e pesquisa que ele fundou em 2017, com o objetivo de mostrar a busca por informações sobre agricultura celular. Ahmed usa o termo abrangente "Cell Ag" (abreviação de agricultura celular) para açambarcar este amplo campo novo de produtos inovadores. Em suas 59 páginas, este livro disponível *online* de graça apresenta em linguagem acessível ao leigo uma explicação sobre a Cell Ag, sua origem, seu pano de fundo científico, seus problemas e suas possibilidades. Uma motivação importante deste livro é trazer ao público com uma "transparência radical" o que vem a ser Cell Ag, uma vez que

Ahmed espera que o público culto aceite produtos de *cell ag*. Além de baixar o livro e ler o boletim CellAgri, você pode ouvir Ahmed falando sobre Cell Ag em <https://www.youtube.com/watch?v=-WIAJmQSn2c>

O livro inclui um capítulo inicial intitulado “Biologia 101”. Nele, Ahmed apresenta o conhecimento mínimo necessário para entender o que são células e o que os cientistas da Cell Ag estão tentando fazer com elas. A fim de que você possa julgar por si mesmo a compreensibilidade do texto de Ahmed, aqui está um parágrafo desse capítulo (p. 6):

*No laboratório, os cientistas usam meios de cultura de células para cultivar células. Esses meios de cultura, que incluem soro para cultura de células, contêm todos os nutrientes e fatores de crescimento de que as células podem precisar para se replicar. Desse modo, os meios de cultura de células acham que ainda estão no seu corpo e crescerão em conformidade com isso, uma vez que as condições necessárias estejam presentes.*

O primeiro capítulo se intitula “Agricultura celular: uma introdução”. Há muitas razões para a existência da Cell Ag, a maioria com base na insustentabilidade das tentativas de prover carne e outros produtos animais tradicionalmente criados à crescente população humana. Essas razões para a insustentabilidade incluem o fato de os produtos animais causarem estragos ao meio ambiente, à saúde humana e à vida dos próprios animais em questão. Ahmed chama a atenção para a urgência de se ajudar o público a apreciar os benefícios da Cell Ag, e que dados quantitativos sejam usados para comparar Cell Ag com produtos provenientes de fazendas, como ao se mostrar quanta água é poupada e que menos colesterol é ingerido.

A garantia de fornecimento de alimento constitui um outro motivo para se defender Cell Ag. Com efeito, *limpo*, como em *carne limpa*, é um dos adjetivos usados para os produtos Cell Ag. Esse adjetivo é usado para refletir os perigos à saúde causados por produtos baseados em carcaças. Por exemplo, as fezes são frequentemente encontradas em amostras de carne de frango: <https://www.foxnews.com/health/meat-poultry-fecal-matter-usda-lawsuit>.

Além disso, alimentos baseados em carcaças são rotineiramente associados a doenças pandêmicas, tais como a gripe suína e a gripe aviária. Os produtos Cell Ag, ao contrário, geralmente são produzidos em ambientes muito mais estéreis.

A fim de vencer o medo de que os produtos Cell Ag serão algum tipo de alimento Frankenstein, Ahmed adverte que é necessário informar o público atual. Parte dessa informação inclui transparência por parte de todos os que estão envolvidos em Cell Ag, como é o caso dos que fazem pesquisa e os que estão envolvidos em processos de produção. Uma maneira de encorajar as pessoas a aceitar produtos Cell Ag é mostrar que já usamos produtos derivados da tecnologia celular. Esses produtos incluem alimentos fermentados, tais como kimchi, tempeh, iogurte e cerveja. Além disso, você sabia que uns tempos atrás, a insulina usada pelos diabéticos era tirada de carcaças de milhões de porcos e vacas: <https://www.fooddive.com/news/one-order-of-eggs-hold-the-hens-how-acellular-agriculture-will-reshape-fo/524943>, mas agora essa insulina é produzida em laboratório e é muito mais segura?

As pessoas precisam saber também que nem todas as proteínas alternativas se derivam de Cell Ag. Produtos baseados em fungos e em plantas, como Quorn e Beyond Meat, são diferentes de produtos Cell Ag. Produtos baseados em fungos e em plantas envolvem células animais e parecem aos sentidos como equivalentes a produtos baseados em animais. Cell Ag leva essa equivalência avante, indo além da equivalência visceral, ou seja, à equivalência biológica. Além da equivalência, esses produtos Cell Ag melhoram o que, no momento,

provém de animais, como carne sem colesterol e leite que pode ser consumido por quem é intolerante à lactose.

Cell Ag enfrenta muitos obstáculos. Primeiro, no âmbito da linguagem, algumas pessoas estão tentando marginalizar produtos Cell Ag, por exemplo, evocando leis que dizem que esses produtos não podem ser chamados 'carne'. Ahmed discorda, argumentando que, quando examinado ao microscópio, a carne convencional e a de cultura celular são semelhantes, o que pode ser, pois sua composição é a mesma. Além disso, os grandes produtores de carne derivada de carcaça já têm investido em companhias Cell Ag, como é o caso de Memphis Meats.

Um segundo obstáculo enfrentado pela Cell Ag envolve escala. Para ter um impacto sobre a maneira de as pessoas comerem, os produtos Cell Ag precisam passar de ser produzidos um a um no laboratório a ser feitos aos milhões em fábricas. Essa escala proverá suprimento suficiente para atender às demandas do que está projetado para ser 9 a 10 bilhões de pessoas por volta de 2050, a preços acessíveis à maioria dos orçamentos. Parte dessa escala implica o desenvolvimento de biorreatores grandes o suficiente para todos os processos celulares.

Um terceiro obstáculo para que a Cell Ag se torne uma parte aceitável da vida das pessoas pode ser vista nas objeções que partem de uma fonte inesperada: veganos e outros vegetarianos. Nos dias atuais, as células usadas para a Cell Ag e para os meios de cultura em que as células crescem derivam de animais. Assim, produtos Cell Ag não podem ser veganos. Os envolvidos na indústria Cell Ag, incluindo defensores veganos de longo prazo, acreditam que o desenvolvimento científico em breve levará a indústria a superar essas objeções, embora nem todos os defensores dos animais acreditem nessa ideia. Um ponto que os veganos, como eu, devem ter em mente é que a definição original de vegano em 1944 não fala em uso zero de animais, mas em limitar a exploração dos animais não humanos (<https://www.vegansociety.com/about-us/history>):

*[Veganismo é] uma filosofia e modo de vida que procura excluir, até onde é possível, todas as formas de exploração de, e crueldade para com, os animais, seja para alimentação, vestimenta ou qualquer outra finalidade. Por extensão, promove o desenvolvimento e o uso de alternativas não animais para o benefício de humanos, animais e meio ambiente.*

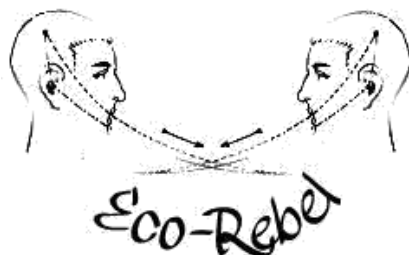
Na verdade, no mundo atual é praticamente impossível viver sem ser conivente com os danos aos animais: <https://www.treehugger.com/green-food/9-everyday-products-you-didnt-know-had-animal-ingredients.html>

Em conclusão, Cell Ag é um setor que se desenvolve rapidamente e com potencial de grande impacto. Por isso, os leitores deveriam manter-se informados. Obrigado a Ahmed Khan por colocar à disposição este livro de leitura grátis e que contém uma boa base para se entender Cell Ag. O livro termina com uma lista de grandes companhias e de organizações sem fins lucrativos que operam no espaço Cell Ag. Essas organizações fornecem também informação sobre o processo Cell Ag, como é o caso de <https://www.new-harvest.org/cellularagriculture>. Por fim, o livro contém uma pequena lista de outras fontes de informação.

#### **Nota**

O livro pode ser baixado de graça em: <https://cellagri.mykajabi.com/ebook>

Traduzido do inglês por Ana Elisa R. do Couto



## RESENHA

Teresa Moure. *Linguística eco- O estudo das línguas no antropoceno*. Santiago de Compostela: Através Editora, 2019, 195p. Prólogo de Juan Carlos Moreno Cabrera, Catedrático de Linguística Geral da Universidad Autónoma de Madrid.

Elza Kioko Nakayama Nenoki do Couto (UFG/NELIM/CNPq)

A autora do livro ora resenhado já havia publicado outro, em galego, na mesma linha, em 2011, intitulado *Ecolinguística: entre a ciência e a ética*, resenhado em *ECO-REBEL* v. 1, n. 2, p. 117-120, 2015 (<http://periodicos.unb.br/index.php/erbel/article/view/10069/8896>). *Linguística eco- o estudo das línguas no antropoceno* está escrito "numa variedade galega do português", como está dito na página 4. Teresa Moure é Professora Titular de Linguística Geral na Universidade de Santiago de Compostela. Ela é linguista, mas "seu interesse pelas línguas é também político, como ativista, e artístico, como escritora de ficção". Isso pode ser visto, entre a suas diversas publicações, no livro de poesia *Eu violei o lobo feroz* (Através, 2013), nos romances *Herba moura* (Editora Xerais, 2005), *Uma mãe tão punk* (Chiado, 2014) e *Ostrácia* (Através, 2015), bem como no ensaio *Politicamente incorreta* (Através, 2014), entre outras obras. Em 2017, recebeu os prêmios Acuorum pelo relato *Águas Livres* (2017) e Manuel Murguía por *Semântica oculta de Mrs. Hockett*.

O livro *Linguística eco-* está dividido em seis capítulos, cada um deles com diversos subcapítulos, além de "Exercícios" e "Propostas" para os estudantes/leitores. Isso já aponta para o fato de ser um livro feito para ser usado em aulas de Linguística, em geral, e de Ecolinguística em especial. Por ser uma ativista, Teresa Moure não se contenta com apenas fazer linguística teórica que, aliás, ela faz muito bem, demonstrando ter muito conhecimento sobre as teorias linguísticas existentes no mercado. Vejamos um pouco de seu conteúdo.

No primeiro capítulo, intitulado "Ecologia e linguística, um híbrido não tão estranho" (p. 19-26), Teresa Moure procura justificar para que introduzir mais uma disciplina linguística. Para ela, ecolinguística, ou linguística eco-, não é apenas isso. Ela seria uma disciplina que procuraria reinserir a língua no ecossistema a que os usuários pertencem, nesta época do antropoceno. Por exemplo, na sua Galiza nativa, a maioria das pessoas já não conhece grande parte dos espécimes da fauna e da flora.

O segundo capítulo, "A linguística no conjunto do conhecimento", começa explicitando que a tarefa do linguista em geral não é meramente o de ser "especialista nas palavras e os seus usos", como fazem os gramáticos normativistas, como se a língua fosse uma coisa (um instrumento de comunicação). Citando Saussure, Sapir, Whorf, Hockett e Haugen, Moure começa o subcapítulo "O paradoxo da unidade e a diversidade" refutando a ideia babélica de multilinguismo como castigo. Para ela, a "diversidade linguística" "deveria ser vista como uma benção, visto que faz possível adaptação a um mundo complexo". Como ela salienta já no primeiro Exercício do livro, cada língua é uma maneira de ver o mundo, de modo que

categorias como a evidencialidade, existente em línguas aruaque e tucano são importantes não por ser algo para o linguista ostentar como exotismo, mas para mostrar como as línguas representam visões de mundo diferentes. Em suma, isso mostra mais uma vez a necessidade de se valorizar a linguodiversidade. A teoria universalista sugere que todas as línguas são em princípio iguais, portanto, não é necessário se preocupar com especificidades da língua x, y ou z. É preciso que haja não apenas "linguistas de bata" (teóricos, de gabinete), mas também "linguistas de bota", aqueles que vão a campo ver como as pessoas se comunicam no seu dia a dia. Segundo a autora, "a linguística eco- tem um profundo enraizamento na metodologia de bota".

O terceiro capítulo, "As línguas do mundo como material ecológico", começa mostrando que o relacionamento da "ciência da linguagem" com as "línguas" não tem sido neutro. A linguística tem trabalhado aparentemente no sentido da "consolidação das línguas vernáculas europeias", mas, na verdade, "só parecia interessante estudar a gramática de certas línguas", como um "sistema de comunicação" e, no caso, quanto mais amplo o domínio em que essa comunicação se dá melhor, o que leva a se supervalorizar determinadas línguas, majoritárias. Para Moure, "os estados pretendem evitar que as minorias sintam orgulho do seu património -- da sua língua, da sua história, das suas diferenças". Aqui se discute ainda a questão do número de línguas existentes no mundo, sugerindo que a contagem exata é impossível. Só faltou dizer, como faz a linguística ecossistêmica, que isso se deve em parte ao fato de não haver uma linha divisória nítida entre "língua" e "dialeto", como Max Weinreich já havia sugerido: "língua é um dialeto com um exército e uma marinha".

O quarto capítulo, "A morte de línguas", está voltado para a obsolescência ("esmorecimento") linguística, como o próprio título já sugere. Muitos linguistas do passado citam sempre latim, grego, acádio, hitita e lídio como línguas mortas. Mas, como salienta Tove Skutnabb-Kangas (ver artigo dela neste número de *ECO-REBEL!*) as línguas continuam morrendo na atualidade, e a passos cada vez mais rápidos. Aliás, as línguas não morrem; elas são assassinadas. No caso do galego, por exemplo, sequer se trata de diglossia, mas de substituição (do galego pelo castelhano). As línguas minoritárias frequentemente são referidas de modo pejorativo, contrariando a perspectiva eco-, ao ponto de fazer seus falantes se sentirem inseguros, chegando, no extremo, ao suicídio, como ocorre com "os guarani-kaiowá do Brasil". A linguística é "uma disciplina marcadamente eurocêntrica. Os estudos sobre as diversas línguas nasceram sempre vinculados a práticas de domínio". Citando Ngũgĩ wa Thiong'o, vê-se que escandinavos, alemães e japoneses "não aprenderam inglês como um meio de comunicarem entre si", mas "para ajudar os falantes de inglês nas suas interações com eles", de modo que a língua é "algo mais que uma mera forma de comunicação". Ela é expressão do processo de globalização e até de um certo imperialismo. Reportando-se a Dabashi, pergunta-se "Porque é que filosofia europeia é 'filosofia', mas a filosofia africana é etnofilosofia, da mesma forma que a música indiana é etnomúsica?". O capítulo termina com uma detalhada discussão sobre a língua nativa de Teresa Moure, o galego. Ele se encontra em território espanhol, mas histórica e estruturalmente está muito mais próximo do português do que do espanhol. Como o objetivo de qualquer estado é o monolinguismo, o galego perde terreno a cada dia que passa.

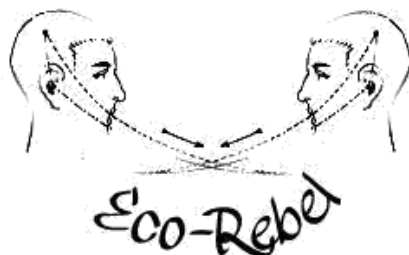
Para Moure, "a defesa do galego não é tanto a defesa do que é meu [...] mas a defesa do que é justo: que corresponde a este povo como coletivo". Mas, "a origem comum entre galego e português, a expansão posterior deste como língua presente nos confins do planeta (através do nada desejável projeto da colonização) convidam, portanto, a ensaiar esta alternativa, como faz uma parte do ativismo galego atual". Aliás, "a via está a ser explorada com relativo sucesso e explica a maneira em que está escrito este texto", ou seja, "uma variedade galega do português".



O penúltimo capítulo se intitula "Ecocosmovisão", que se aproximaria da visão ecológica de mundo seguida pela linguística ecossistêmica. Começando pelo "escorregadio conceito de língua", a polêmica sobre se o galego é uma variedade de português ou vice-versa vem à tona. O segundo vingou como "língua" porque ganhou um estado. O primeiro não, porque está sendo engolido por um estado estranho. Moure afirma: "Acho que não se pode pôr em dúvida a estreita relação entre galego e português, duas formas duma língua apenas separadas por barreiras artificiosas de estado; não por verdadeiras diferenças internas. O critério da utilidade da lusofonia parece interessante para insuflar segurança entre uma população cada dia mais vinculada ou rendida ao poder do espanhol, mas, também deve ser dito, é pouco respeitoso em termos de direitos linguísticos. Por acaso as línguas teriam como principal valor a utilidade? Por acaso as pequenas comunidades do mundo têm menos direito a sua língua por esta contar com poucos falantes?" (p. 117). No fundo, no fundo, Moure aceita a ideia linguístico-ecossistêmica do ecossistema linguístico: se há um povo (P), residindo em seu território (T) e interagindo pelo modo tradicional de interagir, esse modo de interagir, sua linguagem (L) deve ser respeitado, pois, do contrário, o ecossistema linguístico "língua + povo + território" pode esboroar-se. O capítulo retoma ainda a questão da linguodiversidade, de que "muitas línguas" implicam "muitos mundos", mesmo diante da "conflituosa definição de linguagem", que oscila entre o universalismo cartesiano e "a hipótese da relatividade linguística". A autora conclui afirmando que "provavelmente as categorias linguísticas influenciem na nossa cosmovisão, mas não estamos completamente determinad@s: podemos, em qualquer momento, aplicar uma análise crítica e reagir". Pela ótica da ecolinguística, "seremos o que quisermos ser".

O último capítulo porta o título de "Jardins com unicórnios e jardins com monstros de chifre na testa", de acordo com o estilo vívido e metafórico de Moure. A metáfora das "línguas-unicórnio" remete a "línguas absolutamente abstratas". A ecolinguística, ou linguística eco-, prefere a metáfora das "línguas-rinoceronte", "exemplares reais e diversos, construindo uma taxonomia peculiar". O capítulo fala ainda em "Microcomunidades em resistência", pois, "se cada língua leva implícita uma cosmovisão, a morte de línguas implica a doutrinas tantas formas de ver o mundo". Muitas características específicas do galego hoje em dia são encontráveis apenas "na fala de pessoas de mais idade" e na "dos nossos vizinhos em Portugal". O capítulo, e o livro, termina com "três palavras sobre ecologia (e ecologias)", sugerindo que esta deve ser a orientação a ser seguida nos estudos linguísticos se se quiser encontrar uma saída para "o dilema moral das línguas minorizadas".

Por fim, nota-se que *Linguística eco- O estudo das línguas no antropoceno*, de Teresa Moure, é uma obra que convém ser adotada logo no início de qualquer curso de linguística geral e, é claro, de ecolinguística, inclusive de linguística ecossistêmica. No que concerne a esta última, o livro confirma em grande parte suas premissas. Tudo isso devido à ampla visão que descortina sobre os fenômenos da linguagem, não se confinando a determinados nichos linguístico-acadêmicos de caráter eminentemente formal. Ela propugna por uma linguística que trate de línguas reais, faladas por pessoas de carne e osso que vivem e convivem em seu território, tudo em consonância com ecossistema linguístico "povo, língua, território".



## RESENHA

Marina Arratia J. y Vicente Limachi P. (orgs.). *Construyendo una sociolingüística del sur - Reflexiones sobre las culturas y lenguas indígenas de América Latina en los nuevos escenarios*. Cochabamba (Bolivia): Talleres Gráficos Kipus, 2018.

Zilda Dourado (UEG/NELIM)

O livro “Construyendo una Sociolingüística del sur: reflexiones sobre las culturas e las lenguas indígenas de América Latina en los nuevos escenarios” apresenta artigos que propõem uma ciência linguística atuante na defesa dos povos indígenas da América Latina. Trata-se de uma obra atualizada sobre como cuidar desses povos e de seus territórios acompanhando as mudanças sociais e econômicas da sociedade ocidental, bastante imersa na cultura digital.

Os organizadores dessa obra, Marina Arratia J. e Vicente Limachi P., juntaram vinte e um artigos. Esses trabalhos foram apresentados em um seminário do mestrado em Sociolingüística ofertado pelo Programa de Formação e Educação Intercultural Bilíngue da Faculdade de Humanidades e Ciência da Educação da Universidade Mayor de San Simón, na cidade de Cochabamba, na Bolívia. No geral, os textos discutem a situação de diferentes comunidades indígenas da comunidade latino-americana e suas respectivas línguas, tais como aimará (Bolívia), mapuzungun (Chile), nasa yuwe (Colômbia), quéchua (Bolívia), uru (Bolívia), Wounaan (Colômbia) e o castelhano. Também há um artigo do ecolinguista brasileiro Hildo Honório do Couto. Os textos estão divididos em quatro partes, além da apresentação, introdução e conclusão.

A primeira parte é intitulada de “Culturas y lenguas indígenas en las nuevas dinámicas territoriales”. Ela contém artigos sobre como diferentes comunidades indígenas estão se organizando para a revitalização de suas línguas como uma maneira de apropriação do próprio território. Também destacam como as migrações do campo para a cidade afetaram diretamente na manutenção das línguas indígenas. Dessa maneira, os textos destacam as seguintes ações para a manutenção de línguas indígenas: elaboração de políticas linguísticas para revitalização das línguas, criação e recriação de territórios para que as pessoas se comuniquem em sua língua materna. É importante destacar o artigo ‘El quechua actual: la nueva variante del quechua en la comunidad de Valle Sacta – Trópico de Cochabamba’, de Marcelino Mamani López, totalmente escrito na língua quechua, em uma clara apropriação do conhecimento científico e do território acadêmico como uma ação de valorização da língua indígena. Os textos desta parte são os seguintes:

-“Soy de aquí y soy de allá”. Un ejercicio de reflexión sobre identidades, lenguas y territorios desde el quichua ecuatoriano, *Fernando Garcés*

-Nichos migratorios: Engranajes socioterritoriales quechuas en Cobija, Pando, *Tania Rodríguez*

-La resistencia de la lengua wounaanmeu de la comunidad indígena Wounaan-nonam en el escenario urbano,



## E C O - R E B E L

Bogotá, *Angélica Ávila*

- Migración y lengua aimara en la ciudad de Cochabamba. Un estudio de caso, *Brenda Atahuichi*
- Motivaciones y desafíos en la planificación para la revitalización del nasa yuwe, en el territorio de Vitoyó, Cauca, Colombia, *Sonia Pineda*
- Culturas y lenguas indígenas en las nuevas dinámicas territoriales, *Inge Sichra*
- El quechua actual. La nueva variante del quechua en la comunidad de Valle Sacta - Trópico de Cochabamba, *Marcelino Mamani*

A segunda parte do livro é intitulada de “Ecolinguística: las conexiones entre lenguas indígenas y medio ambiente”. Todos os artigos abordam a relação entre língua e território em uma perspectiva ecológica de estudo dos fenômenos da linguagem, a Ecolinguística. O texto de Hildo do Couto, intitulado de “Ecolingüística” apresenta os princípios teóricos e metodológicos da Ecolinguística praticada no Brasil, a Linguística Ecosistêmica, especialmente nas universidades da região centro-oeste do país: Universidade de Brasília, Universidade Federal de Goiás e Universidade Estadual de Goiás. Os demais textos destacam como a interação da comunidade com o seu território é o eixo de sustentação das interações verbais nas línguas indígenas. Os artigos apontam para o conhecimento ecológico presente nas línguas indígenas, evidenciando uma cosmovisão de profunda conexão do ser humano com a natureza. Também mostram como os impactos ambientais da mineração afetam o repertório etnoecológico e linguístico das comunidades andinas. Destaca-se nessa parte o trabalho “Memoria Biocultural y lengua en un territorio indígena da Bolivia”, de Marina Arratia Jiménez, pela análise da relação entre território, biodiversidade e saberes das línguas indígenas sob o viés da Análise do Discurso Ecológica, vertente da Linguística Ecosistêmica desenvolvida no Brasil. Estes são os textos da seção:

-Ecolingüística, *Hildo do Couto*

- Discursos sobre ecología profunda en la lengua quechua: Una aproximación desde la etno-ecolingüística, *Marina Arratia*
- Territorio, identidad y lenguas en la Nación Uru: El caso de la comunidad -Phuñaaka Tinta María del lago Poopó, *Guido Machaca*
- El asedio de los símbolos, *Fernando Prada*
- Cambios territoriales y sus implicaciones con los conocimientos culturales y lengua mapuches, *Flor Caniupil*
- Memoria biocultural y lengua en un territorio indígena de Bolivia afectado por la explotación minera, *Marina Arratia y Rolando Soto*
- El sentido metafórico del thaki en la crianza andina, *Yesica Cruz*

A terceira parte se chama “Culturas y lenguas indígenas em territorios virtuales”. Os textos dessa seção defendem que as redes sociais podem ser um território de luta e manutenção das línguas indígenas, de modo que nesses espaços virtuais é possível construir possibilidades de fortalecimento e revitalização das línguas indígenas, assim como mobilizar pessoas para a luta dessas comunidades na América Latina. É interessante perceber como os jovens indígenas conseguem defender a sua língua, cultura e meio ambiente na internet a partir de suas interações verbais com pessoas indígenas e não indígenas. Esta seção contém os textos:

-Resistencias de la lengua quechua en ciberterritorios, *Vicente Limachi*

- Una serie animada para la revitalización lingüística cultural yurakaré, *Libertad Pinto*
- “Todas las trincheras sirven para la defensa del mapuzugun”: KOM TI Weychawe Pünelfaley Ingkañmangeael Taiñ Mapuzugun. “Ingkayayeiñ Mapuzugun Mew”, *Pablo Silva*
- Tarabuco: identidad cultural, modernidad y TIC, *Valeria Coronel*

A quarta parte se chama “Línguas indígenas, saberes e educação”. Os textos dessa seção destacam o papel da escola na manutenção ou revitalização das línguas indígenas. Uma estratégia interessante realizada no Chile foi a inclusão da disciplina Língua Indígena

no currículo escolar obrigatório. Além disso, as comunidades indígenas também acreditam na educação como uma forma de manter viva a sua língua e cultura. Eis os três textos desta parte:

-Los educadores tradicionales mapuches en la implementación de la asignatura de Lengua Indígena Mapuzugun en Chile, *Diego Fuenzalida*

-La revitalización lingüística y cultural: una forma de resistencia del pueblo uru para no desaparecer, *Carlos Callapa*

-Recuperando nuestra lengua: El proceso de adopción del uruchipaya en la comunidad uru del lago Poopó, Oruro, Bolivia, *Delicia Escalera*

A conclusão desse trabalho traz um panorama geral e atualizado da situação das línguas indígenas na América Latina, levando em consideração quatro fatores: a questão da imigração das comunidades indígenas, os processos de desterritorialização e reterritorialização, o uso das tecnologias de informação e comunicação e as políticas de estado para a educação das comunidades indígenas. Todos esses fatores foram abordados pelos artigos do livro sob diferentes perspectivas.

Os processos imigratórios seguem uma dinâmica atualizada de colonização da América Latina segundo os preceitos da economia de mercado com fins de apropriação e extração exagerada de recursos naturais. Assim sendo, os grupos indígenas sofreram um processo de desterritorialização da zona rural, onde viviam e conviviam com sua língua, cultura e saberes, para a zona urbana, lugar onde precisaram ressignificar todos esses elementos. Tal ressignificação tem sido marcada pela definição e redefinição de práticas identitárias, culturais e linguísticas que configuram uma reterritorialização desses grupos, de maneira tal que as interações linguísticas garantem a esses povos o fortalecimento de seu grupo no lugar onde construíram residência. Por tudo isso, destacam-se os projetos de revitalização linguística como formas de resistência e luta pelo território indígena. Para que a revitalização seja eficiente é preciso reunir propostas e ações de retomada de território, implementação de projetos coletivos e programas educacionais. É fato que o território é o elemento central para a causa indígena. E vale destacar a existência de outros territórios: geográfico, linguístico e virtual.

Sobre o território geográfico, a perda do contato com a biodiversidade afeta profundamente no conhecimento etnobotânico dos novos membros da comunidade, mesmo que o grupo indígena busque aliar a sua cosmovisão, cultura e língua à cosmovisão, cultura e língua de sua nova cidade. Nesse sentido, a metodologia da Ecolinguística destaca-se por proporcionar um olhar holístico para o modo como a comunidade interage com o meio ambiente, aliando os seus elementos sociais, mentais e naturais na construção de um território linguístico. O livro como um todo deixa bem claro que as línguas indígenas são ecológicas em sua essência, porque os saberes de seus povos são amáveis com a natureza. É assim que se distingue o território de vida, onde a comunidade pode viver em sua plenitude, do território geográfico, espaço delimitado segundo pressões políticas e capitalistas.

Mesmo em novos territórios, as comunidades estão se comunicando também pela internet, o território virtual. As tecnologias de informação e comunicação trouxeram um espaço de divulgação cultural, de produção e circulação de discursos de resistência para as pessoas indígenas. As redes sociais permitiram mais integração entre os membros desse grupo por ser um espaço onde as pessoas podem empregar a sua língua. Tudo isso faz com que os povos indígenas atuem nos espaços digitais com autenticidade, contribuindo para a manutenção de sua língua e de sua cultura.

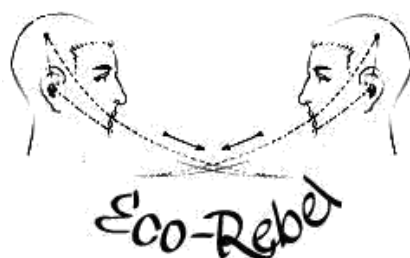
Todos esses fatores juntos culminam na necessidade de uma educação indígena, inclusiva e revolucionária. Uma educação que permita o acesso dessas pessoas aos espaços sociais de prestígio, ao mesmo tempo que mantém a sua ancestralidade e a sua língua. O

## ECO - REBEL

Chile se destacou nesse sentido porque incluiu o estudo das línguas indígenas e abriu espaço para a presença do educador tradicional na escola, o guardião da língua e da cultura de seu povo indígena. As comunidades indígenas têm uma educação bilíngue e maior oportunidade de acesso aos lugares sociais com a sua cultura e linguagem fortalecidos.

Todos esses fatores em torno da questão indígena fizeram os pesquisadores dessa publicação destacarem o quanto a Ecolinguística é inovadora por ser uma ciência engajada, o que contribui para o fortalecimento das comunidades indígenas, de suas línguas e de seus territórios. Essa pauta é a porta de entrada da Ecolinguística na América Latina como uma perspectiva científica e atuante nas causas dos grupos minorizados. Todo esse contexto favoreceu a proposta de realização do I CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE ECOLINGUÍSTICA (I CLAE), em 2020, na Universidad Mayor de San Simón, Cochabamba, Bolívia. Como se vê, a Ecolinguística está crescendo está se expandindo na América Latina e essa expansão abre novos horizontes de atuação para os ecolinguistas atuantes na busca por um modo mais harmônico com as comunidades e com o meio ambiente.

ECOLINGUÍSTICA: REVISTA BRASILEIRA DE  
ECOLOGIA E LINGUAGEM (ECO-REBEL), v. 5, n. 2, 2019.



## ENTREVISTA COM ECOLINGUISTAS

---

**Adam Makkai (Universidade de Illinois)**

### BRIEF PRESENTATION

Adam Makkai was born in Hungary (1935). He went to the United States in 1957, where he began teaching German, Russian, French, and Latin. He completed his Ph.D. in General Linguistics in 1965, with a dissertation which became the book *Idiom Structure in English* (The Hague: Mouton, 1972). By this time Makkai used Sydney Lamb's theoretical model of stratificational linguistics, now known as neurocognitive linguistics. In this context, in 1974 he founded the Linguistic Association of Canada and the United States (LACUS), whose symbol is "the Great Lakes, providing a natural border between Canada and the United States", standing "for more than the convenience of acronymy. Most of his academic career was spent at the University of Illinois in Chicago (UIC) of which he became Professor Emeritus. He received several awards, as the Presidential Gold Medal from the President of Hungary (1999). Makkai and Alwin Fill are the authors of the first two introductions to ecolinguistics ever to be written, the former in English and the latter in German. Makkai's introduction is mentioned in the first question below. The first three ecolinguistics anthology published in Europe have one chapter written by him. These are: 1) "Die Welt als Bewusstsein und Paraphrase: zur gesamtökologischen Fundierung des menschlichen Sprachverständnisses mit besonderer Berücksichtigung der Sprachphilosophie Wilhelm von Humbolts und ihrer Relevanz für die theoretische Sprachwissenschaft des 21. Jahrhunderts", published in Fill, Alwin (ed.). *Sprachökologie und Ökolinquistik* (Tübingen: Stauffenburg, 1994, p. 77-91); 2) (with Valerie Becker Makkai): "The case for ecolinguistics", in Kettmann, Bernhard & Penz, Hermine (eds.). *ECONstructing language, nature and society* (Tübingen: Stauffenburg, p. 105-117; 3) "The role of the human voice in the eco-semantics of human interaction", in Fill, Alwin; Penz, Hermine & Trampe, Wilhelm (eds.). *Colourful green ideas* (Bern: Peter Lang, p. 219-236). In *ECO-REBEL* Makkai published two articles: 1) Porque *\*\*ecolinguística\*\**, v. 1, n. 1, 2015, p. 22-37; 2) Da gramática pragmo-ecológica à ecolinguística (1973-1993) v. 2, n. 2, 2016, p. 37-41. More information on Makkai's professional activities are available in Louise O. Vasvári's article "Ádám Makkai: Polyglot linguist, poet and literary translator between languages", published in *Hungarian Cultural Studies: e-Journal of the American Hungarian Educators Association*, Volume 6 (2013): <http://ahea.pitt.edu> DOI: 10.5195/ahea.2013.178 (accessed in 14/05/2019). This interview take place between 2002 and 2004.

- **ECO-REBEL:** Professor Makkai, in the Introduction of the book *Ecolinguistics: ¿Toward a new \*\*paradigm\*\* for the science of language?* (London: Pinter, 1993) you say that the term "ecolinguistics" was suggested to you by Professor Einar Haugen at the Congress of Anthropological Sciences, in Chicago. When was that?

- **Adam Makkai:** In 1972 in Chicago at the Hilton Hotel.

- **ER:** When did you begin associating the words "language" and "ecology"?

- **AM:** Still back in Hungary between 1954 and 1956.

- **ER:** When did you use the term "pragmo-ecological linguistics" for the first time?

- **AM:** Look at my homepage under <atlantis-centaur.org> and go to the English button, then under publications, you will see an article by that title. It appeared in Italian in the early 70-es in *Linguistica teorica ed applicata* [It is also published as "A pragmo-ecological view of linguistic structure and language universals", *Language sciences* v. 27, 1973, p. 9-23 [Editors of *ECO-REBEL*)].

- **ER:** When you published the above book, did you know about Alwin Fill's book *Ökolinquistik: Eine Einführung* (Tübingen: Stauffenburg, 1993)?

- **AM:** No, not at all.

- **ER:** Did you know about Claude Hagège's use of the term in 1985?

- **AM:** I read Hagège's book but saw no mention of ecology in it. I may not have read carefully enough. Hagège is A-OK with me.

- **ER:** We do not understand why stratificational grammar (neurocognitive linguistics) did not succeed like generative grammar. It is entirely in line with the new way of seeing the world introduced by relativity theory and quantum mechanics as well with ecological thinking. So, why did generative grammar succeed, despite its totally (and avowedly) cartesian basis?

- **AM:** For simple political reasons. Chomsky succeeded in selling his ideas to Vietnam War resisters. He is also a much better P.S. than Lamb. The MIT people used "Wissenschaftspolitik" to intimidate all opposition.

- **ER:** We can see that stratificational grammar is the right model to deal with the endoecology of language, i.e., the study of the language "structure" without ignoring its relations with its environment (to use your distinction between endoecology and exoecology of language).

- **AM:** The strat people themselves ignored my book. Lamb is all tied up in the mechanics of brain neurology. It is like picking TV SDETS apart and not having a clue what the program writers had in mind.

- **ER:** It is true that the so-called "Non-linear phonology" uses the concept of tier that, in the end, is a stratam. Why didn't they take it over from Stratificational Grammar?

- **AM:** Pick up a copy of *Readings in stratificational linguistics* (1973), edited by A. Makkai & D. Lockwood (Alabama University Press). This is a sad chapter in intellectual history and may well be a recapitulation of what went on in Greece 2.400 years ago between the "regularists" and the "analogists" (see *An introduction to linguistics*, by Francis Dinneen (New York: Holt Rinehart and Winston, 1967)).

## ECO - REBEL

- **ER:** Could you mention at least one difference between stratificational grammar and generative grammar?
- **AM:** SG is a better model to deal not only with the endoecology of language (grammar). It is also able to account for the interface endoecology/exoecology, i. e., the relations between language and its environment.
- **ER:** Thank you very much, Professor Makkai.
- **AM:** You're welcome.

ECOLINGÜÍSTICA: REVISTA BRASILEIRA DE  
ECOLOGIA E LINGUAGEM (ECO-REBEL), v. 5, n. 2, 2019.